



**Universidade de Brasília**  
Faculdade de Educação Física

CURSO DE LICENCIATURA EM  
EDUCAÇÃO FÍSICA  
A DISTÂNCIA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Brasília/DF  
2019

## Sumário

1	Apresentação.....	5
1.1	Identificação do curso .....	6
1.2	Caracterização do curso.....	7
1.3	Antecedentes históricos.....	8
1.4	Justificativa e orientações teórico-metodológicas do novo currículo ...	12
1.5	Objetivos.....	15
1.6	Fundamentação .....	18
1.7	Histórico da legislação sobre educação a distância .....	19
1.8	Contexto educacional .....	20
1.9	Proposta metodológica .....	21
2	Perfil profissional.....	24
3	Princípios norteadores do curso .....	27
3.1	Libras.....	32
3.2	Princípios étnicos e raciais .....	32
3.3	Educação ambiental .....	33
3.4	Educação em Direitos Humanos.....	34
3.5	Práticas como componente curricular .....	35
3.6	Estágio supervisionado obrigatório.....	36
3.7	Trabalho de conclusão de curso.....	37
3.8	Pesquisa e iniciação científica .....	37
3.9	Estudos Integradores - Atividades Complementares .....	38
3.10	Base Nacional Comum Curricular .....	39
3.11	Alinhamento e Políticas Institucionais.....	41
4	Organização curricular .....	44
4.1	Matriz curricular / Carga horária / Crédito.....	45
4.2	Delimitações curriculares e carga horária .....	47
5	Atendimento às diretrizes curriculares nacionais .....	50
6	Uso de tecnologias da informação e comunicação .....	54
6.1	Recursos educacionais: tecnologias aplicadas ao ensino .....	56
6.2	Material didático pedagógico .....	57
6.2.1	Produção, Controle e Distribuição do Material Didático .....	58
6.2.2	Renovação e Atualização do Acervo.....	59
6.2.3	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB).....	60
6.2.4	Bibliotecas digitais disponíveis no SiB-UnB.....	60
6.2.5	Base de dados de acesso livre .....	61

6.2.6	Base de Dados de Acesso Restrito .....	61
6.3	Videoconferências.....	61
6.4	Ambiente virtual de aprendizagem .....	62
6.5	Acessibilidade Pedagógica .....	62
7	Avaliação do processo de ensino e aprendizagem .....	64
7.1	Menções.....	64
8	Avaliação e acompanhamento .....	67
8.1	Ações decorrentes do processo de avaliação .....	68
8.2	Avaliação institucional .....	69
9	Organização administrativa e acadêmica .....	70
9.1	Funções e atribuições da equipe .....	70
9.2	Equipe da licenciatura em educação física a distância.....	72
9.3	Corpo docente .....	73
9.4	Corpo Técnico e Administrativo.....	74
9.5	Coordenação do curso .....	75
9.6	Núcleo docente estruturante – NDE.....	76
9.7	Secretaria administrativa acadêmica da licenciatura a distância .....	78
10	Referencial teórico para a implantação do curso de Educação Física .....	79
11	Modelo de educação a distância adotado no curso de Educação Física.....	82
11.1	Concepção de aprendizagem .....	83
12	Sistema de comunicação - acompanhamento ao estudante a distância.....	85
13	Polos UAB.....	89
13.1	Atribuições dos Coordenadores de Polo .....	91
13.2	Infraestrutura do polo .....	92
13.3	Instalações físico esportivas, equipamentos, material didático e esportivo 92	
13.4	Equipamentos.....	93
13.5	Material didático esportivo .....	93
14	Referências .....	95
	ANEXO 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DO CURSO .....	98
	ANEXO 2 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO (TCC) DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	102
	ANEXO 3 - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UnB.....	113
	ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	119
	ANEXO 5 – ATO INSTITUIDOR DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	122

ANEXO 6 – REGULAMENTO DOS NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES	
123	
ANEXO 7 – REGULAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	125
ANEXO 8 – REGIMENTO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	128
ANEXO 9 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS.....	138

## **1 Apresentação**

A Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade de Brasília (UnB) oferece três cursos de graduação, dois presenciais com as habilitações bacharelado e licenciatura e um a distância com habilitação em licenciatura. Este projeto refere-se ao curso de Licenciatura em Educação Física a Distância.

A criação do projeto pedagógico de licenciatura a distância para participar da proposta expressa na Resolução nº 34 CD/FNDE – pró-licenciatura – e no Edital de seleção nº 01/2005 – Programa Universidade Aberta do Brasil – denominado UAB 1, em 2005, foi submetida a apreciação e aprovado pelos órgãos colegiados deliberativos da Faculdade de Educação Física e da Universidade de Brasília, conforme o previsto no estatuto e no Regimento Geral da Universidade de Brasília.

Tal procedimento estabeleceu um vínculo institucional dos cursos, da oferta de vagas e das disciplinas com a maioria dos professores da unidade que facilitou o processo de consolidação do ensino de graduação a distância na FEF, além de despertar o interesse dos professores de aprender e utilizar a plataforma de aprendizagem adotada pela universidade, o Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, conhecido como Moodle, indiferentemente de estarem diante de uma turma do curso presencial ou do curso a distância.

Essa aproximação dos professores sem resistência ao ensino a distância, além de benefícios práticos para os dois cursos, foi importante para o processo de institucionalização da Educação a Distância (EaD) na unidade, bem como se tornou o primeiro passo para a maturação da ideia de convergência entre os projetos pedagógicos dos cursos presencial e a distância.

Na UnB a institucionalização do ensino de graduação a distância enfrenta dois grandes desafios. O primeiro de base é a superação da resistência e o preconceito em relação à modalidade de EaD. O outro é a definição de uma estrutura organizacional integrada às atividades fins da universidade. Essa estrutura deve garantir a qualidade de ensino, pesquisa e extensão pelo suporte as atividades docentes/discentes, na qual a seleção dos conteúdos, o uso de estratégias adequadas de aprendizagem e a destinação de recursos financeiros institucionais são fundamentais.

Diversas ações têm sido desenvolvidas na UnB no rumo da institucionalização, dentre as quais destacam-se a inclusão do ensino de graduação no seu Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) e seu no Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI).

Outra ação importante para o processo de institucionalização, no âmbito das unidades acadêmicas, é a apresentação de propostas de convergência entre os projetos pedagógicos da EaD e presencial que resulta na adoção de projetos pedagógicos similares.

### 1.1 Identificação do curso

Apresenta-se a seguir o Quadro de identificação do curso.

Quadro 1 - Identificação do Curso

<b>Denominação</b>		Educação Física
<b>Código E-mec</b>		112160
<b>Código Sigra</b>		1163/7323
<b>Nível</b>		Graduação
<b>Modalidade</b>		Distância
<b>Turno</b>		Diurno
<b>Unidade Acadêmica</b>		Faculdade de Educação Física
<b>Titulação conferida</b>		Licenciado(a) em Educação Física
<b>Área de conhecimento</b>		
<b>Créditos Carga Horária</b>	Total	217 Créditos (3.255 horas)
	Créditos Obrigatórios *Incluindo TCC e Estágios	163 Créditos (2.445 horas)
	Créditos Optativos	40 Créditos (600 horas)
	Créditos de TCC*	08 Créditos (120 horas)
	Estágio Curricular Supervisionado*	27 Créditos (405 horas)
	Atividades Complementares	14 Créditos (210 horas)
<b>Carga horária máxima por semestre</b>		27 Créditos (405 horas)
<b>Tempo mínimo de permanência no Curso</b>		08 semestres
<b>Tempo máximo de permanência no curso</b>		10 semestres
<b>Regime escolar</b>		Créditos
<b>Autorização do Curso</b>		Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 Decreto 6.303/07)
<b>Reconhecimento do Curso</b>		Portaria nº 244, de 31 de maio de 2013.

## 1.2 Caracterização do curso

Curso Proposto: Licenciatura em Educação Física a Distância

Público-alvo: Qualquer cidadão que concluir a educação básica e for aprovado no processo seletivo, atendendo aos requisitos exigidos pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

Relevância e coerência com a demanda da área geográfica de abrangência: A área de Educação Física é apontada como uma das de maior relevância nos modelos daquelas sociedades que estão atentas à qualidade de vida e promoção da saúde da população. A UnB, via sua Faculdade de Educação Física, busca através de seu curso de licenciatura atuar em áreas consideradas com grandes necessidades sociais e demandas para o desenvolvimento local e regional.

Oferta de Vagas: A oferta de vagas para o Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil é realizada por meio de edital específico da CAPES que credencia as Universidades para oferta dos cursos.

O edital 5/2018 – de Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa UAB, contemplou a Universidade de Brasília com a oferta de 150 vagas distribuídas em 5 polos.

Os polos são previamente avaliados e credenciados pela CAPES, uma vez aprovados o processo de oferta se dá pela manifestação do interesse pelos polos em receber os cursos. Após a manifestação dos polos existe a indicação das Universidades para a oferta dos cursos e pela escolha dos polos constantes em uma lista organizada pela CAPES. Todas as etapas são regulamentadas por editais que tem seus resultados divulgados e a relação de Universidades e seus respectivos polos publicadas em Diário Oficial.

Processo Seletivo: O processo seletivo para cursos ofertados pela Universidade Brasília no âmbito da Universidade Aberta do Brasil acontece preferencialmente por vestibular realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), com o objetivo de selecionar candidatos com boa capacidade intelectual para cursar a graduação em Licenciatura em Educação Física a Distância. No entanto, há possibilidade de adotar-se as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

### 1.3 Antecedentes históricos

O Curso de Licenciatura em Educação Física da UnB teve início em 1972, sob a vigência da Resolução 69/69 do egrégio Conselho Federal de Educação, advinda do Parecer 894/69. Os dispositivos legais da época eram inspirados no conceito de currículo mínimo. Assim sendo, a estrutura curricular era distribuída em duas partes. A parte fixa era composta de disciplinas obrigatórias comuns a todas as instituições de ensino superior, com intuito de buscar-se garantir qualidade satisfatória em todo o território nacional. Esta parte produzia uma unidade no processo formativo, favorecendo também o aproveitamento de estudos entre as instituições.

A parte variável, por sua vez, era composta de disciplinas optativas, de livre escolha das instituições e dos estudantes, tendo em vista aproximar a formação tanto de necessidades regionais como de interesses particulares. Além disso, as orientações legais daquele período destacavam a importância dos saberes relativos ao conhecimento esportivo e à parte didática, visando enfatizar a formação do professor de Educação Física para atuar em escolas (SOUZA NETO et al., 2004). Ressalte-se que a prática da Educação Física nos cursos primários e médios tornara-se obrigatória no Brasil desde o momento em que a Lei N. 4.024/61 foi sancionada (AZEVEDO; MALINA, 2004).

Em Brasília, desde a sua criação, a rede pública de ensino idealizada pelo educador Anísio Teixeira, já contemplada um currículo de formação integral, que visava, além da educação intelectual, o desenvolvimento artístico, físico, recreativo e social da criança e ainda sua iniciação para o trabalho. Na Escola-Parque 307/308 Sul, inaugurada no mesmo ano da fundação da nova capital, em 1960, a Educação Física se realizava na forma de recreação, ginástica de solo, atletismo, ginástica moderna, pequenos e grandes jogos, e natação. As atividades de Educação Física eram desenvolvidas três vezes por semana. Essa proposta fazia parte de um projeto educacional inovador cuja concepção pedagógica, currículo ampliado, turno integral e arquitetura especial valorizavam uma educação do corpo (PEREIRA et al., 2010; WIGGERS, 2011).

O primeiro curso de Educação Física da UnB, que foi implantado no início da década de 1970, em consonância com a legislação acima mencionada, tinha uma duração prevista de três anos, com uma carga horária total de 1.800 horas e uma estrutura constituída por três componentes curriculares básicos: “conhecimentos gímnico-desportivos”, que correspondiam a 60% da carga horária, “conhecimentos biomédicos” e

“conhecimentos pedagógicos”, sendo que estes dois últimos componentes representavam 40% do total de horas, conforme o Figura abaixo.



Figura 1 Componentes curriculares básicos

Embora tenha se registrado a presença de disciplinas de cunho pedagógico, ainda se evidenciava, certamente por força da tradição da área de Educação Física, a reprodução do paradigma de treinamento de atletas, no âmbito da formação de professores de Educação Física na UnB. Esse paradigma, que se baseia essencialmente em disciplinas técnico-biológicas e desportivas, era demonstrado, por exemplo, na seleção dos candidatos que antes de prestarem os exames vestibulares, eram atestados por meio de provas de capacidade física, visando sua habilitação para o ingresso no curso da UnB.

Em 1978, teve início no país um processo de reformulação dos currículos de Educação Física em nível superior, tendo em vista novas exigências da realidade social brasileira. As discussões se estenderam por quase uma década e resultaram no Parecer 215/87, que deu origem, por sua vez, à Resolução 03/87. O contexto social e político desse período foi marcado pelo processo de abertura política e desgaste do governo militar. No plano econômico foram vividas no Brasil crises econômicas provocadas pela inflação desenfreada, recessão, deterioração de serviços públicos e corrupção. Provocou-se grande debate nacional sobre problemas da educação brasileira, incluindo o âmbito universitário. A partir do governo, ressaltou-se ainda, delineou-se uma política de incentivo à pós-graduação (AZEVEDO; MALINA, 2004).

Nesse cenário, obteve-se uma proposta pedagógica inovadora para o curso de Educação Física, em comparação com o perfil profissional e a estrutura curricular até então vigentes. Abandonou-se naquela ocasião a ideia de currículo mínimo na forma que vinha sendo adotada e orientou-se as instituições a adorarem campos que abrangessem grandes áreas de conhecimento para compor a formação em Educação Física, no nível superior. Mais importante do que estabelecer um conjunto de disciplinas obrigatórias, tornou-se fundamental apoiar o currículo em uma base filosófica e perfil profissional sócio crítica condizente com uma sociedade em transformação.

Ademais, instituiu-se um aumento da carga horária dos cursos e propôs-se a implantação da licenciatura e/ou bacharelado em Educação Física, sendo este último objeto de grande controvérsia no decurso dos debates e tomada de decisões. De um lado estavam os que defendiam uma formação generalista e de outro os que acreditavam na necessidade de currículo por habilitações específicas, propugnando a fragmentação da profissão (AZEVEDO; MALINA, 2004). A nova estrutura, de acordo com as diretrizes estabelecidas na supracitada resolução, contemplou ainda uma maior diversidade disciplinar. O currículo era composto por uma “formação geral”, que visava capacitar o educador para lidar com a produção e a apropriação crítica do conhecimento científico. Para tanto a formação geral abrangia dois aspectos: o “humanístico”, compreendendo o conhecimento “filosófico”, da “sociedade” e do “ser humano”; e o “técnico”, que desenvolvia competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades relacionadas com a Educação Física e os esportes, tanto na escola como fora dela.

Completo-se o currículo por meio de disciplinas de “aprofundamento de conhecimentos”, que correspondiam ao espaço de autonomia para que estudantes construíssem uma formação que também levasse em conta seus interesses particulares em relação à profissão, conforme é demonstrado abaixo.

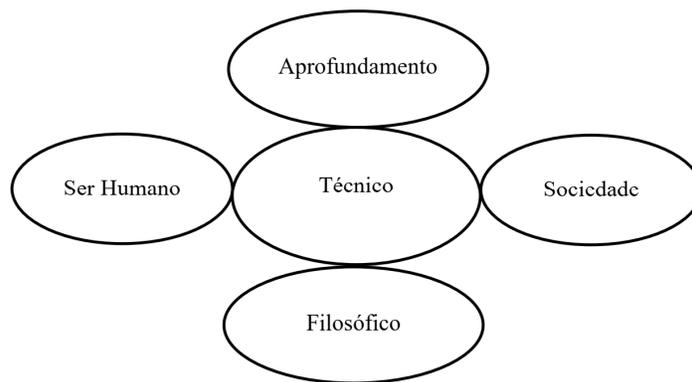


Figura 2 Componentes curriculares modificados

Diferentemente do anterior, o segundo currículo de Licenciatura em Educação Física da UnB buscou consolidar a formação pedagógica de educadores na perspectiva de formar professores de Educação Física com capacidade e responsabilidade social de atuar em diversos campos de intervenção da Educação Física, como em clubes e academias, para além da escola. Desse modo o currículo da UnB tinha uma configuração

curricular em prol de uma formação generalista, mantendo-se a oferta exclusiva de Licenciatura, todavia em uma perspectiva ampliada.

Em 2002, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores para a Educação Básica – Resolução CNE/CP 01/02, deu-se início à discussão nos órgãos colegiados da UnB sobre a necessidade da reestruturação curricular das licenciaturas. Foi constituída uma Comissão Interna das Licenciaturas da UnB, com a participação de professores de diversos cursos, que após longo processo, apresentou um documento normativo com diretrizes específicas para as Licenciaturas da UnB. A proposta central desse grupo foi a adoção da chamada “pedagogia de projetos” como base epistemológica e orientação metodológica para os novos cursos de licenciatura que seriam configurados a partir daquele momento (Comissão Interna da Licenciaturas – UnB-DEG).

Em 2004, entraram em vigência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de nível superior em Educação Física – Resolução CNE/CES 07/04. Assim, deu-se início, no âmbito da Faculdade de Educação Física da UnB, à constituição de uma Comissão de Reestruturação Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da UnB com trabalhos internos e reuniões até 2012. Registrou-se nesse processo participação de professores da Faculdade de Educação Física, de representantes de estudantes e de representantes de servidores técnico-administrativos, que de forma democrática e consensual, ainda que não unânime, deliberaram pela proposta que ora se apresenta. O resultado desta participação da comunidade da Faculdade de Educação Física nas discussões em torno da concepção e estruturação do novo currículo demonstra que a UnB tem continuamente realizado esforços para ampliação do debate sobre a formação. Isso converge com o seu projeto- político mais amplo, ou seja, ser uma instituição pública e socialmente comprometida com a formação profissional de qualidade em nosso país, nesse caso, com a formação de professores de Educação Física para a Educação Básica (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Durante esse período, a UnB participou do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE e obteve, assim como outras quatro Instituições de Ensino Superior, nota máxima, isto é, “5”. Por determinação da Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC, os cursos com nota “5” para os quais existiam processo de renovação de reconhecimento tramitando no sistema SAPIEnS/MEC tiveram o seu reconhecimento automaticamente renovado, não tendo que tais cursos serem avaliados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (ver Portaria da SESU/MEC N.

1.153 de 22 de dezembro de 2008, publicada nas páginas 60 e 61 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, em anexo).

A despeito do reconhecimento automático do curso de Licenciatura em Educação Física da UnB dar respaldo jurídico para o currículo ainda pautado na Resolução CFE nº 03/87, a reestruturação curricular prevista nas DCN foi considerada como necessária pelo Colegiado de Graduação da Faculdade de Educação Física.

Em 2007 a FEF criou o seu curso de Licenciatura em Educação Física ministrado na modalidade a distância com currículo próprio no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). E, em 2013, este curso a distância foi reestruturado visando a convergência com o curso presencial da FEF a fim de compartilhar sua linha filosófica e seu perfil profissional na busca de uma identidade institucional no processo de formação de professores de Educação Física na UnB.

#### **1.4 Justificativa e orientações teórico-metodológicas do novo currículo**

A nova estrutura curricular, pautada nos princípios da Resolução CNE/CP 01/02, deverá ser distribuída em quatro componentes curriculares: “formação pedagógica”, “enriquecimento cultural”, “formação para pesquisa” e “formação técnico-científica aplicada à cultura do movimento humano”, como mostra o esquema seguinte.

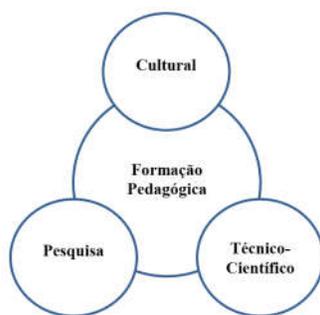


Figura 3 - Esquema atual dos componentes curriculares

A principal característica do novo currículo é a proposta de uma formação centrada no desenvolvimento de competências pedagógicas, por meio da dinâmica estabelecida entre ação-reflexão-ação. Ou seja, as atividades curriculares iniciarão por meio de contato direto do estudante com a realidade escolar para, em um segundo

momento, submeter as experiências vivenciadas na prática pedagógica a uma reflexão crítica mediada pela atividade de pesquisa, fazendo-se uso de teorias científicas, e por fim retornar à escola para uma ação transformada e transformadora.

Essa proposta implica em uma reestruturação completa do currículo vigente, que está organizado em um paradigma disciplinar hierarquizado. Esse modelo localiza conhecimentos teóricos nas primeiras fases da formação e a prática de ensino ao término do currículo. O novo desenho, diferentemente, passa a ter a docência na centralidade do processo formativo da Licenciatura em Educação Física, por meio de quatro grandes eixos que se interligam, forjando o novo projeto curricular, do início ao fim, simultânea e consecutivamente: observação, participação, regência e pesquisa.

As mudanças propostas na estrutura curricular estão pautadas no fortalecimento das características do corpo docente formador, mas também investem na ressignificação de sua prática pedagógica por meio da formação continuada e da reflexão sobre a realidade escolar. O educador, portanto, durante o seu processo de formação, deve ter acesso às discussões acadêmicas sobre a qualidade do ensino da Educação Física na escola, mas também, conhecer as características e dificuldades que marcam o cotidiano dos professores nos diferentes ambientes do ensino de Educação Física escolar, como pátios, quadras, ginásios, salas de ginástica e de dança, e muitas vezes em espaços improvisados localizados em torno dos prédios escolares, onde se realizam as aulas.

A criação de vínculos entre a universidade e a escola é a maior garantia para que o desenvolvimento dessa proposta curricular tenha um caráter dinâmico e adequado ao desafio de educar na atual sociedade brasileira. Dessa maneira, a universidade pode contribuir diretamente com a reflexão sobre uma prática pedagógica da Educação Física comprometida com a formação humana e a transformação social, como também, conscientiza-se de que precisa passar por uma transformação de suas práticas curriculares e de sua maneira como lidar com a produção de conhecimentos. Pretende-se, assim, articular as dimensões da teoria e da prática pedagógica do início ao fim do curso, integrando e valorizando ambas as dimensões do conhecimento e da formação.

Nessa perspectiva, as escolas se transformarão em laboratórios “vivos” de práticas de ensino. Os professores de Educação Física que atuam nas escolas e estiverem dispostos a atuar como supervisores do Estágio Supervisionado, em conjunto com os estudantes em formação e os docentes da universidade, constituem-se em uma comunidade de conhecimento que se responsabiliza pelo intercâmbio de experiências e pela criação de metodologias alternativas de ensino.

Além de a reflexão e a pesquisa nortear o novo currículo como um todo, essa nova reconfiguração introduz o Trabalho de Conclusão do Curso no âmbito do curso de Licenciatura em Educação Física, marcando o compromisso com a formação de um “educador” que também deve atuar como um “pesquisador”. O envolvimento do educador com a reflexão crítica e com a teorização da sua prática pedagógica exige que a sua formação articule, de forma paralela e equilibrada, tanto os componentes relacionados com a dimensão didática como os componentes relacionados com a dimensão investigativa.

Sendo assim, um bom educador pressupõe a capacidade de refletir criticamente sobre a ação educativa, que culmina com a redação de um relatório científico, que é desejável que se materialize em uma monografia, e que deve demonstrar, de forma inequívoca, que reúne as condições necessárias para atuar como um professor-pesquisador, com foco na reflexão sobre a sua própria prática pedagógica.

O novo currículo, portanto, baseia-se na busca de superação da noção de formação de professores calcada no modelo de racionalidade técnica, que se instaura na dicotomia entre teoria e prática, entre pesquisa educacional e o mundo da escola, entre a reflexão e a ação, que tende a abordar situações e problemas pedagógicos idealizados, por desconsiderar o contexto e a vivência concreta das instituições escolares. Sob essa ótica tradicional, os professores são concebidos como técnicos e tendem ao final de seus cursos de Licenciatura sentirem-se desprovidos de conhecimentos e práticas que lhes auxiliem a dar conta da complexidade do ato pedagógico, que se caracteriza por não ser reprodutível, por envolver subjetividades e valores diferenciados. Para o ato pedagógico não cabem soluções padronizadas, nem receitas prontas (GERALDI; FIORENTINI; PEREIRA, 1998).

Em contrapartida, pesquisas da área de formação de professores têm demonstrado a necessidade de participação daqueles que fazem e daqueles que farão a educação acontecer em nossas escolas, tanto na definição de políticas educacionais quanto na produção e avaliação de práticas educativas inovadoras. Tais práticas devem buscar o diálogo e interação com o atual cenário social no qual se inserem as escolas, visando à formação de um professor formador. Dessa maneira, espera-se, sobretudo, afirmar a constituição do campo de formação de professores para a Educação Básica como uma área com objeto particular e de identidade própria. No caso da Educação Física a formação de professores deverá ainda considerar sua natureza interdisciplinar, pois

embora localizada em geral como parte do campo da “saúde”, também é baseada nas humanidades.

Para complementar o quadro das orientações teórico-metodológicas da oferta do novo currículo de Licenciatura em Educação Física da UnB, além da nova concepção de Estágio Supervisionado e da proposta de Formação para a Pesquisa, propõe-se uma mudança na maneira de se lidar com o conhecimento científico no âmbito desse currículo. O educador em formação não deve ser avaliado apenas pelo domínio que possui do conhecimento em si mesmo, mas em função da sua capacidade de aplicação desse conhecimento em sua prática pedagógica, de forma contextualizada e crítica. A capacidade de aplicação requer domínio prévio de conhecimentos, mas para além desse o educador precisa aprender a buscar o conhecimento adequado para cada situação em particular, articulando as dimensões da teoria e da prática pedagógica no plano da Educação Física escolar.

Esse princípio favorece a concepção de que a licenciatura não é mais do que uma formação inicial, que precisa ser complementada ao longo da carreira do educador, por um envolvimento disciplinado com a formação continuada. Compete, portanto, à universidade, garantir o acesso dos egressos a diferentes oportunidades de atualização e aprofundamento de estudos, por meio da extensão e da pós-graduação. Nessa direção cabe fortalecer iniciativas já existentes na Faculdade de Educação Física, como a da oferta do Curso de Especialização em Educação Física Escolar, além do Fórum Permanente de Professores, promovido pelo CESPE.

Sugerem-se, ainda, novas proposições de atividades de formação continuada, como a constituição de grupos de pesquisa abertos à participação de professores da Educação Básica e oferta de outros cursos e oficinas que tematizem dimensões e elementos emergentes do campo da Educação Física, como práticas corporais alternativas, mídia-educação, pedagogia de projetos, interdisciplinaridade, temas transversais, cultura escolar, produção cultural infantil, juventude e cultura, gênero e educação física, arte-educação, epidemiologia na educação física escolar, avaliação em educação física escolar, políticas da educação física escolar, medidas corporais na educação física escolar, motivação e evasão na educação física escolar, cultura corporal e repertório regional, novas técnicas de ensino de esportes, relação entre escola, sociedade e corpo, formação para o lazer, estética e corpo, saúde e doença, entre outros.

## **1.5 Objetivos**

Realizar a formação de professores de Educação Física para atuar em escolas de Educação Básica, por meio de uma concepção crítica e socialmente referenciada, que tenha em atenção a omnilateralidade, bem como por meio do desenvolvimento de ações pedagógicas de complementação e consolidação de conhecimentos relacionados com:

- a) Cultura geral;
- b) Cultura profissional;
- c) Cultura escolar;
- d) Conhecimentos de características físicas, emocionais, cognitivas e do desenvolvimento de crianças, jovens e adultos;
- e) Conhecimentos sobre a dimensão cultural, histórica, social e política da Educação e da Educação Física;
- f) Conhecimentos pedagógicos sobre didáticas voltadas para conteúdos da Educação Física em articulação a diferentes perfis de alunos da Educação Básica;
- g) Conhecimentos específicos da área de ensino e de aprendizagem, especialmente os aplicados à Educação Física.
- h) Conhecimentos advindos da experiência de vida;

Desenvolver competências básicas do educar, a fim de que o professor de Educação Física seja:

- a) Criativo no desenvolvimento de metodologias de ensino apropriadas às especificidades próprias dos alunos nos diversos níveis e modalidades de educação, inclusive, pressupondo neste âmbito, a interação social de pessoas com deficiência e de diferentes níveis de conhecimento, desenvolvimento e aprendizado;
- b)  Versátil no domínio de tecnologias de informação e de comunicação, aplicadas ao contexto de sua ação didática de forma a fortalecer as possibilidades da Educação Física enquanto disciplina curricular integrada ao projeto pedagógico da escola contextualizada no século XXI;
- c) Crítico ao refletir sobre as propostas educacionais aplicadas à corporeidade, de maneira a analisar os seus pressupostos teórico-metodológicos e transformá-los quando necessário;
- d) Habilidade para atuar de forma interdisciplinar em cooperação com outras áreas de produção do conhecimento humano.

- e) Capaz de desenvolver um ensino centrado em situações-problemas e na elaboração e execução de projetos que possam ser aplicados em escolas e na comunidade em que se inserem;
- f) Consciente de que o corpo é algo indivisível, de forma a superar o modelo tradicional dicotômico e contribuir para elaboração de propostas pedagógicas que levem em consideração que a corporeidade contextualizada na realidade social é fenômeno marcado pela complexidade;
- g) Experiente no domínio de estratégias eficientes e adequadas de planejamento e avaliação da aprendizagem;
- h) Pesquisador capaz de dedicar-se à dimensão investigativa associada ao seu próprio fazer pedagógico, por meio da problematização da ação educativa;
- i) Capaz de reconhecer a escola como um local de produção de conhecimento, de pesquisa, de elaboração de projetos de extensão, e utilizar-se desse espaço para a construção de uma sociedade mais justa, contribuindo para a formação, na prática, da cidadania em nosso país;
- j) Comprometido com valores indispensáveis à educação:
  - Busca permanente do saber;
  - Respeito à verdade;
  - Respeito à dignidade e à integridade das pessoas;
  - Compromisso de convivência com a diversidade;
  - Investimento na capacidade das pessoas como agentes de transformação;
  - Incentivo e apoio à criatividade e à inovação;
  - Desenvolvimento de parcerias comprometidas;
  - Melhoria contínua na busca da excelência;
  - Exercício permanente da ética e da responsabilidade.

## 1.6 Fundamentação

O Projeto Pedagógico do Curso foi adequado visando atender a resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Dessa forma, serão observadas as diretrizes metodológicas e pedagógicas previstas para a modalidade a distância que apresenta as propostas conceituais e metodológicas do programa. A saber:

- a) As atividades do curso serão apresentadas aos alunos, como parte de uma etapa de um processo de formação continuada, permanente e articulada com outras ações que visem promover o intercâmbio e a socialização de ideias entre educadores, por meio da criação de uma rede que possa ser mantida, após a diplomação dos mesmos;
- b) O curso mesclará momentos presenciais, com as atividades desenvolvidas a distância e deverá ter como finalidade explícita, o processo de inclusão digital, viabilizando a proficiência dos professores nos códigos e linguagens das tecnologias da informação e comunicação. Os momentos presenciais, considerando a importância da experiência e vivência da cultura do movimento humano para a formação profissional dos alunos, serão intensificados e diversificados a fim de respeitar as peculiaridades da área;
- c) As proposições do curso deverão ter como um de seus objetivos a melhoria da qualidade do ensino na escola em que atuarão os egressos deste curso e o envolvimento da comunidade escolar nas propostas desenvolvidas ao longo do curso, de forma a ampliar a rede anteriormente mencionada;
- d) Serão valorizadas as ações que visem promover o desenvolvimento de propostas interdisciplinares, de forma a envolver toda a comunidade escolar em projetos e atividades realizados pelos alunos em seus contextos de trabalho;
- e) Será, também, observada a recomendação de exigência de forte carga de leitura, por parte dos alunos, observando, inclusive a recomendação da proposição de leitura contextualizada, que vise o aprofundamento de estudos

relacionados com assuntos relacionados com sua prática docente e com a realidade observada nos contextos escolares.

Ainda em consonância com os preceitos da modalidade a distância a proposta do Curso de Licenciatura de Educação Física implementará as seguintes ações:

- a) Ação de formação teórica, sólida e consistente sobre educação e os princípios políticos e éticos pertinentes à profissão docente;
- b) Ação de valorização do educador como sujeito capaz de participar e efetivar as transformações políticas e pedagógicas nas escolas em que atuarão;
- c) Ação afirmativa de inclusão digital dos egressos a fim de prepará-los para o uso das tecnologias de comunicação e informação e seus códigos/linguagens;
- d) Ação de estímulo ao trabalho colaborativo e à construção de redes interconectadas de educadores para intercâmbio de experiências, comunicação e produção coletiva de conhecimento.

### **1.7 Histórico da legislação sobre educação a distância**

Na página eletrônica do Ministério da Educação na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) está disponível a legislação e atos normativos relativos à Educação a Distância no Brasil:

Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Em 2012 a publicação da Portaria Normativa MEC n.º 24/2012 - Acrescenta o artigo 36-A à Portaria Normativa MEC n.º 40/2007, republicada em 29/12/2010. De 2007 a Portaria Normativa MEC n.º 40/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC

de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Despacho do Secretário nº 99/2013 - Dispõe sobre padrão decisório e procedimentos para os processos de reconhecimento de cursos na modalidade a distância, com fundamento na Nota Técnica DIREG/SERES/MEC nº 309/2013.

Parecer CNE/CES nº 564/2015, aprovado em 10 de dezembro de 2015 - Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

## **1.8 Contexto educacional**

Contexto educacional do curso de Licenciatura em Educação Física a distância se constrói a partir das experiências consolidadas na oferta de cursos de graduação a distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, na Universidade de Brasília no período de 2005 a 2013 nos termos da Ação 6328/2005 do Ministério da Educação que buscou concretizar a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância, que ainda visou sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Na perspectiva de solidificar as experiências adquiridas o curso mesclará momentos a distância (predominantes) com atividades desenvolvidas presencialmente e deverá ter como finalidade explícita a aquisição de competências técnicas e sócio-políticas através de um processo de inclusão digital, viabilizando a proficiência do egresso nos códigos e linguagens das tecnologias da informação e comunicação. Os momentos presenciais, considerando a importância da experiência e vivência da cultura do movimento humano para a formação profissional dos alunos, serão intensificados e diversificados a fim de respeitar as peculiaridades da área da Educação Física Escolar.

Serão valorizadas as ações que visem promover o desenvolvimento de propostas interdisciplinares, de forma a envolver toda a comunidade escolar em projetos e atividades realizados pelos alunos em seus contextos de trabalho. O curso mesclará

momentos presenciais, com as atividades desenvolvidas a distância e deverá ter como finalidade explícita, o processo de inclusão digital, viabilizando a proficiência dos professores nos códigos e linguagens das tecnologias da informação e comunicação.

### **1.9 Proposta metodológica**

Os estudos e atividades do curso serão realizados por meio de estratégias fundamentadas na autoaprendizagem, em trabalhos colaborativos e na articulação de estudos teóricos com a prática profissional dos próprios estudantes. Será incentivada a construção da autonomia da aprendizagem dos alunos-professores, mas, todo esse processo será acompanhado por tutores acadêmicos (a distância e presenciais), com base no planejamento elaborado pelos docentes que integram este curso.

Consultas virtuais aos professores autores e professores supervisores poderão ser feitas ao longo do curso, por intermédio dos tutores, para sanar dúvidas ou proporcionar condições de aprofundamento de estudos.

Os momentos presenciais vão permitir a realização atividades culturais onde serão abordados diversos temas de forma transversal, dentre eles questões relacionadas à educação ambiental, aos aspectos étnicos-raciais e de direitos humanos tão necessárias a formação de professores. Este é o momento oportuno para realizar atividades avaliativas, aulas teóricas e práticas que poderão ocorrer através de videoconferências, na interação com o sistema de acompanhamento e também pela realização de atividades, individuais e coletivas no ambiente virtual de aprendizagem, Moodle. O conteúdo a ser estudado constará de disciplinas integradas e complementares, disponibilizadas por meio do ambiente digital colaborativo.

Conforme preconiza o Decreto 9.057, 25/05/2017, Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O curso, também, inclui estratégias que levam os alunos a experimentar práticas de produção cooperativa, com a formação de grupos de trabalho interdisciplinar, através de estudos em grupo e pelos laboratórios de práticas, a serem oferecidas durante o curso,

nos laboratórios dos polos, que será criado especificamente para receber os alunos e os docentes, em encontros bimestrais presenciais.

A estrutura curricular privilegia a reflexão sistemática sobre a importância de cada tema estudado no contexto da educação básica, sua relação com a prática de sala de aula e a realidade local.

Com base nos estudos realizados serão desenvolvidas atividades ao longo de todo o processo, de forma a capacitar os alunos para a proposição de seus próprios programas de ensino e aprendizagem, nos quais a Educação Física poderá assumir o importante papel de vértice de uma espiral que possa, aos poucos, ser ampliada.

Desta forma pretende-se envolver as demais disciplinas, respeitando suas especificidades e buscando gerar uma matriz interdisciplinar centrada em propostas relacionadas à Educação Física que visem, também, envolver toda a comunidade escolar.

Considerando que existem várias tendências pedagógicas e conceitos de Educação Física no cenário brasileiro, cada uma tendo bases epistemológicas distintas, este projeto de Licenciatura em Educação Física pretende perpassar por todas levando aos alunos a discussão e reflexão de todas e, contemplando os seguintes itens:

### **A História**

Por este conceito espera-se que o aluno perceba o desenvolvimento e a construção do conhecimento num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num continuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

### **A Construção**

Outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o aluno reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, aluno, deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

### **A Diversidade**

Importante que o aluno compreenda como as diferentes abordagens pedagógicas determinam posicionamentos políticos distintos na sua ação profissional. Além da diversidade das abordagens pedagógicas temos como proposta metodológica ampliar o foco do curriculum escolar de forma transversal e interdisciplinar para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

## 2 Perfil profissional

Tratar da formação do licenciado é antes de tudo tratar da formação humana. Neste sentido, uma proposta pedagógica que se assenta em um projeto político- pedagógico deve ter em conta alguns aspectos que podem ser considerados essenciais, tais como:

- a) Quem formar?
- b) Como formar?
- c) O que se pretende com a formação?

A resposta a estas três questões se soma à compreensão anteriormente expressa nos objetivos desse projeto político-pedagógico, a de que precisamos buscar uma formação socialmente referenciada e crítica para nossos estudantes, o que tem relação direta com a concepção de omnilateralidade, que pressupõe que a Educação é o “desenvolvimento de potências ou potencialidades humanas preexistentes no homem, bastando apenas utilizá-las, colocá-las em ato (MARCASSA, 2004, s/p).

O Licenciado em Educação Física deverá ser formado para intervir pedagógica e cientificamente no ambiente escolar, com aprofundamento em conhecimentos de natureza técnica, pedagógica, filosófica, histórica e cultural.

O curso deverá, portanto, oferecer possibilidades para apropriação de conhecimentos por meio de ensino, pesquisa e extensão, que permitam ao licenciado a apropriação de concepções psicopedagógicas e investigativas estruturadas com base em uma atitude crítico-reflexiva diante da realidade sociocultural.

Dentre as competências pedagógicas a serem desenvolvidas pelo curso, destacam-se as relacionadas com o domínio da articulação necessária entre as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais do ensino da Educação Física (ZABALA, 2010), a saber:

- a) Compreensão do papel social da escola e da Educação Física, comprometidos com os valores inspiradores da sociedade democrática, estimulando a construção da subjetividade do estudante na perspectiva da educação para a cidadania no âmbito das ações escolares;
- b) Domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos, de sua articulação interdisciplinar/transdisciplinar e do trato com a diversidade;

- c) Domínio do conhecimento pedagógico, na perspectiva da compreensão (aprendizagem significativa), para sua operacionalização no ensino tratando dos conteúdos conceituais, conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais;
- d) Conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- e) Gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Para exercer as funções relacionadas com a docência na área da Educação Física, o egresso deste curso de licenciatura deve demonstrar senso ético nas dimensões profissional e social, assim como assumir o compromisso político com a redução das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Deve ser um educador competente e se apropriar do necessário embasamento técnico-científico e prático, culto, pesquisador, capaz de construir seu próprio conhecimento, de servir à sociedade, de contribuir para o desenvolvimento social sustentável, de fortalecer os ideais de democracia e o respeito às desigualdades ideológicas e políticas.

O licenciado, a partir de uma formação abrangente, deve possuir um consistente embasamento reflexivo e crítico, com ampla visão da história e das questões sociais brasileiras.

Deve ter condições de identificar o processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano e sua relação com as questões de ensino-aprendizagem, em uma perspectiva histórica, para efetivar propostas de atividades físicas e esportivas onde estejam presentes os princípios de transformação social e emancipação do ser humano.

Deve ser detentor de uma base sólida em conhecimentos técnico-científicos sobre o ser humano em suas dimensões biopsicosociológicas, que preserve uma ação educativa integradora sobre corpo, movimento, educação, esporte, saúde e lazer.

Deve ser portador de hábitos de estudos e consciente da necessidade de investimento em um processo de formação continuada, que vise a promover o intercâmbio e a socialização de ideias entre educadores, como um requisito para a melhoria da qualidade de ensino na escola brasileira.

Deve ser capaz de organizar, planejar, administrar e avaliar a sua prática pedagógica tendo como base o jogo, o esporte escolar, a ginástica, a dança e o lazer, tendo a sua atuação principal direcionada para o exercício da docência nos diversos níveis e modalidades de ensino que compõem a Educação Básica, a saber, em instituições de

ensino públicas e privadas, que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, em uma perspectiva inclusiva, assim como com a Educação de Jovens e Adultos.

Será, também, observada a recomendação de exigência de significativa carga de leitura por parte dos licenciados, considerando, inclusive, a recomendação da proposição de leitura contextualizada, que vise ao aprofundamento de estudos de assuntos relacionados com sua prática docente e com a realidade social observada nos contextos escolares.

O licenciado deve se comprometer com as seguintes ações:

- a) Valorização do educador como sujeito capaz de participar e efetivar as transformações políticas e pedagógicas nas escolas em que atuarão;
- b) Estímulo ao trabalho colaborativo e à construção de redes interconectadas de educadores para intercâmbio de experiências, comunicação e produção coletiva de conhecimento;
- c) Inclusão digital a fim de qualificar-se para o uso das tecnologias de comunicação e informação e seus códigos/linguagens.

### **3 Princípios norteadores do curso**

O Projeto Político Pedagógico fundamenta-se nas diretrizes emanadas da Resolução do CNE/CP N.º 2 de 01/07/2015, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a saber:

1 - Articulação entre teoria e prática, por meio de um processo de formação que pressupõe o envolvimento direto com a docência desde o início e ao longo do curso. Sendo assim, a experiência como docente não está restrita ao estágio supervisionado, mas faz parte de um eixo transversal que articula todas as disciplinas e todas as etapas da ação educativa, desde o planejamento até a avaliação e a teorização do fazer pedagógico.

O estudante deve vivenciar todas as atribuições que fazem parte do cotidiano escolar, tanto que a inserção na jornada de trabalho escolar deve ocorrer em turnos integrais e não apenas em horários pontuais. O estudante deve participar da elaboração do projeto pedagógico e conhecer a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Lei de Diretrizes da Educação Nacionais LDB, a legislação educacional, o regimento escolar e todos os demais documentos normativos relacionados com a Educação Básica.

2 - Como parte das ações iniciais do currículo deve ser realizada uma sondagem das insuficiências na formação de nível fundamental e médio, de forma que a universidade assuma a responsabilidade pela correção das lacunas de aprendizagem verificadas na Educação Básica.

3 - A organização das atividades curriculares deve levar em consideração as implicações da transposição didática, ou seja, de que existe uma diferença entre o estudante aprender e dominar um determinado conteúdo e ele aprender a ensinar esse conteúdo para outras pessoas. Essa confusão marcou a Educação Física durante algum tempo, quando era exigido no vestibular de habilidades específicas, que os candidatos a uma vaga demonstrassem aptidão atlética, como se o curso fosse para formar atletas e não para formar educadores que se dedicam ao desenvolvimento do repertório de experiências corporais dos seus alunos.

4 - De igual modo, a organização das atividades curriculares deve também levar em consideração as implicações da simetria invertida, ou seja, o fato de que, ao longo do curso universitário, o estudante deve aprender a ser professor, porém está na condição de aluno. Para evitar as distorções provocadas por essa questão, é necessário que a docência

assuma a centralidade na formação do educador, assim como exige que o corpo docente formador atue de forma a servir de modelo, adotando posturas didáticas coerentes com a estabelecida pelo perfil profissional previsto para os egressos do curso.

O próprio currículo deve oportunizar vivências semelhantes àquelas que o professor formado deve colocar em prática na sua futura escola, tais como a realização de eventos, a organização dos alunos em grêmios estudantis, o combate à violência e ao uso de drogas, dentre outras.

Uma das tarefas mais complexas da reestruturação curricular é a definição dos conhecimentos específicos da Educação Física, considerados essenciais para a formação do professor. Uma orientação importante é que essa definição não deve se restringir ao que o professor irá ensinar, mas precisa envolver conteúdos adicionais que subsidiem uma avaliação crítica da própria Educação Física com uma área de conhecimentos e sua interação com as necessidades sociais que marcam a realidade brasileira, historicamente.

Eixos articuladores da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física:

- a) O currículo deve articular atividades relacionadas com os diferentes âmbitos do conhecimento, de forma a promover o envolvimento do estudante com: oficinas, seminários, grupos de trabalho, grupos de pesquisa, grupos de estudo, monitorias, eventos científicos, projetos de extensão dentre outras atividades acadêmicas.
- b) O currículo deve promover atividades sistemáticas de interação e comunicação entre os membros da comunidade acadêmica, aproximando os estudantes dos diversos semestres, os estudantes da Educação Física com os demais estudantes da universidade, os estudantes de graduação com os de pós-graduação, os estudantes atuais com os egressos, os estudantes universitários com os estudantes da Educação Básica (convivência na universidade e na escola).
- c) O currículo deve incentivar o debate constante entre os aspectos disciplinares do curso e os aspectos interdisciplinares. Na construção e execução da proposta pedagógica da escola, o professor deve aprender a trabalhar coletivamente, junto com os demais membros da equipe pedagógica.
- d) O currículo pressupõe uma formação complementar entre a especificidade do campo da Educação Física e a formação comum da Licenciatura, ou seja, a Educação.
- e) A definição dos princípios norteadores do curso deve, complementarmente, atender ao disposto na Resolução CNE/CES N° 7/2004 que, dentre outras

competências, estabelece orientações específicas para a formação de profissionais para a licenciatura plena em Educação Física e para a elaboração do projeto pedagógico dos cursos (Art. 1º e 2º).

A Educação Física é descrita no Art. 3º da Resolução CNE/CES N° 7/2004, como:

*“uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas”.*

Conforme a descrição apresentada pela referida resolução, a Educação Física tem como objeto de estudo o “movimento humano”. A esse respeito é válido destacar que as discussões teórico-metodológicas acumuladas no campo de conhecimento e intervenção pedagógica da Educação Física apresentam outros conceitos, que se aliam a distintas concepções teóricas e metodológicas, tais como os conceitos de “atividade física”, “movimento humano”, “cultura corporal”, “cultura corporal do movimento humano” e “prática corporal”. Neste âmbito o que se deve fazer é o registro que por questões formais adotaremos – em princípio – o conceito de “movimento humano”. Consideraremos esse conceito em razão de ser aquele que se faz presente no instrumento legal, lembrando que no campo da Educação Física esta discussão não é consensual.

O curso deverá assegurar uma formação para a docência, em perspectiva humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. O egresso deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (Art. 4º).

De acordo com o disposto no Art. 5º, o curso deve estar pautado nos seguintes princípios:

- a) Autonomia institucional;
- b) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) Graduação como formação inicial;
- d) Formação continuada;
- e) Ética pessoal e profissional;
- f) Ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) Abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) Indissociabilidade teoria-prática;
- j) Articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física, com destaque para:

- a) Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- b) Pesquisar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente.
- c) Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada nos campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- d) Participar de equipes multiprofissionais de definição de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- e) Diagnosticar as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- f) Conhecer os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos diversos campos de atuação.

- g) Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- h) Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento (Art. 7º):

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões (Art. 7º):

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas com deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

De acordo com o Art. 8º, para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da “prática de ensino como componente curricular”, vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso, do estágio profissional curricular supervisionado, também em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso, e atividades complementares, incrementadas ao longo do curso, para o aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias,

estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos (Art. 10).

### **3.1 Libras**

A inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no curso de Licenciatura em Educação Física a distância tem como objetivo atender o Art. 4º, da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O referido artigo esclarece que “O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, conforme legislação vigente”.

Para atender o Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a disciplina de Libras será de oferta obrigatória no 3º semestre do curso conforme preconiza o “Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Para além do atendimento legal, a inclusão da disciplina de Libras no currículo do curso de licenciatura buscará contribuir para a formação ampla dos futuros professores no que concerne as questões de comunicação direta às pessoas portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

### **3.2 Princípios étnicos e raciais**

Para atender a Lei Federal nº9394/96 com redação dada pelas leis nº 10.639 e nº 11.645/2008, que tratam a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como as diretrizes do Parecer CNE/CP 003/2004, e a Resolução CNE nº 1/2014, o curso abordará a questão étnico racial de forma programática nas disciplinas Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física, Fundamentos sócio antropológicos da Educação Física e na disciplinas Educação Física

e Inclusão. A temática também será abordada paralelamente aos conteúdos trabalhados nas disciplinas Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados na Educação Física 1 e Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados na Educação Física 2. Serão abordadas temáticas referentes a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes ao contexto brasileiro.

De maneira mais específica aos objetos de ensino da Educação Física, o conteúdo será abordado nas disciplinas de Metodologia das Lutas por meio da Capoeira, e em disciplinas relacionadas à Dança e as Manifestações Esportivas associadas à cultura brasileira.

### **3.3 Educação ambiental**

Sobre os conteúdos relacionados a Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/1999; Resolução CNE/CP nº 02/2012- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Decreto Federal 4.281/2002) serão inseridas diferentes temáticas de maneira transversal aos conteúdos propostos por meio dos componentes curriculares do curso, assim como nos projetos das Semanas Pedagógicas. As Semanas Pedagógicas são eventos semestrais propostos pela coordenação de curso em parcerias com as coordenações de polos e representações dos estudantes.

Além dessas ações o curso oferece disciplina relacionada fortemente ao tema. A disciplina Manifestações Alternativas da Cultura Esportiva, trabalha os elementos da cultura brasileira que configuraram em práticas esportivas. Dentre elas, destacam-se os esportes de natureza e aventura contextualizados e praticados no Brasil.

Nos momentos presenciais serão incentivadas as práticas corporais relacionadas a Educação Ambiental onde serão abordadas temáticas diversificadas e que cumpre o objetivo de qualificar a formação dos professores para o tema em questão.

Além da vivência por parte dos alunos por meio dos conteúdos das disciplinas presentes no curso, serão objetos das discussões da prática docente por meio dos estágios obrigatórios do curso o papel da educação ambiental como uma dimensão da educação. Assim será buscada a relação da atividade humana com o ambiente onde a escola e os educandos se situam. Buscar-se-á a reflexão crítica e propositiva da Educação Ambiental nos momentos das práticas do estágio e demais ações do curso.

Serão objetivos destas ações as proposições presentes nos Artigos 2º ao 6º da Resolução CNE/CP nº 2/15/06/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Ou seja, A Educação Ambiental será trabalhada como atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. A Educação Ambiental será trabalhada de modo que a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído. A Educação Ambiental será discutida para que sua construção aconteça com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. A Educação Ambiental não será uma atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e deverá ser assumida de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica. Por fim, a Educação Ambiental deverá adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista.

### **3.4 Educação em Direitos Humanos**

Segundo a resolução CNE/CP nº 1/2012 em seu Artigo 5º:

*“A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.*

*§ 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.”*

A educação em direitos humanos no curso de Licenciatura será abordada de forma transversal aos conteúdos abordados pelas disciplinas dos cursos. Entretanto cabe ressaltar que o tema será abordado nas disciplinas que tratam da gestão e do planejamento escolar, bem como da intervenção e prática docente. Nesse sentido durante a supervisão dos estágios obrigatórios será abordada a temática sobre a ótica crítica e por meio do confronto com a realidade dos diversos locais nos quais o curso atuará. Nesse sentido a

Educação a Distância fomenta o intercâmbio e confronto de diferentes realidades regionais onde o curso será ofertado.

Pretende-se com a disciplina Educação Física e Inclusão aprofundar a temática seguindo as recomendações do Parecer CNE/CP Nº 8/2012. Apresentando ao licenciando o contexto histórico da Educação em Direitos Humanos, seus fundamentos e Princípios.

### 3.5 Práticas como componente curricular

As práticas como componente curricular serão abordadas por meio das disciplinas Fundamentos do desenvolvimento e aprendizado aplicados à Educação Física 1 e 2 em conjunto com as disciplinas obrigatórias seletivas (OBS).

A disciplina “Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizado Aplicados à Educação Física 1” aborda os princípios da intervenção prática do Professor de Educação Física na educação infantil e nos anos iniciais do fundamental. Já a disciplina “Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizado Aplicados à Educação Física 2” trata das práticas voltadas para os anos finais do fundamental, ensino médio e EJA.

As disciplinas tratam dos aspectos básicos da prática do ensinar. Associam a Educação Física aos aspectos pertinentes a características motoras, cognitivas e socioculturais relativas à idade e aos processos de amadurecimento da criança, do adolescente e dos jovens e adultos no contexto escolar. As cargas horárias das duas disciplinas somam 120 horas.

As disciplinas obrigatórias seletivas abordam um conjunto de atividades práticas do ensino da Educação Física na escola. Permitem ao estudante uma formação prática do ensino na escola por meio de ampla gama de variedades temáticas como pode ser observado no quadro abaixo. O estudante deverá cumprir um mínimo de 5 disciplinas da relação constante no quadro abaixo, perfazendo o total de 300 horas.

n.	Disciplinas Obrigatórias Seletivas - OBS	Créditos	Horas
1	Metodologia da Dança e Expressão Corporal	4	60
2	Metodologia das Atividades Gímnicas	4	60
3	Metodologia das Lutas e Artes Marciais	4	60
4	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 1	4	60
5	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 2	4	60
6	Metodologia do Atletismo	4	60
7	Metodologia dos Jogos	4	60
8	Metodologia dos Esportes Individuais	4	60
9	Metodologia das Atividades Físicas Alternativas	4	60

Em atendimento à Resolução CNE/CP n. 2/2015, as práticas como componente curricular serão abordadas em 28 créditos ou 420 horas, sendo duas disciplinas de Fundamentos e o mínimo de cinco disciplinas de metodologias.

### **3.6 Estágio supervisionado obrigatório**

O estágio Supervisionado constitui parte essencial deste currículo. Ele é como uma ponte que liga a aprendizagem teórico/prática ofertada pelo curso de Educação Física às escolas públicas e privadas da região onde os estágios serão realizados. A integração com as redes públicas de ensino para efeito da realização dos estágios dos alunos do curso, na UnB acontece através de convênios com as escolas que fazem parte da rede pública de ensino, como é o caso do estágio supervisionado desenvolvidos em escolas públicas e privadas, municipais e estaduais desde que seja de Educação Básica (Estágios Supervisionados na Educação Infantil, Ensino Fundamental Ensino Médio e EJA).

Os polos são orientados a buscar parcerias com a rede pública e particular de ensino na cidade sede, bem como nas circunvizinhas. No entanto, o estudante não é obrigado a realizar estágio somente em instituições de ensino parceiras dos polos.

O estágio obrigatório é acompanhado pelo Professor de Educação Física da escola que avaliará o graduando em todas as etapas do estágio, juntamente como o professor supervisor da disciplina na Universidade de Brasília. A oferta das disciplinas de estágio supervisionado acontece a partir da segunda metade do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física, corresponde a 15% da carga horária total do curso, distribuídos em 4 disciplina(s), ou seja, Estágio Supervisionado de Educação Física no Ensino Infantil (7 créditos, 105 horas), Estágio Supervisionado de Educação Física no Ensino Fundamental (7 créditos, 105 horas), Estágio Supervisionado de Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos EJA (7 créditos, 105 horas), e Estágio Supervisionado Avançado em Educação Física (6 créditos, 90 horas), perfazendo um total de 27 créditos (405 horas).

O Estágio Supervisionado (ver ementas) far-se-á, também, mediante a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao ampliar a concepção estrita de sala de aula, possibilitando contemplar as diferentes dimensões do trabalho do professor. O estágio promoverá o confronto do ensino relacionado à temas como a inclusão, os direitos humanos, as questões étnicos-raciais e a educação ambiental.

### **3.7 Trabalho de conclusão de curso**

Cada aluno apresentará um trabalho de conclusão de curso que representará a oportunidade para que o aluno sistematize a discussão de questões teóricas e práticas sobre o campo da Educação Física escolar, seu ensino e aprendizagem. Ao tempo que fomenta uma síntese de sua formação, esta experiência amadurece e estimula o aluno para a continuação da atividade de pesquisa nos níveis de pós-graduação.

As disciplinas que sistematizam o trabalho de conclusão de curso são Trabalho de Conclusão de Curso 1, ofertada no sexto semestre e Trabalho de Conclusão de Curso 2, ofertada no 8 semestre.

### **3.8 Pesquisa e iniciação científica**

Essas atividades poderão estar presentes em todo o percurso, dependendo da demanda e das condições locais e terão o objetivo de propiciar a familiaridade do discente com os procedimentos de investigação e com o processo histórico de produção, apropriação e disseminação do conhecimento, contribuindo para a compreensão do caráter provisório dos modelos teóricos. Entre outros aspectos, possibilitarão demonstrar que a Educação Física, a ciência e a educação, como criações humanas, não são desvinculadas dessas questões e que as escolhas teórico-metodológicas estão perpassadas por esses processos.

### **3.9 Estudos Integradores - Atividades Complementares**

As Atividades Complementares contemplam os Estudos Integradores como um dos componentes curriculares do curso que visam estimular no desenvolvimento da autonomia na prática de estudos independentes. Desta forma os alunos deverão completar uma carga horária de 210 horas (14 créditos) por meio da participação em eventos de caráter científico e cultural, conforme previsto na Resolução CNE/CP 002 de 01/07/2015, que preconizam: “um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com o processo formativo do professor como um todo”.

Diante disso, podemos citar as seguintes atividades: seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Bem como a mobilidade estudantil, intercâmbio, atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

A concepção das experiências propostas é vista neste projeto de curso, como um avanço das formulações curriculares, tornando-as mais dinâmicas e engajadas no contexto das pesquisas e iniciativas profissionais da área, devendo, portanto, ser garantida na formação do aluno. Nesse sentido, estamos propondo que sejam tomadas como obrigatórias 210 horas de atividades extracurriculares. De acordo com as determinações do Parecer, citadas acima, reiteramos que tais atividades devem contar com a orientação docente, viabilizada, em nosso caso, pelo acompanhamento do tutor responsável pela turma.

Serão propostas 06 semanas pedagógicas a serem realizadas nos polos, ao longo do curso, como parte desta modalidade e integradas ao projeto pedagógico do curso. De acordo com as determinações do Parecer, citadas acima, reiteramos que tais atividades devem contar com a orientação docente, viabilizada, em nosso caso, pelo acompanhamento do tutor responsável pela turma.

O Regulamento que orienta as Atividades Complementares do Curso é apresentado, no final, do Projeto Político Pedagógico.

Além da participação de iniciativa individual em atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, o aluno tem a opção, para cumprir a carga horária prevista, participar das semanas pedagógicas que são realizadas nos polos ao longo do período de formação, como parte desta modalidade e integradas ao Projeto Pedagógico do Curso.

### **3.10 Base Nacional Comum Curricular**

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe a necessidade de um novo olhar para a formação de professores para atuar na educação básica. Nesse contexto, a Educação Física tem por desafio a consolidação de ressignificações importantes para sua prática e para os seus caminhos pedagógicos. Em meio a diversidade cultural e abrangência geográfica. O Brasil faz-se como um grande celeiro de oportunidades para professores de Educação Física. Uma vez que o componente curricular preconiza o ensino das práticas corporais e formas variadas de compreensão e significados inerentes ao contexto histórico e social.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

*A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. (BRASIL, 2017, p. 213).*

A BNCC propõe 6 unidades temáticas tematizadas por práticas corporais a saber:

- a) Brincadeiras e jogos;
- b) Esportes;
- c) Ginásticas;
- d) Danças;
- e) Lutas; e
- f) Práticas corporais de aventura.

O documento ressalta ainda a necessidade e a pertinência dos estudantes terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido, relacionando as atividades aquáticas à segurança pessoal e ao potencial de lazer que elas representam.

A BNCC será abordada pelo curso de Licenciatura em Educação Física a distância, enquanto conteúdo transversal das disciplinas e também como conteúdo específico de um conjunto de disciplinas que tem por objetivo tratar dos fundamentos da Educação Física. Por fim, as disciplinas que contemplam as metodologias de ensino específicas irão abordar os objetos, as competências específicas da educação física e habilidades.

Nesse sentido, destaca-se que as disciplinas abaixo contemplarão pontualmente a discussão da BNCC:

- a) Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física;
- b) Fundamentos sócio antropológicos da Educação Física;
- c) Fundamentos teórico-metodológico da Educação Física;
- d) Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 1;
- e) Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 2; e
- f) Educação Física: leis, normas e políticas.

A relação de disciplinas que tratam das metodologias de ensino e trabalharão os conteúdos específicos às competências previstas na BNCC:

- a) Educação Física e práticas corporais;
- b) Metodologia da Dança e Expressão Corporal;
- c) Metodologia das Atividades Gímnicas;
- d) Metodologia das Lutas e Artes Marciais;
- e) Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 1;
- f) Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 2;
- g) Metodologia do Atletismo;
- h) Metodologia dos Jogos;
- i) Metodologia dos Esportes Individuais; e
- j) Metodologia das Atividades Físicas Alternativas.

Destaca-se ainda que alguns conteúdos relacionados temáticas mais específicas à saúde também serão propostos com base no conteúdo da BNCC, bem como seminários serão promovidos de modo a discutir as transformações do currículo diante da evolução histórica da legislação.

### 3.11 Alinhamento e Políticas Institucionais

Institucionalmente, a reestruturação da UAB na UnB aconteceu em 2017, quando da incorporação dessas atividades à coordenação de integração das licenciaturas. Em maio de 2017 foi constituído o Comitê de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEDUnB).

O Centro de Educação a Distância (CEAD) da UnB foi criado em 1979 e é o órgão responsável pelo desenvolvimento de metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem, intercâmbio científico e acadêmico, além do apoio à formação de docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil, na modalidade.

De acordo com o PDI (2018-2022), as políticas para a modalidade a distância abrangem ensino, pesquisa, extensão e inovação em conformidade com a legislação pertinente. Dessa forma, por meio da participação ativa da comunidade acadêmica, a criação e ampliação do uso da Educação a Distância (EaD) na Universidade de Brasília são discutidas e avaliadas. As diretrizes orientadoras dessas políticas na UnB são:

- a) Oferecer cursos de qualidade, capazes de proporcionar a emancipação intelectual, social e econômica dos diferentes atores sociais;
- b) Utilizar a EaD como complemento às disciplinas presenciais;
- c) Criar política de formação de docentes para o uso adequado da EaD;
- d) Promover a atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo da EaD na educação presencial e a distância;
- e) Formular política própria para oferta de cursos à distância e inclusão das TIC e TDIC nos processos de ensino e aprendizagem que leve em conta as condições reais das unidades acadêmicas para ofertas de qualidade;
- f) Incluir a EaD nos processos de ensino e aprendizagem pretendida para os discentes, contemplando as condições reais das unidades acadêmicas, na sede e nos polos, para ofertas de qualidade;
- g) Criar estratégias internas para institucionalizar a gestão dos cursos a distância, tendo em vista a existência de diversos atores sociais como: tutores, coordenadores, polos de apoio presencial, docentes, equipes multidisciplinares, recursos tecnológicos;
- h) Incluir as TIC e TDIC na educação presencial e a distância, tendo como princípios a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nas diferentes regiões brasileiras visando à redução das

desigualdades sociais, prioritariamente na região centro-oeste e distrito federal, mas não se limitando a ela;

- i) Criar modelos de fomento e incentivo à integração das TIC e TDIC na educação presencial e a distância pelas instâncias internas responsáveis na UnB em diferentes níveis e modalidades;
- j) Estimular a pesquisa permanente das atividades de ensino baseadas nas TIC e TDIC, via editais internos, para garantir ofertas com qualidade pedagógica;
- k) Estimular a difusão dos resultados das atividades pedagógicas baseadas no uso das TIC e TDIC, com incentivo à produção acadêmica;
- l) Estabelecer diretrizes para a submissão de cursos e disciplinas a distância em consonância com a estrutura acadêmica da UnB, levando-se em conta as especificidades da EaD e a autonomia universitária;
- m) Compartilhar a produção acadêmica via materiais didáticos dos cursos presenciais e a distância;
- n) Investir na produção de materiais pedagógicos para melhoria da qualidade dos cursos baseados em TIC e TDIC via aplicação de referenciais de qualidade para EaD na UnB;
- o) Criar formas de gestão da EaD para análise e avaliação das ofertas de cursos e disciplinas a distância na UnB.

São previstas ainda, ações e políticas de acolhimento e estímulo a permanência alinhadas ao PDI (2018-2022).

Implantação do programa de acolhimento aos estudantes - acolhimento aos estudantes na ocasião do registro do calouro. O programa de acolhimento ao calouro vem sendo incrementado com palestras, distribuição de agendas, atividades de apresentação da Instituição, projetos de criação de aplicativos, preparação do guia do calouro em formato digital, com links para a página do calouro, entre outros.

O DEG também disponibiliza outros editais para os alunos de graduação, tais como: programa de monitoria; programa de tutoria; auxílio para participação de alunos de graduação em eventos nacionais e auxílio para participação de alunos de graduação em eventos internacionais.

O Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) é o órgão de apoio acadêmico e de orientação psicopedagógico da UnB. Esse serviço vem passando por alterações em seu

formato original visando contribuir de forma mais efetiva para a construção coletiva do desenvolvimento acadêmico integral do estudante.

O DAC possui a competência de ofertar atendimento discente nos seguintes setores pedagógico-administrativos da instituição: Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência; Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU), Coordenação da Atenção Psicossocial, Coordenação de Prevenção, Coordenação da Promoção e de Qualidade, Diretoria de Desenvolvimento Social, Coordenação Administrativa, Coordenação Técnica do Serviço de Proteção Social, Coordenação Geral da Casa o Estudantes Universitário, Diretoria da Diversidade, Coordenação da Diversidade Sexual, Coordenação da Questão Indígena, Coordenação da Questão Negra, Coordenação dos Direitos da Mulher, Diretoria de Esporte, Arte e Cultura, Coordenação de Arte e Cultura, Coordenação de Esporte e Lazer, Coordenação de Organizações Comunitárias, Diretoria do Restaurante Universitário, Coordenação de Gestão Administrativa e Coordenação de Promoção à Alimentação.

Em relação ao estímulo a permanência, a UnB possui um programa de reintegração de estudantes. Com a recente mudança na legislação sobre reintegração de ex-alunos, a solicitação de reintegração, que era realizada por meio de dois editais por ano retomou-se a reintegração em fluxo contínuo e não mais por meio de edital. A mudança visa evitar atraso na liberação de resultados para estudantes de unidades que julgam rapidamente os processos, mas que antes precisavam aguardar até que todas as demais unidades da UnB encaminhassem os resultados. A solicitação de reintegração também sofreu alteração e passou a ser realizada diretamente na secretaria do curso. Assim, espera-se que haja mais agilidade nas decisões.

Para questões ligadas à acessibilidade, o atendimento se faz por meio da Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência (PPNE), que tem como objetivos: garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico das pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas na UnB e assegurar sua plena inclusão à vida universitária. Para tanto, as atividades desenvolvidas pela Coordenação visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã. Entende-se que a construção de uma Universidade mais inclusiva se dá a partir da eliminação de barreiras e articulação entre unidades acadêmicas e administrativas da Universidade.

#### **4 Organização curricular**

A organização Curricular constará de disciplinas integradas e complementares, disponibilizadas por meio do ambiente digital colaborativo Moodle. É importante mencionar que a organização curricular do Curso de Licenciatura de Educação Física foi planejada conforme dispõe a Resolução CNE/CP nº. 2/2015, no que se refere à carga horária mínima de 3.255 horas, distribuição da carga horária referente à prática como componente curricular (420 horas), ao núcleo de estudos de formação geral e núcleo de aprofundamento (2.220 horas), aos estágios supervisionados (405 horas), e de atividades complementares ou estudos integradores (210 horas).

O currículo é dividido em disciplinas obrigatórias (OBR), obrigatórias seletivas (OBS), optativas (OPT) e de módulo livre. No entanto, algumas particularidades referentes a oferta a distância merecem ser destacadas.

As disciplinas de módulo Livre estão previstas no Regimento Interno da UnB (Art. 89, § 3º) como disciplinas de livre escolha do aluno entre as disciplinas oferecidas pela Universidade e que devem corresponder a 24 (vinte e quatro) créditos, pelo menos, para os cursos regulares de duração plena. Em função da oferta a distância, o estudante poderá solicitar aproveitamento de disciplinas cursadas na UnB em um limite de 24 (vinte e quatro) créditos a título de módulo livre, isentos de equivalência com as disciplinas do curso.

As disciplinas obrigatórias seletivas são disciplinas obrigatórias que neste curso tratam de metodologias de ensino dos objetos da educação física mais específicos a formação. São disciplinas de cunho prático. Para concluir o curso o estudante deve cursar, ao menos, cinco destas disciplinas integralizando um total de 20 créditos.

As disciplinas optativas do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância estão relacionadas no próximo tópico e serão ofertadas preferencialmente de forma diversificada por entradas de turmas em editais CAPES/UAB. Nesse sentido, o estudante poderá integralizar seus créditos em disciplinas optativas mediante ao total de créditos nesta modalidade, previsto pelo projeto pedagógico de sua entrada na Universidade, optando pelas disciplinas da oferta vigente.

Em relação as disciplinas optativas do curso, serão ofertas no 3º e 4º semestres a disciplina optativas Projeto de Extensão em Educação Física I e Projeto de Extensão em Educação Física II, ambas com 4 créditos. Por meio das disciplinas Projeto de Extensão serão realizados em parceria com os polos, nos quais ações serão identificadas planejadas

e executadas ampliando o alcance da extensão da UnB aos polos UAB. A entrada nas disciplinas é optativa ao estudante.

#### 4.1 Matriz curricular / Carga horária / Crédito

MATRIZ CURRICULAR						
n.	Código	1º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	107191	Educação Física e práticas corporais	2	2	4	Obr FGA
2	106984	Anatomia aplicada à Educação Física	2	2	4	Obr FGA
3		Educação Tutorial: Currículo de Formação em Educação Física	3	1	4	Obr FGA
4	197122	Informática Instrumental	3	1	4	Obr FGA
5	197891	Comunicação, Expressão e Estudo Acadêmico	3	1	4	Obr FGA
6		Obrigatória Seletiva 1	2	2	4	Obs FP
Total de créditos do semestre:			15	9	24	
n.	Código	2º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	106917	Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	3	1	4	Obr FGA
2	106976	Fisiologia do exercício 1	3	1	4	Obr FGA
3	106925	Fundamentos sócio-antropológicos da Educação Física	3	1	4	Obr FGA
4	106909	Políticas Públicas em Educação Física, esporte, saúde e lazer	2	2	4	Obr FGA
5	107000	Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros	1	3	4	Obr FGA
6		Obrigatória Seletiva 2	2	2	4	Obs FP
Total de créditos do semestre:			14	10	24	
n.	Código	3º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	107085	Fundamentos teórico-metodológico da Educação Física	3	1	4	Obr FGA
2		Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 1	2	2	4	Obr FP
3	106992	Fisiologia do exercício 2	3	1	4	Obr FGA
4	107093	Ciência e Pesquisa em Educação Física	2	2	4	Obr FGA
5		Obrigatória Seletiva 3	2	2	4	Obs FP
6		Obrigatória Seletiva 4	2	2	4	Obs FP
Total de créditos do semestre:			14	10	24	
n.	Código	4º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	197882	Didática da Educação Física	2	2	4	Obr FGA
2		Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 2	2	2	4	Obr FP
3	107018	Cinesiologia aplicada à Educação Física	3	1	4	Obr FGA
4	106968	Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Física	2	2	4	Obr FGA
5	106950	Administração em Educação Física	2	2	4	Obr FGA
6	103322	Libras - Básico	4	0	4	Obr FGA
Total de créditos do semestre:			15	9	24	
n.	Código	5º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	107212	Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil	1	6	7	Estg
2		Educação Física e Inclusão	2	2	4	Obr FGA
3	195251	Medidas e avaliação em Educação Física	2	2	4	Obr FGA
4	107255	Seminário de Pesquisa em Educação Física	2	2	4	Obr FGA
5	107182	Aspectos psicológicos da aprendizagem aplicados à Educação Física	2	2	4	Obr FGA
6		Obrigatória Seletiva 5	2	2	4	Obs FP
Total de créditos do semestre:			11	16	27	
n.	Código	6º semestre	Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	107221	Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Fundamental	1	6	7	Estg
2	127337	Trabalho de Conclusão de Curso I	2	2	4	Obr FGA
3	107131	Estudos e pesquisas em Educação Física Escolar	2	2	4	Obr FGA
4	107107	Estatística aplicada à Educação Física	2	2	4	Obr FGA
5		Optativa 1	2	2	4	Opt FGA
6		Optativa 2	2	2	4	Opt FGA
Total de créditos do semestre:			11	16	27	

7º semestre						
n.	Código		Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	107239	Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos	1	6	7	Estg
2	107204	Educação Física: leis, normas e políticas	2	2	4	Obr FGA
3		Optativa 3	2	2	4	Opt FGA
4		Optativa 4	2	2	4	Opt FGA
5		Optativa 5	2	2	4	Opt FGA
6		Optativa 6	2	2	4	Opt FGA
<b>Total de créditos do semestre:</b>			<b>11</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	
8º semestre						
n.	Código		Teórico	Prático	Total	Mod C C
1	106933	Estágio Supervisionado Avançado em Educação Física	1	5	6	Estg
2	107115	Trabalho de Conclusão do Curso II	2	2	4	Obr FGA
3		Optativa 7	2	2	4	Opt FGA
4		Optativa 8	2	2	4	Opt FGA
5		Optativa 9	2	2	4	Opt FGA
6		Optativa 10	2	2	4	Opt FGA
<b>Total de créditos do semestre:</b>			<b>11</b>	<b>15</b>	<b>26</b>	

**Nota:** Disciplinas: Obrigatórias (OBR); Obrigatórias Seletivas (OBS); Optativas (OPT); e R); Estágio (ESTG). **Obs.:** As disciplinas sem código estão em processo de criação.

O total de crédito e carga horária por modalidades de disciplinas são apresentadas no quadro abaixo.

Distribuição dos Créditos por Modalidade de Disciplina	Créditos	Horas
Total de créditos em disciplinas obrigatórias	116	1.740
Total de créditos em disciplinas de estágio	27	405
Total de créditos em disciplinas obrigatórias seletivas	20	300
Total de créditos em disciplinas optativas	40	600
<b>Total de créditos em disciplinas</b>	<b>203</b>	<b>3.045</b>
Total de créditos em atividades complementares Núcleo de Estudos Integradores (INT)	14	210
<b>Total de créditos necessários para conclusão do curso</b>	<b>217</b>	<b>3.255</b>

De acordo com o regimento interno da Universidade de Brasília em seu artigo 76 a carga horária dos cursos não poderá ultrapassar 10% da carga horária total presente nas diretrizes curriculares nacionais. O curso de Licenciatura em Educação Física a Distância possui um total de 3.255 que representa menos que a carga horária de 3.520 horas (3.200 horas mais 10% 320 horas).

Ainda em relação ao Regimento Interno da Universidade de Brasília no que dispõe o § 2º, art. 89 a proporção de 70/30 que diz respeito a oferta de até 70% de disciplinas obrigatórias, o curso de Licenciatura em Educação Física a Distância possui um total de 2.040 horas em disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas que representa um percentual de 62,7 % da carga horária total.

## 4.2 Delimitações curriculares e carga horária

O quadro abaixo representa as delimitações curriculares e suas respectivas cargas horárias.

Conteúdos Curriculares (C C )	Créditos	Horas
Atividades formativas (FGA)	148	2.220
Práticas como componente curricular (FP)	28	420
Estágio Supervisionado Obrigatório (Estg)	27	405
Atividades Complementares	14	210
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>3.255</b>

As disciplinas estão indicadas na matriz curricular e classificadas quanto a delimitação curricular na última da tabela. Nesse sentido, ressalta-se que 2.220 horas são destinadas às atividades formativas, os estágios somam 405 horas e as atividades complementares ou estudos integradores 210 horas.

A prática como componente curricular será composta pelo conjunto das duas disciplinas de Fundamentos de Ensino e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 1 e 2 e o arranjo das 5 (cinco) disciplinas obrigatórias seletivas que tratam das metodologias de ensino de objetos diversificados da Educação Física. Estes objetos variam entre jogos, práticas esportivas coletivas, individuais e elementos da cultura corporal do movimento mais presentes ao contexto educacional e social brasileiro.

Período	Prática como Componente Curricular Disciplinas	Créditos		
		Teórica	Prática	Total
3	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 1	2	2	4
4	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 2	2	2	4
1	Obrigatória Seletiva 1	2	2	4
2	Obrigatória Seletiva 2	2	2	4
3	Obrigatória Seletiva 3	2	2	4
3	Obrigatória Seletiva 4	2	2	4
5	Obrigatória Seletiva 5	2	2	4
<b>Total</b>		<b>28 Créditos – 420 horas</b>		

Os 28 créditos (420 horas) apresentados no quadro acima por meio de disciplinas que contemplam a prática como componente curricular atendem o disposto pela

Resolução CNE/CP n. 2/2015 que estabelece que o componente curricular deve atingir 400 horas.

Os objetos de ensino do curso que devem contemplar a quinta parte da carga horária total do curso de acordo com o §5 do artigo 13 da Resolução CNE/CP nº 2/2015. As disciplinas abaixo relacionadas que integram o Núcleo de Estudos e Aprofundamento do curso contemplam o conteúdo. É previsto na resolução que a quinta parte da carga horária do curso seja dedicada aos objetos de ensino. Com o total de 217 créditos (3.255 horas) o curso de Licenciatura em Educação Física deveria destinar o mínimo de 651 horas (44 créditos) aos objetos de ensino da profissão.

O conjunto de disciplinas ofertadas como obrigatórias seletivas e optativas contemplam a carga horária solicitada, uma vez que são exigidos 20 créditos em obrigatórias seletivas e 40 créditos em optativas que perfazem 60 créditos totais ou 900 horas.

A lista de disciplinas obrigatórias seletivas e optativas são apresentadas abaixo.

Disciplinas Obrigatórias Seletivas			Téorico	Prático	Total
1	107034	Metodologia da Dança e Expressão Corporal	2	2	4
2	107026	Metodologia das Atividades Gímnicas	2	2	4
3	107158	Metodologia das Lutas e Artes Marciais	2	2	4
4	107140	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 1	2	2	4
5	130443	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 2	2	2	4
6	107042	Metodologia do Atletismo	2	2	4
7	107069	Metodologia dos Jogos	2	2	4
8		Metodologia dos Esportes Individuais	2	2	4
9		Metodologia das Atividades Físicas Alternativas	2	2	4

**Obs.:** As disciplinas sem código estão em processo de criação.

Disciplinas Optativas			Teórico	Prático	Total
1	107000	Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros	2	2	4
2	107077	Princípios do Treinamento Resistido	2	2	4
3	109665	Educação Física Adaptada	2	2	4
4	127264	Aprendizagem e Desenvolvimento Motor	2	2	4
5	127311	Educação Física e Saúde	2	2	4
6		Teorias do Lazer	3	1	4
7	127370	Manifestações Alternativas da Cultura Esportiva	2	2	4
8		Projeto de Extensão 1	2	2	4
9		Projeto de Extensão 2	2	2	4
10	130460	Marketing na Educação Física	3	1	4
11	195260	Nutrição Aplicada à Educação Física	2	2	4
12		Atividade física p/ grupos especiais	3	1	4
13		Bases científicas do treinamento	2	2	4
14		Biomecânica 1	3	1	4
15		Epidemiologia aplicada à Educação Física	4	0	4
16		Fisiologia do exercício 3	2	2	4
17		Gestão de eventos em esporte, saúde e lazer	2	2	4
18		Introdução à psicologia do esporte	3	1	4
19		Recreação e lazer 1	2	2	4
20		Saúde Coletiva e Educação Física	3	1	4

**Obs.:** As disciplinas sem código estão em processo de criação.

## **5 Atendimento às diretrizes curriculares nacionais**

O currículo do curso de Licenciatura em Educação Física, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Educadores para a Educação Básica, está organizado de forma a proporcionar uma formação inicial aos licenciados que contribua para o desenvolvimento das seguintes competências pedagógicas básicas:

- a) Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- b) Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- c) Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- d) Incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- e) Desenvolver práticas investigativas;
- f) Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- g) Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, assim como as tecnologias de informação e comunicação;
- h) Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

O compromisso com a formação de educadores que tenham essas competências educacionais está expresso nos seguintes princípios:

- a) Aproximação e contato direto dos licenciandos com a realidade escolar desde o primeiro semestre letivo;
- b) Abordagem dos conteúdos conceituais-atitudeis-procedimentais por meio de um processo de ação-reflexão-ação que garante a transposição didática – aprender a ensinar;
- c) Organização do eixo principal da formação centrado na vivência da docência em três fases consecutivas e complementares: diagnóstico-participação-regência, de forma a evitar a simetria invertida – garantir que o educador aprende a educar na posição de professor, e não de estudante;
- d) Oferta de um programa de estágio supervisionado a partir da segunda metade do curso.
- e) Fortalecer as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador – grande parte do tempo destinado à discussão curricular na faculdade de educação física foi dedicado ao amadurecimento da proposta curricular em função das experiências e dos conhecimentos dos docentes;

- f) Estabelecer um sistema de desenvolvimento profissional contínuo – a formação inicial na licenciatura com 4 anos de duração somente tem sentido quando a universidade assume o compromisso paralelo com o desenvolvimento de um programa regular de extensão universitária como um espaço de integração entre os egressos e os licenciandos, entre o meio acadêmico e os saberes técnicos e populares que permeiam a cultura corporal;
- g) Fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema educacional – a formalização de uma parceria com a secretaria de educação do DF é condição necessária para o desenvolvimento da nova proposta curricular;
- h) Melhorar a infraestrutura institucional (recursos bibliográficos e tecnológicos) – esse é um compromisso constante da universidade; atualmente, com a consolidação do curso de mestrado em educação física, a faculdade de educação física reúne melhores condições para identificar as áreas carentes e definir uma política de investimentos na modernização dos laboratórios e dos recursos bibliográficos;
- i) Formular, discutir e implementar um sistema de avaliação da educação.

A política educacional do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Superior – SESu, consolidou a proposta do direcionamento da formação em nível de graduação para três categorias de carreiras profissionais: Bacharelado Acadêmico; Bacharelado Profissionalizante e Licenciatura. Dessa forma, a Licenciatura, a partir da nova legislação, deve possuir terminalidade e integralidade próprias em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto político-pedagógico de formação específico.

Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”.

No caso específico da formação de nível superior em Educação Física, ao contrário de todas as demais áreas, é preciso considerar que o curso surgiu no meio acadêmico somente como uma Licenciatura. Enquanto os demais cursos estão ligados originalmente a alguma área de conhecimentos de natureza científica, filosófica ou artística, voltados, portanto, para a formação em nível de Bacharelado, e, a partir da necessidade de professores para ministrarem as matérias do currículo escolar de Educação Básica surgem, em um segundo momento, as respectivas licenciaturas, na Educação Física esse processo ocorreu ao contrário.

A inserção da Licenciatura em Educação Física na Universidade contribuiu para o seu amadurecimento enquanto uma área de conhecimentos científico-filosóficos aplicados, tanto que em 1987, a Resolução 03 do Conselho Federal de Educação, previu a possibilidade da criação dos cursos de Bacharelado em Educação Física.

Sendo assim, o curso de Educação Física, mesmo ligado em muitas universidades à área das ciências da saúde, possui fortes laços de identidade com a área pedagógica, e o perfil do seu egresso é predominantemente comprometido com a educação. O próprio curso de bacharelado não tem uma dimensão acadêmica, reservada para a pós-graduação, dedicando-se, portanto, para um espaço de intervenção profissional que, mesmo não sendo escolar, também está profundamente marcado pela docência, afinal estamos diante do professor de Educação Física, não importa se na academia, no clube, no hospital ou em outros cenários institucionais.

A Licenciatura em Educação Física se constitui por um currículo de formação de educadores que devem estar comprometidos com a transformação da realidade escolar da Educação Básica no Brasil, de forma a ampliar o acesso à escola e à qualidade de ensino. O curso de Licenciatura deve formar profissionais da educação que estejam capacitados para atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento dos educandos.

As seguintes questões devem ser enfrentadas na proposta de formação professores de Educação Física:

- a) Evitar a segmentação da formação de professores nas áreas educacional, esportiva, recreativa e ligada à saúde, assim como garantir a continuidade na formação por meio da extensão e da pós-graduação;
- b) Construir uma proposta pedagógica sintonizada com as demandas sociais e a realidade escolar;
- c) Levar em consideração o repertório de conhecimentos dos professores em formação sobre a cultura corporal e a educação;
- d) Evitar um tratamento inadequado dos conteúdos com foco exclusivamente teórico e dissociado da prática
- e) Criar diversas oportunidades para desenvolvimento pessoal e o enriquecimento cultural dos graduandos;
- f) Evitar uma formação centrada no tratamento restrito da atuação profissional;
- g) Evitar uma concepção de formação universitária acentuadamente pragmática e restrita de prática;

- h) Desenvolver uma proposta consistente de formação do licenciado para a realização da pesquisa aplicada à sua prática pedagógica;
- i) Enfatizar o uso pedagógico criativo de conteúdos relativos às tecnologias da informação e das comunicações.
- j) O currículo do curso de Licenciatura em Educação Física foi estruturado de forma a atender as seguintes diretrizes adicionais para a organização da matriz curricular:
  - k) Deve existir uma interação entre a transmissão do saber técnico-científico historicamente produzido e o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos professores em formação;
  - l) A formação deve incentivar um diálogo crítico entre as perspectivas de atuação pedagógica com foco nas possibilidades disciplinares e na construção das articulações interdisciplinares;
  - m) A estrutura curricular deve promover um equilíbrio entre a formação geral e a formação específica;
  - n) O educador deve ter domínio pessoal dos conhecimentos a serem ensinados e, paralelamente, possuir as competências pedagógicas que fundamentam a ação educativa na mediação desses conhecimentos para o outro;
  - o) O currículo deve associar as dimensões teóricas e práticas.

## **6 Uso de tecnologias da informação e comunicação**

A Universidade de Brasília desenvolve uma política de incentivo ao uso de tecnologias de informação e comunicação por meio do Centro de Apoio a Educação a Distância – CEAD/UnB. O CEAD tem por função desenvolver e viabilizar ações educativas a distância em diversas áreas do conhecimento.

Essas atividades contribuem para que, no futuro, os egressos estejam familiarizados com tecnologias de informação e comunicação que serão estratégicas na otimização do processo de formação continuada.

A exemplo da proposta de um laboratório de práticas pedagógicas de avaliação, as tecnologias de informação e comunicação devem ser apropriadas pelos estudantes de Educação Física ao longo do curso, por meio de pesquisas e estudos sobre o uso pedagógico dos ambientes virtuais de aprendizagem para o desenvolvimento da disciplina Educação Física e suas possibilidades interdisciplinares no currículo de Educação Básica.

O envolvimento da Faculdade de Educação Física com a oferta da licenciatura na modalidade a distância requer investimentos na produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos adequados às tecnologias de educação a distância, seja na elaboração de material impresso para apoio as disciplinas ou na construção de atividades diferenciadas que explorem os meios relacionados com o ler, o ver e o escrever, de maneira a extrapolar o uso tradicional do ouvir.

O curso de Licenciatura em Educação Física deve, portanto, investir na produção de materiais multimídia tais como vídeos, áudios, simulações, jogos interativos, objetos de aprendizagem, software educativo, conteúdos para o quadro digital, banco de objetos de aprendizagem com uso de conteúdos digitais disponibilizados em formato aberto na web, repositório e biblioteca virtual.

O uso das tecnologias de informação e comunicação além de outras finalidades contribui para: melhorar o aproveitamento em disciplinas com elevado número de estudantes matriculados por turma; reduzir índices de reprovação e de evasão; reduzir o tempo de permanência do estudante na universidade; proporcionar a formação pedagógica dos docentes no uso das novas TICs; incentivar práticas pedagógicas inovadoras; promover a produção de materiais didáticos e o compartilhamento por meio de repositórios de objetos de aprendizagem.

O currículo de Licenciatura em Educação Física prevê o uso das tecnologias de informação e comunicação na criação de uma rede de contatos comprometida com a

construção e o compartilhamento de conhecimentos dos atores que transitam em torno do curso de Licenciatura em Educação Física:

- a) Orientação profissional dos estudantes da Educação Básica interessados no ingresso no curso de Educação Física por meio de encontros presenciais na escola e na universidade, articulados com a plataforma virtual;
- b) Produção de materiais didáticos multimídia (banco de objetos de aprendizagem: vídeos, áudios, simulações, jogos interativos) e elaboração de Planos de Ensino com metodologias híbridas (lousa digital) que contribuam para melhoria da qualidade do processo de formação de educadores e para a capacitação dos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física no uso das TICs no âmbito de suas atividades pedagógicas e profissionais após a conclusão do curso;
- c) Orientação acadêmica, por meio da plataforma virtual, dos estudantes e profissionais ligados aos Projetos de Extensão de Ação Contínua da FEF, que atendem diabéticos, idosos, deficientes, dentre outros, que possuem diversos polos em regiões administrativas distantes entre si (Centro Olímpico/UnB, Samambaia, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina), e carecem de uma integração entre as equipes de trabalho;
- d) Acompanhamento e avaliação do currículo e dos estudantes egressos do curso de Licenciatura em Educação Física, a fim de criar uma rede de reflexão e estudos sobre as oportunidades vivenciadas ao longo do currículo universitário e as exigências do contexto de intervenção educacional em uma perspectiva de formação continuada;
- e) Capacitação dos Docentes do curso de Licenciatura em Educação Física da UnB para construção coletiva de novas estratégias de avaliação, articuladas com os componentes curriculares propostos pela Comissão de Especialistas do INEP para a avaliação do ENADE, que permitam o acompanhamento e a supervisão do processo de formação de educadores ao longo do curso, ou seja, não restringindo a avaliação no âmbito das disciplinas, mas criando a possibilidade de avaliações do semestre e uma avaliação ao final do curso.
- f) As diversas partes da proposta curricular possuem justificativas específicas, porém todas estão articuladas com a proposta de promover a integração e convergência entre as modalidades de educação presencial e a distância, por

meio do fomento ao uso de tecnologias de comunicação e informação no curso de Licenciatura em Educação Física.

- g) Ao propor ações voltadas para cada um dos atores envolvidos com o curso (docentes, discentes em diversas fases do curso, egressos), pretende-se favorecer a institucionalização de práticas de ensino-aprendizagem inovadoras, tanto na universidade como nas escolas de Educação Básica, de forma a criar uma cultura acadêmica que tenha no uso de recursos tecnológicos avançados um instrumento útil para melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.
- h) Essas ações serão desenvolvidas sob a coordenação geral do Laboratório de Educação Física e Mídias. As ações estão relacionadas com atividades acadêmicas de ensino-pesquisa-extensão dos professores indicados como responsáveis.

### **6.1 Recursos educacionais: tecnologias aplicadas ao ensino**

A proposta de estruturação dos materiais didáticos tem como base o princípio de que são recursos utilizados por todos os envolvidos no processo educacional. Em se tratando deste curso à distância, os materiais se transformam em importantes canais de comunicação entre estudantes, professores, tutores, a partir das diretrizes e princípios da proposta político-pedagógica do curso.

Por isso, a necessidade de serem dimensionados, respeitando as especificidades inerentes à realidade de acesso do público-alvo a esta modalidade de educação. “O material didático, qualquer que seja a sua natureza, é desprovido de um sentido próprio”. Seu uso racional e estratégico depende da formatação, de uma contextualização prévia por parte do formador, que deve determinar o momento e a intensidade de seu emprego, os objetivos e as metas a serem atingidas, quantificar e qualificar o seu uso.

Em se tratando de um meio impresso (...), um meio audiovisual (...), de um recurso natural (...) ou de um recurso construído (...), o papel do material didático é sempre relacionado com o apoio, a mediação pedagógica e com o instrumento para instigar aprendizagens, permitindo que o aluno opere em níveis afetivos, cognitivos e metacognitivos. Efetivamente, o material didático bem selecionado e/ou concebido deve valorizar conhecimentos já detidos pelo aluno, proporcionar espaços para a construção de

conhecimentos novos e permitir que ele inter-relacione conhecimentos, abstraindo-os”. (SANTOS, 1999, p. 21).

No processo de ensino-aprendizagem utilizamos diversas tecnologias para garantir o processo de interlocução permanente e dinâmico. Neste sentido utiliza-se não só a rede comunicacional viabilizada pela internet, mas também outros meios de comunicação como telefone, fax e correio, que permitirão a todos os alunos, independentemente de suas condições de acesso ao centro tecnológico do Polo, contar com apoio e informações relativas ao curso.

Porém o principal meio de comunicação é o ambiente de aprendizagem que possibilita aos participantes dispor de uma ampla variedade de recursos que visam criar um ambiente colaborativo entre os estudantes, professores supervisores, coordenadores de Polo, tutores etc. A plataforma possibilita integrar todos estes recursos em um só ambiente de aprendizagem.

Por tudo isso, a competência profissional de uma equipe básica para desenvolver materiais para EaD exige a inclusão e o trabalho conjunto e integrado do professor, do especialista em EaD e da equipe de suporte, ou seja, de uma equipe multidisciplinar.

Considerando nossa posição de privilegiar sempre o processo educacional descreveremos a seguir a metodologia empregada para este curso levando em conta as particularidades da UnB no que diz respeito ao emprego dos meios para a EaD. As disciplinas do Curso serão produzidas preferencialmente pelos professores do programa.

## **6.2 Material didático pedagógico**

A proposta de estruturação do material utilizado no curso tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o professor a construírem junto o conhecimento.

Esta abordagem significa ir além do domínio de técnicas. Afinal, o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir receitas, guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação, pois a partir do momento em que se assume como o protagonista de seu trabalho, passa a produzir uma certa mudança de perspectiva com relação à atividade da qual é responsável. (FIORENTINI, 2003)

É importante, dessa forma, que os materiais didáticos estejam integrados. Os professores autores das disciplinas devem relacionar o conteúdo dos hipertextos com a

temática dos fóruns, tarefas, questionários, chat e das videoconferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

Num projeto que se caracterize como formativo e comprometido com o processo de ensino/aprendizagem, como é o caso deste curso, o material didático consistirá principalmente de hipertextos disponibilizados no Moodle que se organizam em unidades temáticas. Também estarão disponíveis atividades de aprendizagem para fortalecer a autonomia dos alunos.

Em função do método escolhido para o curso, com a utilização de recursos tecnológicos computacionais e outros instrumentos, como o vídeo e a multimídia, os alunos terão no decorrer do curso o domínio das tecnologias de informação e comunicação, digitais e analógicas, que são imprescindíveis para a educação atual.

Destaca-se que no percurso do curso as disciplinas foram elaboradas com apoio de material didático produzido pelos docentes que integram o programa de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Brasília. Em conjunto com a produção própria do corpo docente do curso, disponibiliza-se o acervo virtual da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

No mesmo sentido serão utilizados os Recursos Educacionais Abertos (REA) que são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros.

Fomenta ainda, os recursos didáticos todo o conteúdo disponibilizado no portal eduCAPES. O eduCAPES é um portal de objetos educacionais abertos para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós-graduação. Engloba em seu acervo milhares de objetos de aprendizagem, incluindo textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, áudios, imagens e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta, publicados com autorização expressa do autor ou ainda que estejam sob domínio público.

### **6.2.1 Produção, Controle e Distribuição do Material Didático**

Os Professores selecionados para atuarem nas disciplinas são os responsáveis por selecionar o conjunto de materiais didáticos que as compõem. No entanto, as bibliografias básicas e complementares das disciplinas são analisadas pelo NDE e verificadas quanto aos conteúdos descritos pelas unidades curriculares constantes neste PPC. Antes de cada

oferta de turmas por meio de Editais UAB o NDE se reúne e analisa o conteúdo das unidades curriculares e convida o corpo docente para analisarem a necessidade da atualização de ementas e das obras utilizadas em cada disciplina como bibliografia básica ou complementar. Especificamente para o curso a distância, a análise é feita em decorrência da viabilidade da oferta do material aos estudantes por meio do acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, ou via REA, preferencialmente pelo portal eduCAPES.

### **6.2.2 Renovação e Atualização do Acervo**

Em consonância com o PDI, a Biblioteca Central (BCE) da UnB dispõe do Plano de Atualização de Acervos do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SIB-UnB), que apresenta as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos acervos das bibliotecas da UnB. Nesse documento, constam ainda o histórico da BCE; os objetivos gerais e específicos do plano de atualização; a composição e as políticas de formação dos acervos da Universidade; os processos e critérios de seleção, aquisição, substituição e reposição; organização e avaliação do acervo; e atualização da política de desenvolvimento do acervo.

A BCE planeja um crescimento no acervo de 1% a 5% ao ano, de acordo com a verba e o espaço físico disponíveis durante o ciclo 2018-2022, conforme previsão anual estabelecida na LOA. A atualização e a expansão são realizadas por meio da indicação pelos coordenadores e professores designados das bibliografias básicas e complementares dos cursos, que são avaliadas pela BCE e adquiridos de acordo com a verba disponível a cada ano. A expansão do acervo também se realiza por meio de possíveis novas assinaturas de bases de dados e a manutenção das que já existem.

Em relação aos recursos inovadores, o Setor de Gestão da Informação Digital da BCE gerencia documentos e bibliotecas virtuais, como o Repositório Institucional da UnB, Portal de Periódicos, Portal de Conferências, Biblioteca Digital Sonora e Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília, esta última sendo um diferencial da BCE/UnB, já que são poucas as Universidades do país que possuem um banco de dados com a produção intelectual de seus discentes de graduação. A BCE está digitalizando todo o acervo de teses e dissertações da UnB que não está disponível no Repositório Institucional.

### **6.2.3 Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB)**

O Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB) foi criado formalmente em 03 de maio de 2016, pela Resolução do Conselho Universitário nº 0008/2016. O SiB-UnB é responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas da UnB, a fim de oferecer suporte ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão.

Quando o estudante é matriculado na Universidade de Brasília ele recebe seu número de registro e e-mail institucional que possibilitam o acesso remoto ao acervo restrito da do SiB-UnB.

### **6.2.4 Bibliotecas digitais disponíveis no SiB-UnB**

A BCE oferece um conjunto de serviços digitais para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UnB. Todo o conteúdo, exceto o da Biblioteca Digital e Sonora, é aberto a toda a sociedade.

As bibliotecas digitais disponíveis no SiB-UnB são:

- a) Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília;
- b) Repositório Institucional;
- c) Biblioteca Digital e Sonora;
- d) Biblioteca Digital de Coleções Especiais;
- e) Portal de Periódicos;
- f) Portal de Conferências.

### 6.2.5 Base de dados de acesso livre

Nome	Área
Banco de Teses da Capes	Multidisciplinar
BASE – Bielefeld Academic Search Engine	Multidisciplinar
BDPA – Bases de Dados de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agricultura
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT	Multidisciplinar
BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	Ciência da Informação
DOAB – Directory of Open Access Books	Multidisciplinar
DOAJ – Directory of Open Access Journals	Multidisciplinar
EDUBASE	Multidisciplinar
ERIC – Education Resources Information Center	Ciências da Educação
La Referencia	Multidisciplinar
NDLTD – Networked Digital Library of Theses and Dissertations	Multidisciplinar
Portal de Pesquisa da BVS	Ciências da Saúde
Portal de Periódicos da FIOCRUZ	Ciências da Saúde
SciELO – Scientific Electronic Library Online	Multidisciplinar
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática	Multidisciplinar
Portal Saúde Baseada em Evidências	Ciências da Saúde
UptoDate (acesso na Biblioteca do HUB ou rede WIFI-HUB)	Ciências da Saúde

### 6.2.6 Base de Dados de Acesso Restrito

Nome	Área
Portal de Periódicos da CAPES	Multidisciplinar
Biblioteca Virtual Universitária da Pearson	Multidisciplinar
Dynamed Plus	Ciências Médicas
EEB – Early European Books	Multidisciplinar
EEBO – Early English Books Online	Multidisciplinar
Ebook Central (antiga EBRARY)	Multidisciplinar
Hein Online	Direito
Jstor	Multidisciplinar
Micropaleontology Press	Microfósseis
Minha Biblioteca	Multidisciplinar
PROQUEST	Multidisciplinar
SciVal	Multidisciplinar
Target GEDWeb	Normas Técnicas

### 6.3 Videoconferências

Durante o semestre deverão ser realizados encontros presenciais. Serão desenvolvidas diferentes atividades para facilitar o processo de interação entre os professores e os alunos. Semanalmente, os alunos poderão ir ao polo para tirar dúvidas, realizar pesquisas e estudos, trabalhos coletivos, uso do laboratório etc. A videoconferência poderá ser utilizada pela UnB e polos e permitirá a interação entre os estudantes situados na mesma sala remota, mas também em intersalas e com o professor autor da disciplina.

## **6.4 Ambiente virtual de aprendizagem**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é um sistema de gestão de ensino-aprendizagem online que possibilita aos participantes dispor de uma ampla variedade de recursos que visam criar um ambiente colaborativo entre os estudantes, professores, e demais pessoas envolvidas no curso.

Para este curso o ambiente será planejado com o objetivo de integrar todas as mídias, oferecer apoio ao conteúdo impresso ou distribuído em CDROM permitindo que, no conteúdo online, o estudante possa fazer uma leitura hipertextual e multimídia, bem como propiciar a interatividade síncrona e assíncrona na busca da construção de uma comunidade em rede.

A programação permite que cada tipo de usuário possa acessar de forma independente o ambiente e os conteúdos, incluindo textos, links, imagens, sons de acordo com a forma de comunicação estabelecida. Os usuários cadastrados são: professor, tutor, estudante e administrador.

Cada usuário receberá um *login* e uma senha. A plataforma possibilita integrar todos estes recursos em um só ambiente de aprendizagem. O endereço eletrônico para acessar o ambiente virtual de aprendizagem é <http://www.ead.unb.br>.

## **6.5 Acessibilidade Pedagógica**

As disciplinas presentes neste projeto serão ofertadas exclusivamente por meio do ambiente virtual de aprendizagem. O Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB) é um órgão, na estrutura da Universidade de Brasília (UnB), com a tarefa de desenvolver e viabilizar ações educativas a distância em diversas áreas do conhecimento. Em seu escopo, promove e facilita o acesso à educação, cultura e saberes, ocupando lugar de destaque entre as universidades públicas brasileiras na execução de cursos à distância.

O CEAD/UnB atua em diversos programas, dentre os quais destaca-se o Programa Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M), que tem como objetivo atuar junto à comunidade universitária na identificação, valorização e promoção de ações educacionais inovadoras.

O CEAD/UnB trabalha, ainda, com ações voltadas ao desenvolvimento de tecnologias e metodologias inovadoras, com o uso de serviços de webconferência, gravação de vídeos e da manutenção do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UnB.

É disponibilizado pelo setor, um conjunto de conteúdos para capacitação de professores e tutores quanto a acessibilidade de materiais didáticos e para o Moodle. Neste espaço a plataforma Moodle e os materiais didáticos são pensados para os alunos com necessidades especiais.

Os conteúdos podem ser acessados no site: <https://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=605&section=1>. Dentre os conteúdos são abordados recursos como áudio descrição, legendas, materiais compatíveis com leitores de tela. Bem como, apresenta o conceito e exemplos de recursos em tecnologia assistiva utilizados por pessoas com deficiências visuais, auditivas e motoras para interagirem com Moodle e materiais didáticos, via computador, internet, dispositivos móveis.

No espaço também são discutidos o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), utilizado em sites e portais do Governo Federal, e o que é a W3C, sua atuação na promoção da acessibilidade na WEB.

No mesmo sentido, são apresentadas dicas gráficas e técnicas para auxiliar na criação de imagens e gráficos, que irão compor os materiais didáticos e o Moodle de seu curso ou disciplina, e como inseri-los no Moodle, de maneira a permitir, também, o acesso por quem utiliza tecnologias assistivas.

Para atender o Decreto nº 7.611/2011, que trata da educação especial e o atendimento educacional especializado, a equipe do curso será capacitada por meio dessas ações do CEAD/UnB e as disciplinas do curso serão planejadas de modo a atender os estudantes que porventura possuam necessidades especiais. Ainda assim, o próprio curso poderá servir de base para a discussão da formação docente que o curso oferece.

Para o atendimento local ao estudante com necessidades especiais a Instrução Normativa No- 2, de 19 de abril de 2017, que estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. O atendimento educacional especializado é será realizado por um tutor remunerado por mensalidade adicional de bolsa para atendimento de aluno ativo portador de deficiência tal como prevista no inciso III do artigo 2º da Lei nº10.098/2000 ou no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012.

Por esta cobertura pretende-se atender ao decreto nº 8368, 2 de dezembro de 2014 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

## 7 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Ao longo do curso os estudantes terão oportunidade de serem avaliados de diferentes maneiras. Na elaboração do Plano de Curso de cada disciplina o docente deve fazer, em conjunto com os licenciandos, uma reflexão crítica sobre os conhecimentos a serem desenvolvidos e as estratégias de avaliação mais adequadas de acordo com os objetivos do curso.

Dessa maneira, o momento de avaliação deve se transformar em um laboratório de práticas pedagógicas, no qual o docente aproveita o ensejo para capacitar os estudantes a selecionar, planejar, elaborar e executar diversas estratégias de avaliação. Sempre que possível, a elaboração dos instrumentos de avaliação deve ser conjunta, de forma a envolver diretamente os estudantes nas diferentes etapas do processo.

<b>Estratégias de Avaliação</b>	
Prova objetiva	Prova dissertativa
Resenha	Pesquisa bibliográfica
Portfólio e e-portfólio	Relatório
Entrevista	Aplicação de questionário
Seminário	Observação
Trabalho em grupo	Prova oral
Simulado	Elaboração de projeto
Dinâmicas de grupo	Participação nos debates
Relato de experiência	Solução de problemas
Auto avaliação	Memorial
Monografia	Vídeo
Sítio	Blog
Fotografia	Pesquisa de campo
Experiência em laboratório	Pesquisa pedagógica

### 7.1 Menções

As disciplinas cursadas pelos estudantes serão avaliadas por menções.

As menções atribuídas ao rendimento acadêmico do aluno em disciplina e sua equivalência numérica são as seguintes:

SS (Superior)	9,0 a 10
MS (Médio Superior)	07,0 a 8,9
MM (Médio)	5,0 a 6,9
MI (Médio Inferior)	3,0 a 4,9
II (Inferior)	0,1 a 2,9
SR (Sem rendimento)	zero

Os critérios para atribuição de menção em disciplina, número de provas e exercícios, bem como os seus pesos, são fixados pelo professor da disciplina e serão informados ao aluno no plano de ensino da disciplina, distribuído no início do período de aulas.

Os créditos da disciplina só serão integralizados no caso de aprovação.

A menção destina-se ao conhecimento exclusivo do aluno, sendo vedada a sua divulgação.

As menções de reprovação obtidas durante o curso integram definitivamente o histórico escolar.

Somente será aprovado o aluno que obtiver, na disciplina, menção igual ou superior a MM (médio) e frequência igual ou superior a 75%.

Será reprovado na disciplina o aluno que comparecer a menos de 75% das respectivas atividades curriculares, ou obtiver menção igual ou inferior a MI (médio inferior).

A reprovação por faltas implica a consignação da menção SR, no histórico escolar do aluno, na respectiva disciplina.

A UnB não utiliza instrumento de classificação que permita informar a posição do aluno em relação aos formados de sua turma ou aos demais alunos da Universidade.

Não será aceita menção obtida pelo aluno em disciplina na qual não esteja devidamente matriculado.

Será identificado como provável desligado por rendimento acadêmico o aluno que não cursar com aprovação o mínimo de quatro disciplinas a cada dois períodos letivos consecutivos, quaisquer que sejam as disciplinas: as obrigatórias ou optativas do curso e as disciplinas de módulo livre.

Será desligado por abandono de curso o aluno que, durante dois períodos letivos consecutivos, for reprovado em todas as disciplinas em que se houver matriculado com menção SR (sem rendimento) ou não tiver efetivado matrícula em disciplina.

Será identificado como provável jubilado o aluno que tiver esgotado o tempo de permanência para conclusão do curso.

O direito ao prosseguimento de estudos prescreverá em cinco anos, se estes forem interrompidos antes da conclusão do curso, computando-se neste tempo, inclusive, os períodos com trancamento geral de matrícula.

O recurso previsto para alteração de menção, sempre que o aluno não tenha concordado com o seu resultado final, é a revisão de menção.

A o período, bem como os procedimentos de revisão de menção serão divulgados no calendário acadêmico e página do curso na plataforma virtual.

## **8 Avaliação e acompanhamento**

A avaliação do currículo de Licenciatura em Educação Física e de sua implantação deve ser realizada por meio da associação de várias abordagens, distribuídas de acordo com a linha de tempo abaixo:

### **Primeiro semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)

### **Segundo semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação de egressos
- c) Avaliação centrada nos objetivos
- d) Avaliação centrada na administração

### **Terceiro semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação centrada nos empregadores

### **Quarto semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação de egressos
- c) Avaliação centrada nos objetivos
- d) Avaliação centrada na administração

### **Quinto semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)

### **Sexto semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação de egressos
- c) Avaliação centrada nos objetivos
- d) Avaliação centrada na administração

### **Sétimo semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação de egressos
- c) Avaliação centrada nos objetivos
- d) Avaliação centrada na administração

## **Oitavo semestre**

- a) Avaliação centrada nos participantes (docentes, discentes e técnicos)
- b) Avaliação de egressos
- c) Avaliação centrada nos objetivos
- d) Avaliação centrada na administração
- e) Avaliação centrada nos empregadores
- f) Avaliação centrada nos especialistas

**Semestralmente** – avaliação centrada nos participantes: por meio de um seminário de avaliação do currículo e das disciplinas com a participação conjunta dos professores e estudantes (organizados por semestre e por área de conhecimentos), combinado com estratégias específicas para cada um dos segmentos: estudantes, professores e técnicos-administrativos;

**Anualmente** – avaliação dos egressos: por meio de questionário que avalie o processo de formação profissional e as características do mundo do trabalho;

Anualmente – avaliação centrada nos objetivos (definidos de forma coletiva a partir das etapas anteriores, de forma a cruzar três eixos de objetivos: (1) da universidade; (2) da realidade educacional e (3) dos estudantes e avaliação centrada na administração (comparar as dimensões formativa e somativa da capacidade de lidar com: (a) contexto; (b) planejamento, (c) processo e (d) produto.

**Duas vezes ao longo do ciclo de formação** – avaliação centrada nos empregadores: por meio de um encontro com a participação de pessoas responsáveis pela contratação de recursos humanos nos diversos espaços de atuação profissional do professor de Educação Física;

**De quatro em quatro anos** – avaliação centrada em especialistas: por meio de consultores externos que apresentem uma análise tomando por base padrões públicos de excelência educacional, como os definidos, por exemplo, pelo INEP.

### **8.1 Ações decorrentes do processo de avaliação**

O sistema de auto avaliação bem como de avaliação externa da Universidade de Brasília segue as orientações do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Todas as disciplinas do curso, bem como a atuação dos tutores, são avaliadas pelos alunos ao término de cada período letivo. Essa avaliação é feita através de questionários dentro

da plataforma de aprendizagem. As ações decorrentes dos processos de avaliação do curso, são de responsabilidade do grupo de coordenação de desenvolvimento pedagógico, avaliação institucional e multimídias.

Esse grupo é responsável pelos estudos de avaliação e de acompanhamento dos cursos a distância da UnB e atua de forma articulada com a coordenação do curso juntamente com os representantes do núcleo docente estruturante da Faculdade de Educação Física.

## **8.2 Avaliação institucional**

A avaliação institucional dos professores autores, supervisores, coordenadores, tutores presenciais e a distância será executada pela Universidade de Brasília e compreende o programa da disciplina (suficiência da carga horária, clareza da descrição de objetivos do programa, compatibilidade dos objetivos com a ementa, entre outros).

Especificamente, sobre o desempenho do professor e tutores serão observados os itens relativos a domínio do conteúdo programático, adequação das atividades para o alcance da aprendizagem, integração entre teoria e aspectos da realidade, entre outros, auto avaliação e satisfação com a disciplina e suporte a execução da disciplina, qualidade do material didático, do ambiente digital, entre outros.

Para isso, desenvolverá e aplicará instrumentos de avaliação na comunidade e em cada escola; utilizará um sistema informatizado de monitoramento e avaliação das atividades, de forma a viabilizar o acompanhamento ágil e minucioso de todas as etapas do processo e garantir eficiência em sua avaliação e rapidez nas intervenções que se fizerem necessárias; para controle, tanto interno como externo, da eficiência e da eficácia do trabalho,

Serão realizados diagnósticos ao início do Programa para avaliar: o conhecimento sobre o conteúdo com que trabalha, sobre temas educacionais e capacidade de expressão escrita e de compreensão de texto e, o domínio do conhecimento que apresentam alunos da escola em que atua o professor-aluno.

## **9 Organização administrativa e acadêmica**

### **9.1 Funções e atribuições da equipe**

As funções e atribuições da equipe são apresentadas de acordo com portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 que regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Emitida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

#### **a) Coordenadoria Geral**

Responsável institucional pelos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos de todas as ações no âmbito do Sistema UAB, assim como desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

#### **b) Coordenadoria Adjunta**

Auxiliará a coordenadoria geral nas suas atividades atinentes, assim como desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

#### **c) Coordenadoria de Tutoria**

Atuação em atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

#### **d) Coordenadoria de Curso**

Atuação em atividades de coordenação dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

#### **e) Professor Conteudista**

Atuação em atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB.

**f) Professor Formador**

Atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica no âmbito do Sistema UAB.

**g) Assistente à Docência**

Atuação em atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB.

**h) Coordenadoria de Polo**

Atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo.

**i) Tutor**

Atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior.

## **9.2 Equipe da licenciatura em educação física a distância**

A equipe do curso de graduação a distância é composta por 9 funções e se organiza conforme segue: Coordenadoria Geral, Coordenadoria Adjunta, Coordenador de Tutoria; Coordenador de Curso, Professor Conteudista, Professor Formador, Assistente à Docência, Tutor e Coordenador de Polo.

O Coordenador UAB é um professor ou pesquisador indicado pelas IES integrante do Sistema UAB, que atua nas atividades de coordenação e apoio aos polos de apoio presencial e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas implantados por sua instituição no âmbito do Sistema. Este, conta com auxílio do Coordenador Adjunto.

O Coordenador de Curso é um professor ou pesquisador designado/indicado pelas IES vinculadas ao Sistema UAB, que atua nas atividades de coordenação de curso implantado no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

O Coordenador de Tutoria é um professor ou pesquisador selecionado por meio de edital realizado pelas Universidades vinculadas ao Sistema UAB, que atua nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados por sua instituição no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.

O Professor formador é um professor ou pesquisador selecionado pelas Universidades vinculadas ao Sistema UAB, que atua nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados por sua instituição no âmbito do Sistema UAB.

O Tutor é o profissional selecionado pela Universidade vinculada ao Sistema UAB para o exercício das atividades descritas a seguir. No entanto, cabe às instituições de ensino determinar, nos processos seletivos de tutores, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos Projetos Pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos.

O Coordenador de Polo é um professor da rede pública selecionado para responder pela coordenação de polo de apoio presencial.

Todos os cargos exercidos no sistema UAB são ocupados mediante seleção com base nas regulamentações portarias emitidas pela capes a saber:

PORTARIA Nº 102, DE 10 DE MAIO DE 2019  
Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo

seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006

PORTARIA Nº 232, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019 Estabelece atribuições, forma de ingresso e parâmetros atinentes aos Coordenadores de Polo UAB e regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 e pela Portaria CAPES nº 139 de 13 de julho de 2017.

### 9.3 Corpo docente

O corpo docente da Faculdade de Educação Física é composto de 47 professores, sendo 5 Titulares, 39 Doutores, 3 Mestres (em processo de Doutorado) e 1 Graduado. Existe ainda uma vaga aberta, destinada à realização de Concurso Público em andamento.

O quadro de docentes em efetivo exercício completa-se com 2 professores cedidos de outras instituições para acompanhar cônjuges: professor da Universidade Federal de Minas Gerais e professor da Universidade Federal de Rondônia, e os eventuais professores voluntários, atualmente contamos com 3 professores.

O quadro abaixo nomina cada um desses professores bem como apresenta a data de ingresso, a titulação e o regime jurídico de cada um.

<b>Professores efetivos da FEF/UnB</b>			
<b>Nome</b>	<b>Data de ingresso</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime jurídico</b>
Adauto João Pulcinelli	11/03/1993	Doutorado	Estatutário
Aldo Antonio de Azevedo	07/07/1993	Doutorado	Estatutário
Alexandre Jackson Chan Vianna	03/06/2011	Doutorado	Estatutário
Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende	17/05/1996	Doutorado	Estatutário
Alfredo Feres Neto	12/07/2006	Doutorado	Estatutário
Alice Maria Correa Medina	11/03/2014	Doutorado	Estatutário
Américo Pierangeli Costa	19/02/2013	Doutorado	Estatutário
Amilton Vieira	14/01/2019	Doutorado	Estatutário
Ana Cristina de David	28/10/1992	Doutorado	Estatutário
Claudia Maria Goulart dos Santos	24/04/1996	Doutorado	Estatutário
Daniel Cantanhede Behmoiras	24/01/2012	Mestrado	Estatutário
Dulce Maria Filgueira de Almeida	05/07/2002	Doutorado	Estatutário
Edson Marcelo Hungaro	03/06/2009	Doutorado	Estatutário
Felipe Rodrigues da Costa	11/06/2014	Doutorado	Estatutário
Fernando Mascarenhas Alves	19/03/2009	Doutorado	Estatutário
Glauco Falcão de Araújo Filho	01/09/1992	Graduado	Estatutário
Guilherme Eckhardt Molina	19/03/2014	Doutorado	Estatutário
Ingrid Dittrich Wiggers	22/07/2009	Doutorado	Estatutário
Iran Junqueira de Castro	31/01/1974	Doutorado	Estatutário
Jaciara Oliveira Leite	25/01/2019	Doutorado	Estatutário
Jake Carvalho do Carmo	01/03/1986	Doutorado	Estatutário

Jane Dullius	01/09/1997	Doutorado	Estatutário
Jonatas Maia da Costa	16/01/2012	Doutorado	Estatutário
Jose Celi Neto	31/10/2006	Mestrado	Estatutário
Juan Carlos Perez Morales	29/10/2018	Doutorado	Estatutário
Júlia Aparecida Devidé Nogueira	30/10/2006	Doutorado	Estatutário
Karini Borges dos Santos	17/06/2019	Doutorado	Estatutário
Lauro Casqueiro Vianna	14/03/2014	Doutorado	Estatutário
Leonardo Lamas Leandro Ribeiro	05/09/2014	Doutorado	Estatutário
Lidia Mara Aguiar Bezerra de Melo	25/02/2013	Doutorado	Estatutário
Luciana Hagstrom Bex	27/12/2012	Doutorado	Estatutário
Luiz Cezar dos Santos	01/12/1992	Doutorado	Estatutário
Luiz Guilherme Grossi Porto	01/02/2013	Doutorado	Estatutário
Marcelo de Brito	20/10/1992	Doutorado	Estatutário
Marisete Peralta Safons	10/07/1995	Doutorado	Estatutário
Martim Francisco Bottaro Marques	02/03/2010	Doutorado	Estatutário
Paulo Henrique Azevedo	05/09/1994	Doutorado	Estatutário
Paulo José Barbosa Gutierrez Filho	19/03/2014	Doutorado	Estatutário
Pedro Fernando Avalone de Athayde	12/03/2014	Doutorado	Estatutário
Renato Bastos João	21/10/2011	Mestrado	Estatutário
Ricardo Flávio de Araujo Bezerra	12/04/2012	Doutorado	Estatutário
Ricardo Jacó de Oliveira	29/07/2009	Doutorado	Estatutário
Ricardo Moreno Lima	24/06/2010	Doutorado	Estatutário
Rinaldo Andre Mezzarane	21/11/2012	Doutorado	Estatutário
Rosana Amaro	07/11/2016	Doutorado	Estatutário
Tiago Guedes Russomanno	30/11/2012	Doutorado	Estatutário
Victor Lage	17/11/2016	Doutorado	Estatutário

#### 9.4 Corpo Técnico e Administrativo

Nome	Cargo	Lotação
Alex Silveira da Silva	Assistente em Administração	Secretaria Administrativa
Nithalma Chelly Maia Macedo Nobre de Castro	Administrador	Secretaria Administrativa
Paulo Sérgio Silva Raiol	Auxiliar em Administração	Secretaria Administrativa
Liliane do Nascimento de Paiva	Secretário Executivo	Secretaria da Direção
Rafael Gonçalves Bezerra	Técnico em Assuntos Educacionais	Secretaria da Direção
Maria Heloisa Correia Gomes	Técnico em Assuntos Educacionais	Secretaria de Graduação EAD
Pedro Henrique Maia Henrique	Assistente em Administração	Secretaria de Graduação
Sílvia Mendonça Carneiro	Assistente em Administração	Secretaria de Graduação
Henrique Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	Secretaria de Pós-Graduação
José Carlos Santos Moraes	Assistente em Administração	Secretaria de Pós-Graduação
José Rodolfo Pessoa Neto	Técnico em Eletrotécnica	Núcleo de Apoio aos Laboratórios
Adriana Moura Maia	Técnico em Laboratório - Biologia	Núcleo de Apoio aos Laboratórios
Lúcia Kobayashi	Assistente em Administração	Núcleo de Apoio aos Laboratórios

Eric Rodrigo de Paula Arnoldo	Administrador	Secretaria Administrativa do CO
Bruno Ventura dos Santos	Técnico em Educação Física	Secretaria Administrativa do CO
Rosilene da Paz Teixeira	Técnico em Educação Física	Secretaria Administrativa do CO
Muryel Fernandes Santana	Assistente em Administração	Secretaria Administrativa do CO
Ricardo Costa da Cunha	Técnico Desportivo	Secretaria Administrativa do CO
Claudio Antônio Tavares	Operação de Estação de Tratamento de Água e Esgoto	Núcleo Parque Aquático
Jorge Dias Ribeiro	Salva-vidas	Núcleo Parque Aquático
Dario Martins Palhares de Melo	Médico	Núcleo de Apoio ao CO
José Murilo Rocha	Administrador	Núcleo de Apoio ao CO
Roberto Tavares Câmara	Porteiro	Núcleo de Apoio ao CO
Manoel Rodrigues Siqueira	Auxiliar Operacional	Núcleo de Apoio ao CO

## 9.5 Coordenação do curso

De acordo com o disposto no Regimento Geral da Universidade de Brasília é responsabilidade do Colegiado de Graduação e Extensão da Faculdade de Educação Física a coordenação didático-científica do curso de Licenciatura em Educação Física (Art. 30), assim como a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de sua competência. O colegiado de curso é composto pelos docentes em efetivo exercício na unidade acadêmica e por representantes dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos.

São atribuições do Colegiado de Graduação e Extensão da FEF (Art. 31):

- a) Propor, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o currículo do curso, bem como modificações neste;
- b) Propor, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a criação ou a extinção de disciplinas do curso, bem como alterações do fluxo curricular;
- c) Aprovar os programas das disciplinas, bem como modificações nestes;
- d) Aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- e) Zelar pela qualidade do ensino do curso e coordenar a avaliação interna dele;
- f) Decidir ou opinar sobre outras matérias pertinentes ao curso.

O curso de graduação de Licenciatura em Educação Física tem um Coordenador, escolhido entre os professores do Quadro de Pessoal Docente Permanente da Universidade, com pelo menos 2 (dois) anos de efetivo exercício de magistério na Universidade de Brasília (Art. 91).

Compete ao Coordenador de curso de graduação gerenciar as atividades do programa e representá-lo junto ao Colegiado do Curso, do qual é membro nato, e junto às demais instâncias internas pertinentes (Art. 92).

A orientação acadêmica nos cursos regulares de graduação, atividade a ser exercida pelo corpo docente do curso, tem como objetivo fornecer aos estudantes informações e recomendações necessárias ao bom desenvolvimento de seus estudos durante sua permanência no curso, o que abrange os diversos serviços de apoio e de atendimento oferecidos pela política dos Decanatos de Ensino de Graduação e de Assuntos Comunitários da Universidade, dentro dos enfoques social, pedagógico, psicológico e de saúde.

#### **9.6 Núcleo docente estruturante – NDE**

Em atendimento a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências participam do NDE professores do quadro efetivo da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Conforme preconiza o Art. 1º da resolução o NDE é formado por um grupo de docentes que estão envolvidos com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

*Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.*

*Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.*

Participam do NDE o diretor da Faculdade de Educação Física, as coordenações das licenciaturas a distância e presencial, a coordenação de tutoria e a coordenação do curso de bacharelado presencial. Os professores que compõe o NDE atuam no curso presencial e na oferta a distância também atuam na função de professores conteudistas (autores) e de professores formadores em diferentes disciplinas. Além disso, apresentam titulação e experiência acadêmica compatível com as propostas contidas no Projeto

Político Pedagógico do curso. Ainda o núcleo docente estruturante está amplamente envolvido com a equipe do curso: professores, secretaria acadêmica, coordenação de tutoria e pedagógica.

## **9.7 Secretaria administrativa acadêmica da licenciatura a distância**

Ainda na Faculdade de Educação Física no Centro Olímpico situa-se a secretaria acadêmica exclusiva ao curso de licenciatura a distância. Essa secretaria é composta por profissionais de contratação externa e de nível superior para realizar atividades administrativas acadêmicas em apoio a Secretaria de Administração Acadêmica – SAA, que é o órgão de execução diretamente vinculado à Vice-Reitoria - VRT. Também com o objetivo de dar toda assistência administrativa acadêmica essa secretaria funciona como posto avançado, assim como os polos de apoio presencial, informações acadêmicas e de documentos de natureza escolar que possam ser obtidas nos Postos Avançados da SAA, nas unidades acadêmicas.

O atendimento da secretaria do curso a distância é realizado por meio de uma Secretaria Online organizada no ambiente virtual de aprendizagem, por meio de fóruns de comunicação que viabiliza espaços exclusivos para tratar questões administrativas acadêmicas. O curso ainda dispõe de outros canais de comunicação como o telefone, o Portal de Educação a Distância da Universidade de Brasília, o mensageiro virtual do AVA, e o atendimento presencial em período integral na universidade.

## **10 Referencial teórico para a implantação do curso de Educação Física**

As tecnologias digitais e emergência da Internet possibilitaram o surgimento de novos modelos pedagógicos de ensino em todos os níveis educacionais. Entre esses, encontram-se várias modalidades do ensino colaborativo on-line.

Os métodos pedagógicos colaborativos vêm sendo utilizados amplamente utilizados, na educação básica (Sharan, Y., & Sharan, 1992; S., Johnson, D. W., & Johnson, R.,1994). Com o advento da Web, estes modelos passaram a ser utilizados via Internet e também na educação superior (Harasim, Hiltz, Teles, Turoff, 1995; Moraes, 2000; Santos, 2003). Vários modelos colaborativos on-line foram identificados e são utilizados, entre eles a colaboração voluntária, a colaboração estruturada e a colaboração em tarefas, a formação de comunidades de interesse mútuo, dentre outros.

Nesse contexto, a aprendizagem colaborativa é compreendida como um processo onde os indivíduos trabalham em grupos estruturados on-line produzem conhecimento pelo intercâmbio mútuo de experiências, informações, por meio da execução de tarefas educativas.

A aprendizagem colaborativa on-line é a associação entre o trabalho individual e o coletivo, com a formação de pequenos grupos de 5 a 10 participantes, que podem ser parte de um grupo maior de 50 a 150 ou mais estudantes. O avanço dos modelos colaborativos on-line em larga escala está limitado por dois fatores:

- a) O design dos ambientes on-line tem sido elaborado só para pequenos grupos;
- b) Os sistemas de software existentes não operam com grande número de usuários para trabalho de grupo devido às limitações existentes de falta de ferramentas avançadas de apoio a estudantes e professores.

Alguns experimentos com programas em larga escala utilizando modelos colaborativos foram experimentados na Inglaterra, principalmente através do trabalho da Open University.

A colaboração voluntária e não-estruturada interferiu no sucesso da colaboração on-line, tal como a conhecemos implementada em pequena escala (Thorpe, 2000). Na área do ensino colaborativo isto se expressa em termos da necessidade de novas ferramentas que facilitem colaboração para a criação, gerenciamento e avaliação do trabalho de grupos, tanto para o professor como para o estudante. Algumas das ferramentas que podem facilitar o trabalho do professor são:

- a) Criação de grupos automatizada baseada no perfil do estudante. O professor seleciona o tamanho e tipo de grupo, duração da tarefa e pede ao sistema para criar grupos usando critérios específicos a serem escolhidos de um menu: localização geográfica, área de trabalho, faixa etária, interesses comuns, pré-requisitos etc.
- b) Gerenciamento do trabalho de grupos: quem trabalha mais, quem não colabora tanto, como está avançando a tarefa do grupo;
- c) Ferramentas que organizem as tarefas do trabalho do grupo e duração das mesmas e concorram para a realização de avaliações individual e de grupo;
- d) Ferramentas que organizem as tarefas do trabalho do grupo e duração das mesmas avaliações individual e de grupo;
- e) Monitoramento baseado em estatísticas;
- f) Buscas qualitativas e quantitativas de temáticas e contribuições temáticas, por aluno/grupo.
- g) Ferramentas para intensificar e dar suporte ao trabalho colaborativo entre os estudantes, com apoio dos professores/monitores:
- h) Espaços de convivência relacional e produção coletiva ancorados na linguagem e na interação dialógica;
- i) Espaços de publicação da produção individual com abertura para visitação e contribuições pelos colegas;
- j) Espaços lúdicos de exploração e espaços organizados de busca e consulta para alunos da Educação Básica, Ensino Fundamental, Médio e Superior;
- k) Reminders de tarefas a serem feitas;
- l) Acesso à informação sobre o trabalho dos outros grupos: número de pessoas, mensagens escritas;
- m) Sumários regulares do trabalho;
- n) Participação de cada participante do grupo, visualizado por todos;
- o) Avaliação do grupo permitindo a cada participante entrar com uma nota e o sistema gerar a média;
- p) O tipo de ferramenta assim como a funcionalidade de cada uma parte do projeto, na sua primeira fase, quando os educadores e engenheiros de software irão elaborar a lista e as especificações necessárias; Quando o professor é responsável por grupos de 200 ou mais estudantes, a qualidade do ensino-

aprendizagem colaborativo tende então a declinar por não haver ferramentas de apoio ao professor no gerenciamento de grupos maiores;

É, portanto, de particular relevância tanto a utilização de modelos pedagógicos para o ensino-aprendizagem online que facilitem a colaboração em larga escala, assim como o uso de inovadoras ferramentas de software, para responder às demandas educacionais do momento. Na modalidade a distância os tutores ocupam um papel importante, atuam como um elo entre os estudantes e a instituição. Cumprem o papel de facilitadores da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes para a equipe e principalmente na motivação.

Os tutores serão escolhidos por processo seletivo que deverá seguir os requisitos para ocupação da função, ter, no mínimo, graduação na área e experiência didático-pedagógica para realizar a capacitação prevista, ter dedicação de carga horária compatível com seu contrato, incluindo possíveis atividades inerentes à tutoria fora do seu horário normal de trabalho; ter facilidade de comunicação; ter conhecimentos básicos de informática; participar de cursos de formação.

Por fim, menciona-se a qualidade e funcionalidade dos ambientes virtuais de aprendizagem que oferecem uma base de dados sobre o desempenho dos alunos contendo informações impossíveis de se obter em atividades presenciais convencionais. Esses dados são extremamente úteis ao professor para a condução, evolução de seu curso e retomada de conteúdos que não foram compreendidos pelos alunos. Essa complementaridade de recursos de feedback entre educação presencial e virtual é mais um reforço a favor da convergência entre as mesmas.

## **11 Modelo de educação a distância adotado no curso de Educação Física**

A expansão significativa de vagas e a garantia de um ensino de alta qualidade indicam assim a necessidade de um projeto institucional de graduação a distância que visa o conhecimento e utilização de ferramentas pedagógicas de software de SGC (Sistemas Gerenciadores de Conteúdo) também conhecidos como LMS.

Desde 2005, a UnB tem implantado o software Moodle como recurso de apoio pedagógico ao trabalho docente nos cursos presenciais. Hoje, a UnB já conta com uma comunidade virtual de aproximadamente 24.000 usuários do Moodle, contendo mais de 1.000 disciplinas já criadas e em funcionamento e 800 professores atuando.

Na busca de um modelo de ensino aprendizagem inovador, a UnB pretende desenvolver e utilizar, prioritariamente, tecnologias Web. Visando atender à crescente demanda de acesso ao ensino superior. A UAB propõe um modelo de EAD que assegure a ampliação da oferta educativa e o acesso do estudante. Nesse modelo o ambiente virtual de aprendizagem Moodle funcionará como o meio básico de interação entre professor-aluno, aluno-aluno e aluno-conteúdo, atendendo a distintos perfis de alunado.

Esse Projeto Pedagógico adota os princípios de que as ferramentas e instrumentos disponibilizados pelas TICs não devem esquecer ou relegar a segundo plano o protagonismo do estudante, assim, neste Projeto tudo foi planejado, elaborado, sintetizado com um único objetivo: buscar novas alternativas no processo ensino aprendizagem.

Para Litwin, (2001, p. 10) “a tecnologia, posta à disposição dos estudantes, tem por objetivo desenvolver as possibilidades individuais, tanto cognitivas como estéticas, através das múltiplas utilizações que o docente pode realizar, nos espaços de interação grupal”.

No modelo proposto de educação aberta e virtual serão incentivados os estudos autônomos durante o curso. Estes acontecerão de forma paralela a transmissão e promoção de uma série de valores e atitudes consideradas socialmente coerentes com as necessidades atuais dos educandos.

A oferta da licenciatura na modalidade a distância contribuirá para a realização de pesquisas na área de educação a distância. Desta forma, serão desenvolvidos estudos sobre os modelos pedagógicos utilizados, sobretudo aqueles bem-sucedidos.

No aspecto do desenvolvimento os resultados apontarão, certamente, para as novas necessidades e para a modularização e customização dos sistemas já disponíveis. Os resultados da pesquisa serão publicados e poderão assim contribuir para a discussão

de uma nova pedagogia, bem como para a descoberta de uma outra qualidade em educação garantindo, ainda a ampliação do acesso à educação superior no nosso país.

### **11.1 Concepção de aprendizagem**

Para a execução deste projeto, adotar-se-á concepção construtivista, a partir das teorias de Jean Piaget e Vygotsky. O construtivismo procura demonstrar que a aprendizagem começa com uma dificuldade/problema e com a necessidade de resolvê-la. Ao perceber essas dificuldades, o próprio aluno desencadeia um movimento de busca de novas soluções no mundo externo. Dentro da concepção construtivista, é essencial que os alunos desenvolvam a flexibilidade operatória de seus esquemas mentais e não um repertório de respostas aprendidas.

No Construtivismo, o aprendiz passa de uma situação de receptor passivo e, numa nova postura de busca participativa e reflexiva, constrói seu conhecimento a partir do contato, da interação com os mais variados objetos e possibilidades de novos conhecimentos.

A mediação pedagógica tem um papel primordial no processo de ensino-aprendizagem apoiado em recursos tecnológicos. A Educação a Distância se torna mais eficiente quando aliada às teorias pedagógicas, como o construtivismo, onde o conhecimento não é repassado, mas sim construído a partir das experiências individuais trocadas pelo aluno com o grupo.

O aprendiz, numa proposta de EaD, interage com o assunto focalizado observando, analisando, levantando hipóteses, aplicando estratégias, que poderão confirmar ou não as hipóteses levantadas. Assim, partindo do encadeamento de ideias e das inferências realizadas, maior será a capacidade do aprendiz em comparar, contrastar, verificar e concluir.

O aluno possui potencial para agir de forma ativa na construção de seu processo de aprendizagem; não é apenas alguém que recebe informações, mas que as processa e as transforma em conhecimentos, alguém que indaga, critica e busca respostas constantes aos questionamentos que lhe são levantados. Cabe ao professor instigá-lo, desafiando, mobilizando, questionando e utilizando os “erros” de forma construtiva, garantindo assim uma reelaboração das hipóteses levantadas.

De acordo com estes princípios, o ambiente de aprendizagem deve propiciar a interação entre professor-aluno-tutor e aluno-aluno de forma ativa, crítica e participativa.

A concepção construtivista poderá melhor adequar-se à consecução deste projeto, uma vez que eles exercem atribuições que requerem, constantemente, a busca de indagações, da construção de opiniões e da elaboração de pesquisas. Assim, o aluno do ensino a distância, apoiado pelo tutor, seguirá ao seu ritmo próprio e entenderá que se aprende é fazendo.

Esta concepção em articulação com os recursos das tecnologias nos permite criar um Projeto Pedagógico calcado nos objetivos educacionais descritos a seguir:

- a) Conciliar a extensão da informação curricular e a variedade de fontes de acesso na web com o aprofundamento da sua compreensão em espaços menos rígidos e menos engessados;
- b) Selecionar as informações mais significativas e integrá-las à vida do estudante;
- c) Incentivar a cooperação para vencer os desafios do hoje e do amanhã;
- d) Incentivar a autonomia e autoria como metas a serem alcançadas;
- e) Proporcionar Grupos cooperativos como estratégia didática;
- f) Adotar perspectiva construtivista, com ênfase na produtividade do aluno, no aproveitamento de seu conhecimento anterior e na troca de experiências como elemento dinamizador da aprendizagem;
- g) Promover a interação entre as pessoas, em ambiente virtual;
- h) Propiciar a troca de experiências entre os integrantes do curso;

## 12 Sistema de comunicação - acompanhamento ao estudante a distância

Segundo Maria Luiza Belloni (2001,P.54-55) “a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é antes de mais nada, uma questão política: os processos de socialização dependem das escolhas políticas da sociedade” (...) “a integração das inovações tecnológicas vai depender então da concepção de educação das novas gerações que fundamenta as ações políticas do setor.” Esta afirmação de Belloni nos leva a refletir sobre a importância do processo educacional que vai desencadear a partir da integração dos novos meios, como é o caso deste curso.

Desta forma, o desenvolvimento metodológico deverá ultrapassar a mera inserção das técnicas e a partir delas promover um verdadeiro processo de emancipação. Acreditamos ser esta, a grande questão que devemos buscar e que corresponde a mesma trazida por Belloni (2001, p.54-55): “Como formar o cidadão frente à influência avassaladora das mídias e no quadro de uma cultura pós-moderna fragmentada e fragmentadora? Qual o papel da “instituição escolar” (inserção nossa) neste processo? Quem educará?

Portanto, a metodologia escolhida para este curso vai levar em conta primeiramente, o contexto educativo, para então determinar como poderemos buscá-lo de forma eficaz.

A educação a distância que, paradoxalmente, impõe interlocução permanente e assim proximidade pelo diálogo, traz a possibilidade de uma adoção de tempo oposto à lógica do tempo da modernidade, em direção a um tempo da escola que permita, acompanhando Passos (1998:458), “a desconstituição da seriação, o que implicaria a dispensa de classificações, o fim do etapismo, da hierarquia, da pressuposta superioridade intrínseca de um tempo único, que negando alteridades, se põe como o melhor” (in projeto Pedagógico da UFMT).

Para o desenvolvimento do Curso de Educação Física é necessário o estabelecimento de uma rede de comunicação que possibilite a ligação dos vários polos regionais onde será oferecido o curso. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física, pedagógica e acadêmica no UnB, com a garantia de:

- a) Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes áreas do saber que compõem o curso;

- b) Definição de coordenador geral do Curso, que apoiado pelos integrantes do Curso, vão se responsabilizar pelo acompanhamento do curso tanto administrativa como pedagogicamente;
- c) Manutenção de núcleos tecnológicos na UnB e nos polos que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- d) Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes polos e a coordenação do Curso;
- e) Formação permanente da equipe de gestão do curso.

Por meio do Sistema de Acompanhamento cada estudante receberá retorno individualizado sobre o seu desempenho, que será disponibilizado no Moodle, bem como orientações e trocas de informações complementares relativas aos conteúdos abordados em exercícios desenvolvidos, principalmente aqueles que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos de reavaliação.

Por meio da tutoria é possível garantir o processo de interlocução necessário a qualquer projeto educativo. O sistema de comunicação será constituído pela ação integrada de diferentes profissionais, que buscam contribuir para o sucesso dos cursos a distância visando principalmente o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes nos cursos.

O sistema de comunicação é composto por professores com experiência em coordenação pedagógica, responsáveis pelo planejamento do desenho instrucional dos cursos e pela criação e implementação de meios que facilitem e estimulem a aprendizagem dos estudantes. Conta com uma equipe de professores pesquisadores, formado por profissionais das várias áreas, que são responsáveis:

- a) Pelo acompanhamento dos processos didático-pedagógicos dos cursos
- b) Pela formação de educandos para o estudo a distância;
- c) Pelo desenvolvimento de pesquisa e produção científica na área de EaD.

Para o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes o sistema de comunicação conta com Professores supervisor e tutores a distância. O Professor-supervisor dos tutores - trabalha diretamente com os tutores auxiliando-os nas atividades de rotina. Disponibiliza o feedback sobre o desenvolvimento do curso, buscando proporcionar a reflexão em equipe sobre os processos pedagógicos e administrativos, e com isso, viabilizar novas estratégias de ensino-aprendizagem.

Os Tutores ocupam um papel importante no sistema de comunicação, atuam como um elo de ligação entre os estudantes e a instituição. Cumprem o papel de facilitadores

da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes para a equipe e principalmente na motivação. O acompanhamento ao estudante se dará em vários níveis, a saber:

- a) Pelo Professor-supervisor
- b) Pelos Tutores – a distância
- c) Pelos Tutores – presenciais
- d) Pela Supervisão do Curso
- e) Pelo Coordenador de Polo
- f) Pelo Coordenador do Curso

Os tutores serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios para o candidato à função:

- a) Graduado na área de conhecimento do conteúdo, ou áreas afins, com especialização, mestrado ou doutorado, e/ou ser estudante de pós-graduação regularmente matriculado em área do curso ou áreas afins;
- b) Ter dedicação de carga horária compatível com seu contrato, incluindo possíveis atividades inerentes à tutoria fora do seu horário normal de trabalho;
- c) Ter facilidade de comunicação;
- d) Ter conhecimentos básicos de informática;
- e) Participar de Cursos de Formação

Após a seleção, os candidatos devem participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EAD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação. Todos os tutores serão certificados ao final do Curso.

Juntamente com o professor-supervisor de conteúdo da Disciplina, cada equipe de tutores se responsabilizará pelo processo de acompanhamento da vida acadêmica dos alunos em todos os níveis. No que diz respeito à dimensão do acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, são funções do tutor:

- a) Participar dos cursos e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas;
- b) Realizar estudos sobre a educação a distância;
- c) Conhecer e participar das discussões relativas à confecção e uso de material didático;

- d) Auxiliar o aluno em seu processo de estudo; orientando-o individualmente ou em pequenos grupos;
- e) Estimular o aluno a ampliar seu processo de leitura, extrapolando o material didático;
- f) Auxiliar o aluno em sua auto avaliação;
- g) Detectar problemas dos alunos, buscando encaminhamentos de solução;
- h) Estimular o aluno em momentos de dificuldades para que não desista do curso;
- i) Participar ativamente do processo de avaliação de aprendizagem;
- j) Relacionar-se com os demais orientadores, na busca de contribuir para o processo de avaliação do curso.

### **13 Polos UAB<sup>1</sup>**

Os polos da Universidade Aberta do Brasil possuem diretrizes de admissibilidade, permanência e desligamento regulamentadas pela CAPES (Portaria n. 218, de 24 de setembro de 2018).

O Polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD, de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior – IES (CAPES, 2019).

Os polos UAB podem ser classificados como efetivos ou associados.

- a) **Polo Efetivo** - quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal.
- b) **Polo Associado** - quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Segundo a CAPES a infraestrutura necessária para os polos deve contemplar:

#### **Espaços gerais do Polo UAB**

Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);

Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);

Sala de reunião (opcional);

Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10 908, de 19 de dezembro de 2000 e 11 982, de 2009;

#### **Espaços de apoio do Polo UAB**

Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);

Biblioteca física, com espaço para estudos;

#### **Espaços acadêmicos**

---

<sup>1</sup> CAPES. *Polos UAB*. 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/uab/polos-uab>. Acesso em 13 de julho de 2018.

Sala multiuso - para realização de aula (s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;

Laboratório pedagógico (quando couber);

É considerado ainda pela CAPES que os espaços acadêmicos podem estar situados em outros locais, a partir de convênios com outras instituições, porém, há a obrigatoriedade de pelo menos uma sala de aula/multiuso nas instalações do polo;

Tratando-se de um polo associado, é admitida utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo.

Todos os espaços obrigatórios devem estar localizados no endereço sede do polo, podendo os demais espaços estarem em locais distintos, desde que exista Termo de Cessão de Uso, assinado pelo proprietário do espaço, indicando os dias e horários de uso prioritário pelo polo UAB.

### **Infraestrutura tecnológica básica**

I. Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo

II. Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo

III. Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

### **Composição da equipe do Polo UAB**

1. Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do polo);

2. Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo);

3. Secretária (o) ou Apoio Administrativo;

4. Técnico (s) de informática;

5. Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca;

6. Técnico (s) para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia (biologia), química (química), física (física), ateliê de artes (artes), ou quadra poliesportiva (educação física);

7. Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança;
8. Pessoal de manutenção e limpeza;

Para polos UAB associados não se faz necessária comprovação dos recursos humanos destinados ao polo, porém, faz-se necessário atendimento às orientações da CAPES quanto à indicação do Coordenador do Polo, pessoa que deverá ter dedicação exclusiva ao polo.

### **13.1 Atribuições dos Coordenadores de Polo**

O Coordenador do Polo desenvolverá suas atividades no polo de educação à distância no município ao qual ele foi selecionado para atuar, sendo suas tarefas voltadas para atividades típicas de gestão e administração do espaço do polo no âmbito do Sistema UAB. Segundo a Portaria N° 232, de 9 de outubro de 2019 as atividades do coordenador de polo são as seguintes:

- a) Apoiar as ações gerenciais da Capes e as acadêmicas das IPES;
- b) Acompanhar, executar e coordenar as atividades administrativas do polo;
- c) Articular junto as IPES presentes no polo, a distribuição e o uso das instalações para a realização das atividades dos diversos cursos;
- d) Garantir a prioridade de uso da infraestrutura do polo às atividades da UAB quando for o caso;
- e) Articular-se com o mantenedor do Polo com o objetivo de prover as necessidades materiais de pessoal e de ampliação do polo;
- f) Acompanhar as atividades de ensino presenciais no que diz respeito às necessidades administrativas;
- g) Acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no polo;
- h) Dialogar e trabalhar de forma integrada e colaborativa com o assistente à docência, os tutores e os alunos;
- i) Em parceria com o assistente à docência, atuar na organização de toda a estrutura de atendimento da tutoria presencial incluindo definição de horários e escala das sessões, coordenação, aplicação das avaliações e atividades presenciais e posterior acompanhamento.
- j) Orquestrar junto as IPES presentes no polo, a distribuição e o uso das instalações para a realização das atividades dos diversos cursos;

- k) Articular com os respectivos sistemas dos municípios de atuação do polo as ofertas e reofertas dos editais vigentes;
- l) Planejar, em conjunto com as IPES, a edição e reedição de cursos;
- m) Realizar eventos acadêmicos e de integração do polo à comunidade;
- n) Conhecer a estrutura de funcionamento do polo e das IPES atuantes no mesmo;
- o) Participar das atividades de Capacitação e atualização conforme a competência de cada ator;
- p) Elaborar e encaminhar à COAP/DED/CAPES e a IPES relatórios periódicos de acordo com definições da Diretoria de Educação a Distância - DED;
- q) Relatar problemas enfrentados pelos alunos ao coordenador de curso e à Capes;
- r) Organizar, a partir de dados das IPES presentes no polo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades nos diversos cursos;
- s) Receber e prestar informações no que couber aos órgãos do MEC ou correspondente no caso de polos estaduais;
- t) Promover ações de permanência dos estudantes no curso visando o aproveitamento e a diminuição da evasão;
- u) Participar e colaborar com o processo de acolhimento dos alunos nos Polos UAB;
- v) Estabelecer contato permanente com os alunos, divulgando as ações sob sua responsabilidade no polo, buscando saber as suas dificuldades e razão de ausências, a fim de promover a sua permanência e aproveitamento no curso;
- w) Estar ciente do calendário e dos cronogramas das disciplinas e das atividades no polo a cada semestre;
- x) Articular-se com a DED/CAPES com o objetivo de realizar a gestão do polo de acordo com suas orientações.

### **13.2 Infraestrutura do polo**

A CAPES possui critérios próprios de avaliação de polos para cursos de Educação Física. No entanto, sempre que possível, a Coordenação de Curso irá sugerir as instalações, equipamentos e materiais didáticos abaixo.

### **13.3 Instalações físico esportivas, equipamentos, material didático e esportivo**

01 quadra poliesportiva (preferencialmente coberta)
01 campo de futebol (preferencialmente iluminado)
02 salas multiuso de aproximadamente 15mx15m

01 piscina semiolímpica de aproximadamente 25mx12m
01 sala de avaliação morfofuncional de aproximadamente 10mx10m
01 sala de sobrecarga (musculação)
01 sala de depósito de material esportivo
02 conjuntos completos de vestiários (masculino e feminino), com 08 duchas, 08 sanitários, 08 pias, 50 armários, 02 espelhos

### 13.4 Equipamentos

01 ciclo ergômetro com interface (profissional)
01 esteira rolante com interface (profissional)
01 teen cem
01 effigmomanometro (pressão arterial) mercúrio
03 effigmomanometro manual
01 ventilômetro
01 lactímetro
01 equipamento de bio impedância bio elétrica
05 frequencímetros
03 compassos (sanny)
03 bancos de well
05 cronômetros
02 paquímetros grandes
03 paquímetros pequenos
01 balança digital
01 estadiômetro
01 quadro de medição de postura
20 trenas (sanny) para perímetro
01 trena de 30 metros
01 dinamômetro manual
01 fleximêtro
01 speed test
01 jump test
01 câmera de vídeo
01 câmera fotográfica
03 bonecos de primeiros socorros

### 13.5 Material didático esportivo

25 bolas de basquetebol
25 bolas de voleibol
25 bolas de handebol
25 bolas de futebol
25 bolas de futebol de salão
25 arcos
25 bolas de borracha
25 bastões
25 cordas
50 mini colchões

02 bancos suecos

## 14 Referências

AZEVEDO, C. B. Â.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 129-42, 2004.

BELLONI, M.L. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 78, p. 117-142, abril 2002.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei Nº 10.098, de dezembro de 2000. Dispõe de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11273-6-fevereiro-2006-540874-publicacaooriginal-42340-pl.html>>.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei Nº 10.908, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Regulamentações sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>.

BRASIL. **Planalto**. Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)>.

BRASIL. **Planalto**. Lei N° 12.764, de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm)>.

**CAPES**. Polos UAB. 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/uab/polos-uab>>. Acesso em 13 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução N°. 7/2004 de 31 de março de 2004. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: Acesso em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>>. 04 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas, 2014**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). -- Brasília : Codeplan, 2014. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/S%C3%ADntese-de-Inforna%C3%A7%C3%B5es-Socioecon%C3%B4micas-e-Geogr%C3%A1ficas-2014.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

FIorentini, D. **Em busca de novos caminhos e de outros olhares na formação de professores de matemática**. In: FIORENTINI, Dario (Org.) Formação de Professores de Matemática: explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas: Mercado das Letras: 2003, p.7-16.

GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras/ALB, 2001.

HARASIM, L.; HILTZ, S.R.; TELES, L.; TUROFF, M. **Learning networks: a field guide to teaching and learning online**. Cambridge: MIT Press, 1995.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

JOHNSON, D. W.; ROGER T. J. "Learning together and alone: Overview and meta-analysis." Asia Pacific Journal of Education 22.1 (2002): 95-105.

LITWIN, Edith. **Educação à Distância – Temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MARCASSA, L. Recreação. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAES, A.L. **Expectativas dos alunos em relação às aulas de educação física no ensino fundamental**. Rio Claro, Departamento de Educação/Instituto de Biociências/UNESP, 2000.

SÁ, C. S. S.; SANTOS, W.L.P. A identidade de um curso de formação de professores de Química. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis. VII ENPEC. **Anais...** em CD-ROM, 2009. p. 1-12.

SANTOS, E. **Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura**. In: Anais do Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009.

Sharan, Yael, and Shlomo Sharan. **Expanding cooperative learning through group investigation**. Vol. 1234. New York: Teachers College Press, 1992.

SOUZA NETO et al., 2004. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

THORPE, M. **Rethinking learner support: The challenge of collaborative on-line learning Open Learning**. Vol.17, No.2, 2002, in Tutoria no Ead: Um manual para tutores. The Common wealth of Learning, 2003.

WIGGERS, I. D. Educação Física escolar em Brasília na década de 1960. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n.01, p. 137-157. jan./mar. 2011.

ZABALA, A. **A prática educativa, como ensinar**. Artmed: Porto Alegre. Ed. 2010.

**ANEXO 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS  
PEDAGÓGICOS DO CURSO**

<b>Quadro demonstrativo das principais alterações entre o Projeto Antigo e o Novo</b>			
<b>Antigo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Novo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>
Total de créditos necessários para conclusão do curso	196 créditos	Total de créditos necessários para conclusão do curso	217
Carga horária final necessária para conclusão do curso	2.940 horas	Carga horária final necessária para conclusão do curso	3.255 horas
Total de créditos de disciplinas obrigatórias	134 créditos	Total de créditos de disciplinas obrigatórias	116 créditos
Total de créditos de disciplinas optativas	32 créditos	Total de créditos de disciplinas optativas	40 créditos
Total de crédito de disciplinas eletivas	16 créditos	Total de crédito de disciplinas seletivas	20 créditos
Total de créditos em atividades complementares	14 créditos	Total de créditos em atividades complementares	14 créditos
Total de crédito de disciplinas de estágio	28 créditos	Total de crédito de disciplinas de estágio	27 créditos
-	-	Educação Tutorial: Currículo de Formação em Educação Física	Disciplina nova
Fundamentos teórico-metodológico da Educação Física	Disciplina consta no 1º semestre	Fundamentos teórico-metodológico da Educação Física	Disciplina consta no 3º semestre
Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	Disciplina consta no 1º semestre	Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	Disciplina consta no 2º semestre
Fisiologia do exercício 1	Disciplina consta no 3º semestre	Fisiologia do exercício 1	Disciplina consta no 2º semestre
-	-	Programas Preventivos	Disciplina nova
Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física na Educação Infantil	Disciplina consta no 5º semestre	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 1	Disciplina no 3º semestre
Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física no Ensino Fundamental	Disciplina consta no 6º semestre		
Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física no Ensino Médio e EJA	Disciplina consta no 7º semestre	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados a Educação Física 2	Disciplina no 4º semestre

<b>Quadro demonstrativo das principais alterações entre o Projeto Antigo e o Novo</b>			
<b>Antigo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Novo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>
Ciência e Pesquisa em Educação Física	Disciplina consta no 2º semestre	Ciência e Pesquisa em Educação Física	Disciplina consta no 3º semestre
Didática da Educação Física	Disciplina consta no 2º semestre	Didática da Educação Física	Disciplina consta no 4º semestre
Administração em Educação Física	Disciplina consta no 7º semestre	Administração em Educação Física	Disciplina consta no 4º semestre
-	-	Educação Física e Inclusão	Disciplina nova
Medidas e avaliação em Educação Física	Disciplina consta no 6º semestre	Medidas e avaliação em Educação Física	Disciplina consta no 5º semestre
Seminário de Pesquisa em Educação Física	Disciplina consta no 3º semestre	Seminário de Pesquisa em Educação Física	Disciplina consta no 5º semestre
Aspectos psicológicos da aprendizagem aplicados à Educação Física	Disciplina consta no 3º semestre	Aspectos psicológicos da aprendizagem aplicados à Educação Física	Disciplina consta no 5º semestre
Trabalho de Conclusão de Curso I	Disciplina consta no 7º semestre	Trabalho de Conclusão de Curso I	Disciplina consta no 6º semestre
Estatística aplicada à Educação Física	Disciplina consta no 5º semestre	Estatística aplicada à Educação Física	Disciplina consta no 6º semestre
No antigo currículo, constava apenas 1 OPT	Disciplina consta no 6º semestre	Duas disciplinas optativas (OPT) no 7º semestre	Disciplinas constam no 6º semestre
Educação Física: leis, normas e políticas	Disciplina consta no 2º semestre	Educação Física: leis, normas e políticas	Disciplina consta no 7º semestre
No antigo currículo, constava apenas 1 OPT	Disciplina consta no 7º semestre	Inclusão de 4 disciplinas OPT	Disciplinas constam no 7º semestre
No antigo currículo, constavam 2 OPT	Disciplinas constam no 8º semestre	Inclusão de 4 disciplinas OPT	Disciplinas constam no 8º semestre
-	-	Metodologia das Atividades Gímnicas	Disciplina seletiva nova
-	-	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 2	Disciplina seletiva nova
-	-	Metodologia das Atividades Físicas Alternativas	Disciplina seletiva nova
-	-	Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior

<b>Quadro demonstrativo das principais alterações entre o Projeto Antigo e o Novo</b>			
<b>Antigo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Novo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>
-	-	Princípios do Treinamento Resistido	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Educação Física Adaptada	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Teorias do Lazer	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Projeto de Extensão 1	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Projeto de Extensão 2	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Marketing na Educação Física	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Bases científicas do treinamento	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Biomecânica 1	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Epidemiologia aplicada à Educação Física	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Fisiologia do exercício 3	Disciplina optativa que não consta na

<b>Quadro demonstrativo das principais alterações entre o Projeto Antigo e o Novo</b>			
<b>Antigo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Novo componente curricular</b>	<b>Ocorrência</b>
			matriz do currículo anterior
-	-	Gestão de eventos em esporte, saúde e lazer	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Introdução à psicologia do esporte	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Recreação e lazer 1	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior
-	-	Saúde Coletiva e Educação Física	Disciplina optativa que não consta na matriz do currículo anterior

## **ANEXO 2 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO (TCC) DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

### **CAPÍTULO I**

#### **Das disposições preliminares**

Artigo 1º. Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Educadores para Educação Básica e de Graduação em Educação Física, estabelecidas pelo Ministério da Educação, o trabalho de conclusão de curso é uma atividade curricular obrigatória para os estudantes matriculados na Licenciatura em Educação Física da UnB, de acordo com o disposto nesse Regulamento.

§ 1º O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado por meio da oferta das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

§ 2º O Trabalho de Conclusão do Curso consiste em uma pesquisa individual ou em duplas, orientada por um docente credenciado, e apresentada sob um dos seguintes formatos: pesquisa de campo ou relato de experiência, que deve versar sobre um único tema relativo a área de conhecimento da Educação Física aplicada ao contexto escolar, com exposição crítica e contribuição pessoal do autor, mediante a defesa do trabalho elaborado.

### **CAPÍTULO II**

#### **Dos objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso**

Artigo 2º. O objetivo geral do TCC é propiciar aos alunos concluintes do Curso de Licenciatura em Educação Física a oportunidade de articular os conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, com a metodologia e a produção científica disponível para melhor compreender, detectar e conhecer os vários contextos que envolvem os saberes e fazeres pedagógicos no contexto da Educação Básica, aprimorando sua capacidade de interpretação e crítica destas realidades. Pretende ainda propiciar aos alunos:

- I. O desenvolvimento da capacidade de interpretação e crítica em Educação Física;
- II. O desenvolvimento científico da profissão;
- III. O conhecimento das demandas da comunidade.

Artigo 4º São objetivos específicos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Atender às exigências curriculares do curso de Licenciatura em Educação Física;
- II. A inserção na pesquisa científica com vistas à produção de conhecimentos relacionados com a prática educativa no contexto escolar;

III. A oportunidade de o aluno demonstrar o grau de habilidade e de conhecimento adquiridos;

IV. O aprofundamento do conhecimento em tema de seu interesse;

V. Aprimorar o processo de formação dos alunos contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais para a formação continuada e permanente.

### CAPÍTULO III

#### Das disposições gerais

Artigo 3º. As atividades para a elaboração do TCC serão norteadas pela Comissão do TCC do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância, no sentido geral, e pelo professor orientador em particular.

Artigo 4º. O trabalho desenvolvido pelo aluno será supervisionado por um orientador, docente em efetivo exercício na Faculdade de Educação Física ou docente externo credenciado como orientador de TCC em nível de graduação.

§ 1º. Na proposição e no desenvolvimento do TCC, os orientadores poderão contar com a assessoria do coordenador (a) da Comissão do TCC, do coordenador (a) de curso e do Colegiado de Graduação e Extensão da FEF.

Artigo 5º. Não é previsto coorientação exceto naqueles casos previamente discutidos e acordados pela Comissão de TCC.

Artigo 6º. Será disponibilizado para os discentes na disciplina Seminário de Pesquisa em Educação Física, a relação dos professores orientadores e suas respectivas áreas de competência, tendo em vista nortear a escolha do aluno.

Artigo 7º. A formatação do trabalho seguirá as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Artigo 8º. O fluxograma de atividades, com a definição de prazos e o detalhamento da agenda de programação para a apresentação do TCC será disponibilizado para os alunos e orientadores pela Comissão de TCC.

Artigo 9º. O TCC, será apresentado a uma banca examinadora constituída nos termos do Capítulo VIII e seus artigos.

### CAPÍTULO IV

#### Da coordenação do TCC

Artigo 10. A coordenação da Comissão do TCC é responsável por todas as atividades de gestão dos processos que tenham por fim a realização do projeto de pesquisa, a execução da pesquisa e a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso. No âmbito de sua competência, é subordinada à coordenação do curso. São atribuições do(a) coordenador(a) da Comissão do TCC:

- I. Estimular os professores da instituição a atuarem nas atividades de orientação;
- II. Dar suporte aos professores orientadores, alunos e membros integrantes das bancas durante o desenvolvimento das atividades;
- III. Indicar ao Colegiado de Graduação e Extensão da FEF os candidatos que atendem aos requisitos acadêmicos básicos necessários ao orientador para que este seja credenciado como tal na instituição;
- IV. Estipular, em comum acordo com a coordenação do curso, os prazos e a normatização de todas as etapas do TCC;
- V. Elaborar e divulgar o fluxograma e o calendário das atividades referentes aos processos para a defesa do TCC;
- VI. Apreciar em primeira instância, os pleitos dos alunos e orientadores referentes ao desenvolvimento das atividades relativas ao TCC;
- VII. Zelar para que os alunos recebam orientação básica a respeito da metodologia do trabalho científico;
- VIII. Convocar e presidir, reuniões da Comissão de TCC, com a participação obrigatória de todos os professores orientadores e com a participação virtual de 2 (dois) representantes dos alunos;
- IX. Manter arquivo atualizado dos Termos de Compromisso de orientação dos projetos e dos TCC, além das cartas dos comitês de ética em pesquisa, que autorizem a realização dos projetos que envolvam pesquisa com seres humanos e animais, nos termos da Resolução 196/96;
- X. Estimular o registro da frequência e das atividades desenvolvidas durante os encontros de orientação que ocorrem entre alunos e orientadores;
- XI. Fazer o registro e o acompanhamento das mudanças de orientador e indicar novos orientadores para os alunos quando solicitado, levando em consideração, sempre que possível, a distribuição equitativa de orientados entre eles, respeitando o limite máximo de 4 alunos por orientador;
- XII. Organizar a composição das bancas examinadoras dos TCC;
- XIII. Encaminhar a biblioteca, em meio digital, as cópias dos TCC aprovados;
- XIV. Coordenar a discussão na Comissão do TCC dos critérios de seleção dos cinco melhores TCCs, organizar e participar deste processo;
- XV. Tomar, em primeira instância, no âmbito de suas competências todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

Artigo 11. O coordenador (a) da Comissão de TCC poderá solicitar ao colegiado de curso que crie mecanismos para o acompanhamento das atividades relativas ao TCC.

## CAPÍTULO V

### Dos professores orientadores

Artigo 12. O TCC deve ser desenvolvido preferencialmente sob a orientação dos professores em efetivo exercício na FEF/UnB.

Artigo 13. A substituição do orientador só é permitida, mediante aquiescência expressa do professor substituído e quando outro docente, assumir formalmente a orientação.

Artigo 14. O exercício da orientação não isenta o aluno da integral responsabilidade pela realização do Trabalho de Conclusão do Curso.

Artigo 15. São atribuições do professor orientador:

I. Comparecer às reuniões convocadas pelo coordenador (a) da Comissão de TCC, ou quando impossibilitado, apresentar justificativa antecipada e responsabilizar-se por obter as informações sobre as questões que foram definidas;

II. Manter-se informado da programação e do cronograma de atividades que normatizam o TCC;

III. Assessorar o aluno na proposição do TCC em conformidade com as normas deste regulamento;

IV. Manter contato com o aluno, informando-o quando da impossibilidade de comparecimento a um encontro *online* pré-agendado, devendo negociar a reposição desta carga horária tendo em vista garantir o bom andamento das atividades de orientação;

V. Desenvolver as atividades de orientação relacionadas aos TCCs;

VI. Manter um registro dos encontros com seus orientandos, informando datas, horário inicial e final da orientação bem como das atividades desenvolvidas;

VII. Orientar o aluno e zelar pelo cumprimento da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Seres Humanos;

§ 1º. Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta resolução que prevê, em relação aos aspectos éticos e legais, que cabe ao pesquisador apresentar o protocolo de avaliação do projeto, devidamente instruído ao comitê de ética em pesquisa, aguardando o pronunciamento/autorização deste, antes de iniciar a pesquisa;

§ 2º. É expressamente vetada a execução de qualquer projeto que não tenha sido aprovado pelo comitê de ética em pesquisa, resguardando a instituição de ensino e todos os envolvidos, das penalidades previstas por lei;

VIII. Favorecer a divulgação da apresentação dos TCCs sob sua orientação no Curso de Licenciatura em Educação Física da UnB, promovendo oportunidades de acesso a alunos e professores em geral;

IX. Entregar os formulários de avaliação de cada TCC, com a nota final, preenchidos e assinados para Secretaria do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância logo após a defesa do trabalho perante a banca;

Artigo 16. Embora a responsabilidade pela elaboração do TCC seja do aluno, isto não exime o orientador de desempenhar adequadamente, observadas as normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

Artigo 17. Enviar para a coordenação da Comissão de TCC todas as informações solicitadas tendo em vista zelar pelo bom andamento das atividades.

## CAPÍTULO VI

### Dos alunos em fase de orientação

Artigo 18. Considera-se aluno em fase de orientação, aqueles regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em Educação Física e que iniciaram a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Artigo 19. Cabe ao aluno a indicação de tema e orientador credenciado pela instituição para orientá-lo no 6º semestre, momento em que será iniciada a construção do projeto de pesquisa, devendo, para esse efeito, realizar convite formal registrado no Termo de Compromisso do Orientador e do Orientando e encaminhá-los devidamente preenchidos para o coordenador (a) da Comissão de TCC tendo em vista o arquivamento desta documentação.

Artigo 21. É dever do aluno sob orientação:

I. Comparecer as aulas/encontros presenciais e virtuais das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

II. Frequentar as atividades semanais programadas de orientação com seu orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;

III. Cumprir o cronograma de atividades e o calendário divulgado pela coordenação da Comissão de TCC;

IV. Contribuir para a divulgação de seu TCC junto aos alunos e professores da universidade, promovendo a oportunidades de divulgar o resultado de seu trabalho;

V. Manter contato com o orientador para discussão e aprimoramento de seu trabalho, devendo informar com antecedência e justificar, eventuais faltas;

VI. Elaborar a versão final do TCC de acordo com o este regulamento, as instruções de seu orientador e da coordenação da Comissão de TCC;

VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação do TCC para apresentar e defender a versão final do TCC;

VIII. Colocar o nome do orientador em todos os documentos relativos ao seu TCC, mesmo após a entrega da versão final do trabalho para a instituição;

IX. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A mudança de orientador é permitida apenas dentro do prazo previsto no cronograma do TCC e está condicionada a disponibilidade de outro docente assumir formalmente a orientação. Quando esta mudança for motivada por um desejo do aluno, ele deverá comunicar em primeira instância seu intento ao professor que o orientou até então, tendo em vista a observância dos preceitos éticos que devem nortear esta relação. Apenas após a negociação e consenso entre as partes, o aluno deverá formalizar junto à coordenação da Comissão de TCC, o encaminhamento para um novo orientador.

## CAPÍTULO VII

### Da estrutura do projeto e da monografia

Artigo 22. O projeto de TCC será composto pela seguinte estrutura:

Capa contendo título;

Folha de rosto;

Sumário;

1. Introdução contendo: tema, contextualização, abordagem teórica (conceitos chaves e antecedentes científicos), problema, objetivo, hipóteses (quando for o caso), justificativa e resultados esperados, nesta sequência;

2. Base teórica contendo: definição, conceitual e operacional, das principais variáveis de estudo;

3. Metodologia contendo: amostra ou fontes de consulta, materiais e métodos. Cronograma de atividades;

Orçamento;

Referências bibliográficas;

Anexos ou apêndices (quando houver).

Artigo 23. De acordo com o disposto na Resolução 196/96 o projeto de pesquisa a ser submetido ao Comitê de Ética somente poderá ser apreciado se estiver instruído com as seguintes informações:

- a) análise crítica de riscos e benefícios;
- b) explicitação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;
- c) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;
- d) indicação do local da pesquisa: detalhar as instalações e demonstrar a existência de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;
- e) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;
- f) declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.
- g) informações relativas ao sujeito da pesquisa: descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. (expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis);
- h) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos (fornecer critérios de inclusão e exclusão);
- i) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- j) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa, ciente de que a importância não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.
- k) termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta

Artigo 24. O TCC, quando se tratar de trabalhos de revisão de literatura, será composto pela seguinte estrutura:

Capa

Folha de rosto

Folha de aprovação

Dedicatória

Agradecimentos

Epígrafe

Resumo estruturado na língua vernácula

Listas

Sumário

1. Introdução

2. Revisão de literatura

3. Metodologia

4. Análise de discussão das fontes consultadas

5. Considerações finais

Referências bibliográficas

Apêndices ou anexos (quando houver)

Artigo 25. O TCC, quando se tratar de trabalhos de campo, será composto pela seguinte estrutura:

Capa

Folha de rosto

Folha de aprovação

Dedicatória

Agradecimentos

Epígrafe

Resumo estruturado na língua vernácula

Listas

Sumário

1. Introdução

2. Metodologia

3. Resultados e análise

4. Discussão

## 5. Considerações finais

### Referências bibliográficas

### Apêndices ou anexos

A formatação dos elementos pré-textuais segue as normas da Associação Brasileira de Normalização Técnica, apresentadas aos discentes em sala de aula.

## CAPÍTULO VIII

### Dos membros das bancas examinadoras

Artigo 26. O TCC será apresentado e defendido, exclusivamente pelo discente, perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por um professor convidado pela comissão de TCC;

§ 1º - Podem fazer parte da banca examinadora os professores da UnB, com formação acadêmica e experiência profissional, compatível com o tema da pesquisa, devendo-se evitar escolhas baseadas apenas em afinidade pessoal.

§ 2º Quando da designação da banca examinadora, também deve ser indicado pelo orientador do trabalho, um membro suplente, encarregado de substituir o titular em caso de impedimentos deste no dia da defesa.

Artigo 27. A banca examinadora somente poderá ser composta mediante a presença dos dois avaliadores, sendo que um deles deverá ser o orientador.

Artigo 28. A condução dos trabalhos realizados pela banca examinadora no momento da defesa do aluno é de responsabilidade do orientador do trabalho.

Artigo 29. Caso haja impedimentos para que o orientador esteja presente na banca no dia determinado, ele deverá informar a coordenação da Comissão de TCC, tendo em vista verificar a possibilidade de novo agendamento da defesa ou designar um substituto para o orientador mediante aquiescência deste.

Artigo 30. Compete à banca examinadora a avaliação e a pontuação das monografias, conforme os critérios estabelecidos no Formulário de Avaliação do TCC.

Artigo 31. Não é permitido aos membros das comissões examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes que estes sejam apresentados.

Artigo 32. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação e recebimento dos trabalhos, deverão proceder à leitura do material e registrar as sugestões de correções e melhorias por escrito. O TCC corrigido será entregue ao aluno logo após a defesa de seu trabalho.

Artigo 33. Os certificados de participação dos membros da banca serão entregues pela Secretaria do Curso de Licenciatura em Educação Física a

Distância juntamente com o Formulário de Avaliação do TCC para serem entregues pelo orientador.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O não comparecimento de qualquer dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, ao Coordenador (a) da Comissão de TCC com antecedência que permita a convocação do suplente indicado ou o planejamento de uma nova data para a defesa dentro dos prazos previstos no calendário acadêmico.

## CAPÍTULO IX

### Da avaliação dos projetos e dos TCCs

Artigo 34. Os critérios de avaliação dos TCC serão divulgados para os alunos e professores pela coordenação da Comissão de TCC.

Artigo 35. Os alunos serão comunicados de sua nota final logo após a defesa e está só será registrada mediante a apresentação da versão final corrigida conforme orientações da banca.

Artigo 36. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

§ 1º O (a) aluno(a) aprovado (a), deverá proceder as modificações sugeridas pela banca antes de entregar a versão final à Comissão de TCC, via plataforma virtual.

§ 2º Fica impedido de colar grau o aluno reprovado na disciplina TCC.

Artigo 37. Caso seja constatada a entrega de projetos ou TCCs plagiados, o aluno será automaticamente reprovado, estando sujeito a processo administrativo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Das notas atribuídas pelos integrantes da banca examinadora cabe recurso ou revisão à Comissão de TCC, em primeira instância, e ao Colegiado dos Cursos de Graduação da FEF, em segunda instância.

## CAPÍTULO X

### Da apresentação e entrega do TCC

Artigo 38. As sessões de apresentação dos TCC serão públicas e realizadas nos polos.

Artigo 39. O calendário com a composição das bancas, datas, horários e local das apresentações de cada trabalho será divulgado pela coordenação da Comissão de TCC.

Artigo 40. Durante a defesa do TCC, o aluno tem 15 (quinze) minutos, sem interrupção, para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora tem até 10 (dez) minutos para arguição, seguidos de 5 (cinco)

minutos, à disposição do aluno para as respectivas respostas. O tempo total de apresentação corresponderá a 40 (quarenta) minutos.

Artigo 41. O prazo para os alunos aprovados apresentarem as alterações sugeridas para a versão final do projeto e do TCC será de 10 (dez) dias.

Artigo 42. O TCC aprovado deverá ser entregue pelo discente para a coordenação da Comissão de TCC em sua versão final em arquivo em formato PDF, acompanhado de declaração que autorize a divulgação do TCC via online, observando os prazos estabelecidos no presente regulamento.

Artigo 43. O aluno que não entregar o TCC ou que não se apresentar para realizar sua defesa oral na data prevista, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está reprovado.

## CAPÍTULO XI

### Das Disposições Transitórias

Artigo 44. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Graduação e Extensão da FEF/UnB.

## **ANEXO 3 - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UnB**

O presente Regulamento de Estágios visa a disciplinar os estágios do Curso de Licenciatura em Educação Física da UnB, tendo por base a legislação em vigor.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Artigo 1º - Para os fins do disposto neste Regulamento, compreende-se por estágio o conjunto das atividades técnico-científicas realizadas por estudantes, dentro ou fora da universidade, sob supervisão qualificada, visando à aplicação dos conhecimentos teóricos ou práticos desenvolvidos no Curso de Licenciatura em Educação Física, como um requisito essencial para formação acadêmico-profissional do educador.

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS ESTÁGIOS**

Artigo 2º - Os estágios classificam-se em:

i) Obrigatórios: constituem-se nas seguintes disciplinas do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física: Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil, Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, e Estágio Supervisionado Avançado em Educação Física.

ii) Não-obrigatórios: consistem nas atividades de estágios orientadas para a complementação da formação acadêmico-profissional, realizadas por livre escolha do (a) aluno(a).

Artigo 3º - Os estágios obrigatórios e não-obrigatórios, para efeito de integralização curricular, serão realizados sob a coordenação da Comissão de Estágios da Faculdade de Educação Física da UnB, responsável pela apreciação do cumprimento dos critérios estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 4º - Os convênios entre a FEF/UnB e outras unidades concedentes de estágios deverão ser firmados pela Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica – DAIA, do Decanato de Ensino de Graduação – DEG, que promove a integração do aluno de graduação com as atividades acadêmicas realizadas em outros setores, ouvido o Colegiado de Graduação e Extensão da FEF.

### **CAPÍTULO III**

## DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS

Artigo 5º - Os estágios obrigatórios são aqueles realizados durante o Curso de Educação Física e exigidos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física. Constituem-se em atividades curriculares realizadas a partir das experiências educacionais consideradas como importantes para formação do educador no Projeto Político Pedagógico da FEF/UnB. Para realizar os estágios obrigatórios, o aluno deve estar regularmente matriculado e ter cursado os pré-requisitos necessários às respectivas disciplinas. Parágrafo Único. O aluno estagiário poderá realizar somente duas disciplinas de estágio obrigatório em cada semestre letivo.

Artigo 6º - O Curso de Licenciatura em Educação Física possui 4 (quatro) disciplinas de estágio supervisionado obrigatórias, distribuídas ao longo do percurso acadêmico, a partir do quinto semestre letivo conforme créditos e cargas horárias a saber:

- a) Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil (7 créditos - 105 horas);
- b) Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Fundamental (7 créditos - 105 horas);
- c) Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (7 créditos - 105 horas); e
- d) Estágio Supervisionado Avançado em Educação Física (6 créditos - 90 horas).

Parágrafo único: A carga horária total em estágios perfaz o total de 405 horas (27 créditos).

Artigo 7º - A supervisão local do estágio será realizada por profissional da área de Educação Física ou de outra área quando justificado, sob a orientação de um docente lotado na Faculdade de Educação Física da UnB.

## CAPÍTULO IV

### DOS ESTÁGIOS NÃO–OBRIGATÓRIOS

Artigo 8º - O estágio não-obrigatório, em conformidade com Lei Federal n.º 11.788/2008 e com a Resolução da Comissão de Estágio da FEF, 4 de agosto de 2009, corresponde à realização de atividades, visando à aplicação de conhecimentos teóricos, práticos e técnicos desenvolvidos nas diversas disciplinas integrantes do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física e sua relação com o desempenho de atividades profissionais.

Artigo 9º - Os campos de estágios são aprovados pela Comissão de Estágio da FEF/UnB, levando em conta o perfil do formando e a proposta curricular do Curso, de maneira a garantir que o estágio não-obrigatório seja realizado apenas nas áreas que correspondem à atuação no campo da Educação Física.

§ 1 - Os estágios não-obrigatórios poderão contar como atividades complementares conforme regulamento específico.

§ 2 - As atividades desenvolvidas nos estágios não-obrigatórios, devidamente descritas no Plano de Trabalho, não poderão exceder o limite de 30 horas semanais.

§ 3 - “O aluno do curso de (nome do curso) poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, resguardados os limites e requisitos legalmente estabelecidos, desde que o plano de atividades seja previamente aprovado”.

§ 4 - Os estágios não-obrigatórios deverão ser realizados em locais com a presença efetiva e sob a responsabilidade de um professor de Educação Física ou de outra área, quando isso se justificar.

Artigo 10 - Antes de iniciar o estágio não-obrigatório e para efetivá-lo, o aluno deverá ter o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades de Estágios (PAE) analisados e assinados pelo Coordenador da Comissão de Estágio da FEF, sendo que uma cópia deve ser arquivada na Secretaria do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância.

Parágrafo único - Quando o estágio se realizar fora das dependências da UnB, a instituição que recebe o estagiário deverá efetivar, mensalmente, o pagamento do seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

## CAPÍTULO V

### DA COORDENAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Artigo 11 - Compete à Comissão de Estágios da FEF:

i - Estabelecer a política de estágios, submetendo-a a aprovação do Colegiado de Graduação e Extensão da FEF;

ii - Coordenar a elaboração e a revisão, quando for o caso, da proposta de Regulamento de Estágio do Curso, submetendo à aprovação do Colegiado de Graduação e Extensão da FEF;

iii - Articular-se com o Colegiado de Graduação e Extensão da FEF e outros setores da Universidade para tratar dos assuntos relativos aos estágios;

iv – Apresentar, ao Colegiado de Graduação e Extensão da FEF, proposta de Convênios para abertura, alteração ou manutenção de campos de estágios;

v - Indicar, para designação pela Direção da Faculdade, o (a) Coordenador (a) da Comissão de Estágio da FEF;

vi - Apresentar, semestralmente, relatório de atividades ao Colegiado de Graduação e Extensão da FEF;

vii - Manter atualizado o cadastro dos alunos candidatos a estágios e o registro dos Termos de Compromisso de Estágios (TCE) dos alunos que estão realizando estágios não-obrigatórios;

viii - Propor o intercâmbio e troca de experiências de estágios por meio de publicações e seminários.

Artigo 12 - Para a coordenação das atividades de estágio haverá um docente, Coordenador da Comissão de Estágios da FEF, indicado dentre os membros da própria comissão, nomeado mediante ato da Direção da FEF, para o período de 2 anos, o qual será homologado pelo Colegiado de Graduação e Extensão da FEF.

§ 1 - O Coordenador de Estágio será substituído pelo Coordenador de Graduação do Curso de Licenciatura em Educação Física, nos seus impedimentos legais.

§ 2 - A carga horária correspondente a 2 créditos será destinada às atividades administrativas da Coordenadoria da Comissão de Estágios para a função de Coordenador.

## CAPÍTULO VI

### DO PROFESSOR(A) DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO:

Artigo 13 - Compete ao Professor(a) de Estágio Supervisionado Obrigatório:

i - Aprovar os planos de trabalho dos alunos a serem executados junto às entidades que servirão de campo de estágios;

ii - Orientar, supervisionar e avaliar as atividades realizadas no estágio;

iii - Supervisionar, conforme cronograma estabelecido entre as partes o local de estágio dos alunos sob sua supervisão;

Parágrafo único - As turmas de Estágio Supervisionado têm seu limite de vagas fixado conforme diretrizes adotadas pela coordenação do curso.

## CAPÍTULO VII

### DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Artigo 14 - A avaliação dos estágios obrigatórios será atribuída ao professor responsável pela disciplina e deverá seguir o disposto neste Regulamento, no Plano de Curso da disciplina e nas normas de avaliação da Universidade de Brasília.

Artigo 15 - Na avaliação das atividades de estágios obrigatórios, além da menção final de estágio, os Professores deverão levar em consideração: a avaliação do Profissional Supervisor do local de estágio; a participação

(interesse, assiduidade, iniciativa, seriedade e pontualidade); a competência (boa fundamentação, criatividade, evolução/rendimento e competência técnica); e o relacionamento (respeito, confiança, solidariedade, trabalho participativo, relacionamento com a equipe e com participantes).

Artigo 16 - Para validação das atividades de estágios não-obrigatórios, como atividades acadêmicas, científico-cultural, será exigido o relatório de estágio do aluno, contendo a nota do professor supervisor do local de estágio. O processo deverá ser protocolado na plataforma virtual de ensino aprendizagem.

## CAPÍTULO VIII

### DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Artigo 17 - Constituem campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios as instituições de direito público e privado, a comunidade em geral e a própria Universidade, desde que apresentem possibilidades concretas e relacionadas às disciplinas de estágio.

Artigo 18 - Os campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios deverão oferecer condições para:

- i - Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;
- ii - Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico de intervenção profissional;
- iii - Vivência efetiva em situações reais de vida e trabalho no campo profissional da Educação Física e dos Esportes, atreladas às funções do licenciado;
- iv – Avaliação das atividades realizadas. Parágrafo Único. Não será permitida a realização de estágios obrigatórios no mesmo local em que o aluno atue como estagiário não-obrigatório ou faça parte do quadro de funcionários com algum tipo de vínculo empregatício.

## CAPÍTULO IX

### DO ALUNO ESTAGIÁRIO

Artigo 19 - O aluno estagiário deverá desenvolver suas atividades de estágio, com senso crítico, fundamentado em conceitos teórico-práticos próprios da área correspondente ao projeto em que está atuando.

Artigo 20 - Compete ao aluno estagiário:

- i - Obedecer à legislação de estágio vigente;
- ii - Escolher seu campo de estágio dentre aqueles credenciados pela Comissão de Estágios da FEF;

iii - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), em conjunto com o Supervisor de Estágio da entidade onde irá desenvolver o estágio;

iv - Elaborar e cumprir o Plano de Estágio, aprovado pelo Professor-Supervisor;

v - Aceitar e respeitar as normas do campo de estágio onde estiver atuando;

vi - Comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horas estipulados no Plano de Estágio; vii - Atuar, nas atividades previstas, no mínimo, o correspondente à carga horária semanal da disciplina durante o período do estágio;

viii - Elaborar o relatório final, ao término do estágio, e apresentá-lo às partes envolvidas dentro do prazo legal estipulado;

ix - Entregar uma cópia do relatório final ao Professor-Supervisor dentro do prazo legal estipulado; x – Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude ética condizente com os valores e princípios da UnB e da sociedade brasileira;

xi – Ter o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades de orientação geral e/ou orientação individual e 100% (cem por cento) de frequência nas atividades de estágio (intervenção), salvo justificativa aceita pelo professor supervisor;

xii – Cumprir as cláusulas constantes no Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 21 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador da Comissão de Estágios da FEF, em articulação com o Coordenador do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância da UnB.

Artigo 22 - O presente regulamento entrará em vigor após aprovação pelo Colegiado de Graduação e Extensão do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Brasília/DF, 26 de setembro de 2011.

## **ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Art. 1º O presente regulamento tem como finalidade normatizar as atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância da Universidade de Brasília para o cumprimento das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação e Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação.

Art. 2º Atividades Complementares são elementos constituintes do currículo de formação profissional que propiciam ao estudante acesso a conhecimentos relevantes para o processo ensino-aprendizagem conforme os critérios de interdisciplinaridade, transversalidade, autonomia e de flexibilização curricular, potencializando a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º As atividades complementares terão a duração de 210 horas (14 créditos) e poderão ser realizadas a partir do primeiro semestre letivo até o último semestre letivo do curso, obedecendo às orientações específicas das Resoluções 1 e 2 de 2002 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 4º Serão consideradas atividades complementares de graduação a participação do aluno em: congressos, simpósios, seminários, conferências, palestras, fóruns, estudos dirigidos, oficinas, projeto ou grupo de pesquisa, projeto ou curso de extensão universitária, trabalhos acadêmicos, monitorias, estágios profissionais, representações discentes, curso de língua estrangeira, disciplinas cursadas na UnB ou em outra instituição de ensino superior (IES) credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), dentre outras possibilidades.

§ 1º. As atividades complementares somente serão consideradas válidas para efeito de integralização de créditos quando: realizadas no período regular (do primeiro ao último semestre) do curso de Educação Física - Licenciatura da UnB; e devidamente comprovadas através de documento com timbre, carimbo ou autenticação e assinatura.

Art. 5º As atividades complementares ao longo do curso serão classificadas e avaliadas em 5 (cinco) categorias por tipo de atividade complementar, a saber: Pesquisa; Ensino; Extensão; Estágios; e Política, Cultura e Desportos.

§ 1º. No sentido de promover experiências diversificadas e um equilíbrio entre os tipos de atividades, há um limite máximo de 60 horas (4 créditos) a serem integralizados em cada categoria, conforme discriminado (mas não restrito aos exemplos fornecidos) no Quadro 1.

§ 2º. O limite máximo de créditos definidos por categoria considera o envolvimento do estudante com as atividades ao longo dos 8 semestres de duração mínima do curso de Licenciatura.

§ 3º. A lista de exemplos não é restrita a essas atividades e outras atividades podem ser consideradas pela comissão de atividades complementares.

§ 4º. Não se deve confundir a integralização de créditos por meio de atividades complementares com a certificação específica que cada atividade fornece aos participantes, a cargo dos organizadores de cada “evento”.

Quadro 1. Categorias por tipo de atividade complementar e alguns exemplos de atividades que podem ser consideradas em cada grupo.

<b>Categorias</b>	<b>Exemplos</b>
<b>1. Acadêmica**</b>	Disciplinas da UnB* ou de outras IES reconhecidas pelo MEC
	Realização de cursos relevantes para a formação profissional (línguas, informática, etc.)
	Participação como Representante Discente em instâncias acadêmicas ou colegiadas
	Organização de curso ou evento acadêmico
<b>2. Pesquisa**</b>	Apresentação de trabalho acadêmico (oral ou pôster) em congressos, simpósios, Semanas Universitárias e similares.
	Participação em Projeto ou Grupo de Pesquisa**
	Participação como ouvinte em congressos, simpósios, defesas de TCCs, Mestrados, Doutorados ou afins.
<b>3. Extensão**</b>	Participação em Programa, Projeto ou Grupo de extensão universitária**
	Organização de cursos ou eventos de extensão
	Participação na Semana de Extensão
<b>4. Estágios não-obrigatórios***</b>	Participação em Estágios não-obrigatórios (preferencialmente nas áreas de Saúde, Esporte, Lazer e Gestão).
<b>5. Política, Cultural e Desportiva</b>	Participação como atleta
	Atuar como árbitro de federação em jogos oficiais
	Organização de eventos esportivos, políticos ou culturais (não relacionados ao ensino ou extensão)
	Participação em atividades Culturais e Políticas

\* As disciplinas da UnB somente podem contar como atividade complementar quando o estudante tiver excedido o número de Créditos Optativos e de Módulo Livre exigidos para a obtenção do título.

\*\* Os créditos não podem ser contados em duplicata no histórico do aluno.

\*\*\* Devem ser atendidas as normas de estágios não-obrigatórios.

§ 5º. Os créditos integralizados através das atividades complementares não podem ser contados em duplicata, ou seja: ser computado em sua origem (por exemplo na extensão, monitoria ou disciplina) e ainda como atividade complementar.

Art. 6º Haverá uma Comissão de Atividades Complementares, constituída por docentes em efetivo exercício na FEF, mediante deliberação do Colegiado de Graduação e Extensão da FEF.

§ 1º. Compete à Comissão de Atividades Complementares deliberar sobre atividades e carga horária que serão reconhecidas, homologar os documentos comprobatórios e organizar procedimentos para efeito da integralização de créditos das horas complementares no histórico do aluno.

Art. 7º Não receberá certificado de conclusão de curso o aluno que não tiver cumprido as 210 (duzentas e dez) horas de atividades complementares devidamente aprovadas junto à Universidade de Brasília.

Art. 8º Compete ao estudante apresentar uma cópia simples do documento comprobatório da atividade complementar, juntamente com o original, ao coordenador do polo, para que seja atestada a sua veracidade, além da planilha de controle (ANEXO 1) preenchida, impressa e assinada solicitando a integralização dos créditos.

Art. 9º Compete à Secretaria do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância conferir a veracidade dos documentos, receber as cópias e organizá-las numa pasta individual juntamente com a planilha de controle da quantidade de horas em cada categoria de atividades.

Art. 10º Compete à Comissão de Atividades Complementares verificar os documentos apresentados e homologar o registro das informações na planilha de controle, sendo que as mesmas deverão ser carimbadas e assinadas por um representante da comissão.

Parágrafo único. A Comissão de Atividades Complementares se reunirá com regularidade suficiente para apreciar as todas as solicitações protocoladas, divulgando o resultado por meio de um quadro com o número de matrícula e a pontuação obtida pelos estudantes ao fim de cada semestre letivo.

Art. 11º A Secretaria do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância deve enviar semestralmente à SAA o registro da carga horária de cada estudante a fim de solicitar a integralização de créditos no Histórico Escolar.

Brasília, 27 de abril de 2015

## ANEXO 5 – ATO INSTITUIDOR DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



**Universidade de Brasília**

Faculdade de Educação Física

ATO DA DIREÇÃO Nº 0020/2018

Constitui o Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância.

O Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, no uso de suas atribuições Estatutárias e Regimentais,

### R E S O L V E :

Constituir o NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação Física a Distância – EAD, formada pelos docentes AMÉRICO PIERANGELI COSTA, JONATAS MAIA DA COSTA, GUILHERME ECKHARDT MOLINA, ROSANA AMARO e MARISETE PERALTA SAFONS, sob a presidência do primeiro.

Brasília, 02 de abril de 2018.



Fernando Mascarenhas Alves  
Diretor  
Faculdade de Educação Física - UnB  
Matrícula 033174

Faculdade de Educação Física

RAD/rad

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910-900 - Brasília, DF

Telefone (61) 3107- 2505 – E-mail: [fef@unb.br](mailto:fef@unb.br) – Home Page: <http://www.unb.br/fef>

## ANEXO 6 – REGULAMENTO DOS NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES

### RESOLUÇÃO DO COLEGIADO DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA Nº 001/2019

Regulamenta  
os Núcleos  
Docentes  
Estruturantes  
(NDE) dos  
cursos de  
graduação da  
FEF - UnB

O COLEGIADO DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista deliberação aprovada na reunião do dia 18 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs);

CONSIDERANDO a Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Parecer CONAES Nº. 4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE,

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** O Núcleo Docente Estruturante é o colegiado responsável pela formulação e acompanhamento do Curso, e no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do seu projeto pedagógico, previsto no Art. 10, item VIII do Regimento Interno da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade de Brasília.

**Art. 2º.** O Núcleo Docente Estruturante é composto pelo coordenador do curso e por um mínimo de 4 professores pertencentes ao corpo docente do respectivo curso, com todos os membros com titulação mínima de mestre, obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, tendo todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 4 docentes em tempo integral.

§ 1º O mandato de cada integrante será de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

§ 2º As novas composições do NDE manterão em seus colegiados pelo menos dois docentes do mandato anterior.

**Art. 3º.** Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- I - Realizar estudos de atualização periódica para verificar a avaliação de aprendizagem na formação dos estudantes;
- II - Analisar as demandas da sociedade, bem como do mundo do trabalho referentes as áreas de formação do curso;

- III - Propor, acompanhar, modificar e sugerir o perfil do egresso do curso;
- IV - Analisar a adequação do perfil do egresso do curso;
- V - Sugerir alterações curriculares;
- VI - Analisar e sugerir os programas e planos de ensino das disciplinas do curso;
- VII - Promover a supervisão didática;
- VIII - Estabelecer normas para desenvolvimento e controle dos estágios curriculares;
- IX - Elaborar e assinar o relatório de adequação, comprobatório da compatibilidade da bibliografia básica e complementar das unidades curriculares do curso, evidenciando a relação entre a quantidade de títulos e número de vagas ofertadas por curso;
- X - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- XI - Zelar pela integração curricular das disciplinas entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- XII - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- XIII - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

**Art. 4º.** Com vistas ao contínuo aperfeiçoamento e aprimoramento dos cursos oferecidos pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, os Núcleos Docentes Estruturantes terão reuniões ordinárias bimestrais para a elaboração e acompanhamento da implantação dos projetos pedagógicos dos Cursos dessa unidade acadêmica.

**Parágrafo único.** Os projetos deverão ser reavaliados periodicamente para permanecerem adequados às diretrizes curriculares nacionais (DCNs), ao perfil profissional desejado e às características locais, regionais e nacionais.

JONATAS MAIA DA COSTA  
Presidente do Colegiado de Graduação da FEF

Brasília, 18 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Maia da Costa, Coordenador(a) de Graduação do Curso de Licenciatura da Faculdade de Educação Física**, em 19/11/2019, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4667025** e o código CRC **3E4E3CC1**.

## ANEXO 7 – REGULAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



### Regulamento do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física a Distância da Universidade de Brasília

Estabelece o Regulamento do Curso Graduação em Licenciatura em Educação Física a Distância da Universidade de Brasília.

Art. 1º - O curso de graduação em Licenciatura em Educação Física destina-se à formação de Licenciados (as) em Educação Física

Art. 2º - O curso será ministrado a distância e para sua conclusão serão necessários o cumprimento com aprovação de 210 (duzentos e dez) créditos que equivalem a 3.210 (três mil e duzentas e dez) horas aula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 168 (cento e sessenta e oito) créditos que equivalem a 2.520 (duas mil e quinhentas e vinte horas).

PARÁGRAFO SEGUNDO: As disciplinas optativas perfazem um total de 32 (trinta e dois) créditos que equivalem a 480 (quatrocentas e oitenta) horas aula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As atividades complementares equivalem a 14 (vinte e quatro) créditos que equivalem a 210 (duzentas e dez) horas aula.

PARÁGRAFO QUARTO: O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) corresponde a 28 (vinte oito) créditos que equivalem a 420 (quatrocentas e vinte) horas aula, distribuídos em cinco disciplinas obrigatórias.

PARÁGRAFO QUINTO: Por se tratar de um curso a distância, não são previstas disciplinas de módulo livre.

PARÁGRAFO SEXTO: Serão ofertados 40 créditos de disciplinas optativas, com 8 horas excedentes ao mínimo exigido.

Art. 3º - O curso incluirá as seguintes disciplinas obrigatórias (OBR), obrigatórias seletivas (OBS) e optativas (OPT):

PARÁGRAFO PRIMEIRO: devem ser cursados, com aprovação, 20 (vinte) créditos em disciplinas da categoria OBS

PARÁGRAFO SEGUNDO: O número de créditos totalizados em cada semestre poderá variar de acordo com as Listas de Ofertas.



<b>Código</b>	<b>1º semestre</b>	<b>Modalidade</b>
103322	Libras - Básico	OBR
106909	Políticas Públicas em Educação Física, esporte, saúde e lazer	OBR
106917	Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	OBR
106925	Fundamentos sócioantropológicos da Educação Física	OBR
106950	Administração em Educação Física	OBR
106968	Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Física	OBR
106976	Fisiologia do exercício 1	OBR
106984	Anatomia aplicada à Educação Física	OBR
106992	Fisiologia do exercício 2	OBR
107018	Cinesiologia aplicada à Educação Física	OBR
107085	Fundamentos teórico-metodológico da Educação Física	OBR
107093	Ciência e Pesquisa em Educação Física	OBR
107107	Estatística aplicada à Educação Física	OBR
107115	Trabalho de Conclusão do Curso II	OBR
107131	Estudos e pesquisas em Educação Física Escolar	OBR
107182	Aspectos psicológicos da aprendizagem aplicados à Educação Física	OBR
107191	Educação Física e práticas corporais	OBR
107204	Educação Física: leis, normas e políticas	OBR
107255	Seminário de Pesquisa em Educação Física	OBR
127337	Trabalho de Conclusão de Curso I	OBR
195251	Medidas e avaliação em Educação Física	OBR
197122	Informática Instrumental	OBR
197882	Didática da Educação Física	OBR
197891	Comunicação, Expressão e Estudo Acadêmico	OBR
A ser criada	Educação Tutorial: Currículo de Formação em Educação Física	OBR
A ser criada	Programas Preventivos	OPT
A ser criada	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados à Educação Física 1	OBR
A ser criada	Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem Aplicados à Educação Física 2	OBR
A ser criada	Educação Física e Inclusão	OBR
106933	Estágio Supervisionado Avançado em Educação Física	OBR
107212	Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil	OBR



107221	Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Fundamental	OBR
107239	Estágio Supervisionado na Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos	OBR
107026	Metodologia das Atividades Gímnicas	OBS
107034	Metodologia Dança e Expressão Corporal	OBS
107042	Metodologia do Atletismo	OBS
107069	Metodologia dos Jogos	OBS
107140	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 1	OBS
107000	Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros	OBR
107158	Metodologia das Lutas e Artes Marciais	OPS
109665	Educação Física Adaptada	OPT
127264	Aprendizagem e Desenvolvimento Motor	OPT
127353	Lazer, Trabalho e Sociedade	OPT
127370	Manifestações Alternativas da Cultura Esportiva	OPT
130443	Metodologia das Modalidades Esportivas Coletivas 2	OBS
195278	Pedagogia dos Esportes Individuais	OBS
107077	Princípios do Treinamento Resistido	OPT
127311	Educação Física e Saúde	OPT

Art. 4º - O estudante deverá ser aprovado nas disciplinas listadas no artigo anterior como obrigatórias, e tantas disciplinas optativas e/ou atividades complementares, quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos, conforme referido no Art. 2º.

Art. 5º O tempo de permanência no curso será de 8 (oito) semestres no mínimo, e de 10 (dez) semestres no máximo. O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar a 36 (trinta e seis) créditos e o número mínimo previsto é de 21 (vinte e um) créditos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Estes limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem as últimas necessárias à conclusão do curso.

Art. 6º A coordenação didática do curso cabe ao Colegiado dos Cursos de Graduação da Faculdade de Educação Física da UnB.

# ANEXO 8 – REGIMENTO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

23/04/2019

SEI/UnB - 2867188 - Resolução



Boletim de Atos Oficiais da UnB em 24/08/2018

## RESOLUÇÃO DO (A) CONSELHO UNIVERSITÁRIO Nº 0028/2018

Aprova o Regimento Interno da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade de Brasília.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições, em sua 452ª Reunião, realizada em 17/8/2018, e considerando o constante nos autos do Processo n. 23106.074254/2017-38,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o Regimento Interno da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade de Brasília.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Márcia Abrahão Moura

Presidente

ANEXO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N. 0028/2018

### REGIMENTO INTERNO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEF)

Aprovado na 127ª Reunião do Conselho Ampliado da Faculdade de Educação Física – UnB, realizada em 21 de setembro de 2015. Enviado para aprovação do Conselho Universitário da UnB, em 29 de setembro de 2015. Edição com as observações propostas pela Comissão do Consuni aprovadas pelo Conselho da Faculdade de Educação Física em sua 161ª Reunião, realizada em 12/6/2017.

## TÍTULO I – DA FACULDADE, FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

### CAPÍTULO I – PREÂMBULO

**Art. 1º** A Faculdade de Educação Física (FEF), criada por meio de Resolução da Reitoria em 1997, é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) que exerce as atividades de ensino, pesquisa e extensão e que tem as suas funções administrativas e acadêmicas disciplinadas pelo presente Regimento Interno.

### CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

**Art. 2º** São finalidades essenciais da FEF o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas do Distrito Federal e do Brasil.

### CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 3º** Compete à FEF:

**I** - coordenar, ministrar e avaliar atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão nas áreas de conhecimento relacionadas à Educação Física;

**II** - buscar o apoio financeiro para as suas atividades fins em agências financiadoras e/ou por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

**III** - decidir sobre a organização interna, respeitados os estatutos e o Regimento Geral da Universidade de Brasília, bem como as demais normas estabelecidas pela Universidade;

**IV** - planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade;

**V** - contribuir para o fortalecimento das sociedades científicas, acadêmicas e profissionais da área de Educação Física.

**TÍTULO II – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS****CAPÍTULO I – DO PATRIMÔNIO**

**Art. 4º** Todo o patrimônio registrado será utilizado para atender às necessidades inerentes às suas atividades fins e/ou às de prestação de serviços, conforme prioridades estabelecidas pela FEF.

**CAPÍTULO II – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 5º** As dotações orçamentárias da FEF serão coordenadas pelo Conselho da FEF, observando-se a compatibilização entre as necessidades da unidade e a origem dos recursos captados.

**Art. 6º** Toda receita gerada pela Faculdade deve ser recolhida na Conta Única do Tesouro da FUB-UnB.

**Art. 7º** Toda e qualquer proposta de captação de recursos, junto à própria Universidade, a outras agências financiadoras, a entidades congêneres ou à iniciativa privada, pleiteada por docente e/ou pessoal técnico-administrativo, quer individualmente, quer em grupo, ou mesmo pelas coordenações, deverá ser aprovada pelo Colegiado competente e homologada pelo Conselho da FEF.

Parágrafo único. Os projetos aprovados em editais dos órgãos de fomento à pesquisa, ensino e extensão deverão ser homologados pelo Colegiado competente e pelo Conselho da FEF.

**Art. 8º** Os docentes e os técnico-administrativos poderão participar de serviços remunerados mediante contratos de prestação de serviços ou convênios, observando-se as normas estabelecidas pela Universidade de Brasília, desde que não sejam prejudicadas as suas atividades contratuais à FUB-UnB, o que será atestado pelo Diretor da Faculdade, respeitadas as devidas cargas horárias.

**TÍTULO III – DA GESTÃO**

**Art. 9º** A FEF tem o Conselho da Faculdade como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica, e a Direção, como órgão executivo.

**CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS EM GERAL**

**Art. 10.** A estrutura organizacional da Faculdade de Educação Física compreende:

- I - o Conselho da FEF;
- II - o Colegiado dos Cursos de Graduação da FEF;
- III - o Colegiado de Pesquisa e de Pós-Graduação da FEF;
- IV - a Direção da FEF;
- V - a Secretaria-Geral da FEF;
- VI - as Coordenações de Graduação:
  - a) do curso de Licenciatura em Educação Física;
  - b) do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância;
  - c) do curso de Bacharelado em Educação Física;
- VII - a Coordenação de Prática Desportiva;
- VIII - os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs):
  - a) do curso de Licenciatura em Educação Física;
  - b) do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância;
  - c) do curso de Bacharelado em Educação Física;
- IX - as Comissões de Estágios:
  - a) do curso de Licenciatura em Educação Física;
  - b) do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância;
  - c) do curso de Bacharelado em Educação Física;
- X - as Comissões de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC):
  - a) do curso de Licenciatura em Educação Física;
  - b) do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância;
  - c) do curso de Bacharelado em Educação Física;

**XI** - as Comissões de Atividades Complementares:

- a) do curso de Licenciatura em Educação Física;
- b) do curso de Licenciatura em Educação Física a Distância;
- c) do curso de Bacharelado em Educação Física;

**XII** - a Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação da FEF;

**XIII** - a Comissão de Pós-Graduação da FEF;

**XIV** - a Coordenação de Extensão e Atividades Comunitárias da FEF;

**XV** - o Conselho Consultivo do CO;

**XVI** - a Chefia do CO;

**XVII** - a Secretaria do CO;

**XVIII** - as Gerências:

- a) dos Laboratórios (de acordo com o Regimento Interno dos Laboratórios/FEF);
- b) das Pistas de Atletismo e de *Cross-Cerrado*;
- c) do Parque Aquático;
- d) dos Ginásios e de Esportes de Quadra;
- e) dos Campos de Futebol;
- f) das Salas de Musculação;
- g) dos esportes náuticos.

**Art. 11.** O Conselho da FEF compõe-se:

**I** - do Diretor, como Presidente;

**II** - do Vice-Diretor, como Vice-Presidente;

**III** - dos docentes do quadro efetivo, em exercício, lotados na FEF;

**IV** - dos representantes dos discentes matriculados nos cursos ministrados pela FEF, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos demais membros do Conselho, sendo que 1/4 (um quarto) dessa representação pode ser composta por discentes de pós-graduação;

**V** - dos representantes dos servidores técnico-administrativos lotados na FEF, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho.

**Art. 12.** Compete ao Conselho da FEF:

**I** - propor o Regimento Interno da FEF e suas modificações;

**II** - formular a política geral da Faculdade;

**III** - elaborar, em cada quinquênio, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com estratégias políticas e administrativas anuais que contribuam para o alcance dos objetivos da Faculdade;

**IV** - aprovar normas de funcionamento para os setores e serviços da Faculdade e discutir o Plano Anual de Aplicação dos recursos financeiros de forma a atender às metas do PDI da FEF;

**V** - aprovar projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão;

**VI** - aprovar projetos e convênios de extensão e atividades complementares;

**VII** - apreciar e aprovar as diretrizes de pesquisa da Unidade, bem como definir a política a ser adotada na consecução desta atividade, ouvido o Colegiado de Pesquisa e Pós-Graduação;

**VIII** - homologar projetos de pesquisa, situados no seu âmbito de atuação, aprovados pelo Colegiado de Pesquisa e de Pós-Graduação da FEF;

**IX** - atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente em exercício na FEF;

**X** - definir políticas e aprovar o afastamento de docentes;

**XI** - definir diretrizes que norteiem a elaboração da lista de oferta semestral de disciplinas pelo Colegiado dos Cursos de Graduação da FEF;

**XII** - aprovar a indicação de representantes da FEF nos órgãos colegiados superiores da universidade;

**XIII** - definir a alocação de vagas para realização de concurso público para o provimento de cargos do magistério superior, assim como instituir a Banca Examinadora e aprovar os critérios de avaliação;

**XIV** - coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão;

**XV** - adotar ou sugerir as providências de ordem didática, científicas e administrativas aconselháveis para o bom desenvolvimento dos trabalhos da unidade acadêmica;

- XVI** - adotar providências para o aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- XVII** - conduzir o processo interno de escolha dos nomes para Diretor e para Vice-Diretor da Unidade;
- XVIII** - regulamentar, no âmbito da Unidade, as normas baixadas por instâncias superiores da UnB;
- XIX** - decidir sobre a alocação interna de recursos orçamentários;
- XX** - deliberar a respeito da utilização de equipamentos e de instalações sob a guarda da Unidade;
- XXI** - apreciar recurso da decisão do Diretor;
- XXII** - apreciar em grau de recurso as decisões de Colegiados da Unidade;
- XXIII** - propor a atribuição de honorárias acadêmicas;
- XXIV** - propor o afastamento ou a destituição do Diretor, na forma da lei e do Regimento Geral da UnB;
- XXV** - estabelecer normas e critérios de gestão de pessoal lotado na Unidade;
- XXVI** - apreciar o relatório anual, elaborado pelo Diretor, referente às atividades da Faculdade;
- XXVII** - julgar a solicitação de desligamento de estudante por conduta ética inadequada;
- XXVIII** - opinar ou deliberar sobre outros assuntos de sua alçada.

## CAPÍTULO II – DO COLEGIADO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FEF

**Art. 13.** Compõem o Colegiado dos Cursos de Graduação da FEF, sob a presidência do Coordenador de Graduação com mais tempo de exercício da função:

- I** - o Coordenador de Licenciatura em Educação Física;
- II** - o Coordenador de Licenciatura em Educação Física a Distância;
- III** - o Coordenador de Bacharelado em Educação Física;
- IV** - o Coordenador de Prática Desportiva;
- V** - 01 (um) representante do NDE da Licenciatura em Educação Física;
- VI** - 01 (um) representante do NDE da Licenciatura em Educação Física a Distância;
- VII** - 01 (um) representante do NDE do Bacharelado em Educação Física;
- VIII** - 03 (três) representantes dos docentes da FEF, eleitos pelos seus pares;
- IX** - representantes dos discentes matriculados nos cursos ministrados pela FEF, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos demais membros do Colegiado;
- X** - representantes dos servidores técnico-administrativos lotados na FEF eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho.

**Art. 14.** Ao Colegiado dos Cursos de Graduação compete:

- I** - indicar os representantes, titular e suplente, da Unidade na Câmara de Ensino de Graduação, escolhidos, preferencialmente, dentre os coordenadores dos cursos de graduação da Unidade;
- II** - propor, ao Conselho da FEF, os projetos pedagógicos dos cursos de Graduação, assim como suas alterações, a fim de que sejam, depois de aprovados, encaminhados ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III** - propor, ao Conselho da FEF, para ser encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a criação ou a extinção de disciplinas do curso, bem como alterações no fluxo curricular;
- IV** - elaborar e aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo, de acordo com as diretrizes e as normas estabelecidas pelo Conselho da FEF;
- V** - zelar pela qualidade do ensino dos cursos e coordenar, de forma articulada com os NDEs, a avaliação interna desses;
- VI** - julgar processos relacionados à administração acadêmica do curso, tais como: aproveitamento de estudos, revisão de menção, equivalência de disciplinas, solicitações de trancamento, antecipação de outorga, reintegração no curso, revalidação de diploma, monitoria, transferência obrigatória, transferência facultativa e admissão de aluno especial ou de qualquer outra forma de mudança de curso e outros referentes à Graduação;
- VII** - propor formas de acompanhar o desempenho dos discentes de Graduação, mantendo as informações acadêmicas atualizadas;
- VIII** - manter contatos e entendimentos com instituições nacionais e estrangeiras congêneres com a finalidade do estabelecimento de intercâmbio acerca das experiências de Graduação em Educação Física;
- IX** - solicitar ao Conselho da FEF o desligamento de discentes por conduta ética inadequada;
- X** - decidir ou opinar sobre outras matérias pertinentes aos cursos de Graduação.

## CAPÍTULO III – DO COLEGIADO DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FEF

**Art. 15.** Compõem o Colegiado de Pesquisa e de Pós-graduação da FEF, sob a presidência do Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Física:

- I - o(s) Coordenador(es) dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da FEF;
- II - os professores credenciados como orientadores nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da Unidade;
- III - os representantes dos discentes matriculados nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* ministrados pela FEF, eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos demais membros do Colegiado;
- IV - os representantes dos servidores técnico-administrativos lotados na FEF eleitos por seus pares, em número correspondente a 1/10 (um décimo) dos demais membros do Conselho.

**Art. 16.** Ao Colegiado de Pesquisa e de Pós-Graduação da FEF compete:

- I - definir a política dos Programas de Pós-Graduação da FEF (PPGEFs) e o seu acompanhamento;
- II - aprovar os planos de aplicação dos recursos colocados à disposição dos PPGEFs;
- III - propor alterações nos regulamentos e nas estruturas curriculares dos PPGEFs;
- IV - designar os professores que, juntamente com o Coordenador, comporão a Comissão de Pós-Graduação;
- V - compatibilizar a execução das pesquisas realizadas pela FEF;
- VI - apreciar e aprovar projetos de pesquisa e a proposta de convênios de cooperação científica;
- VII - aprovar linhas de pesquisas e projetos vinculados;
- VIII - aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- IX - propor os critérios de seleção dos PPGEFs, respeitada a regulamentação geral da UnB;
- X - propor à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação o número de vagas a serem oferecidas a cada seleção;
- XI - elaborar Plano de Desenvolvimento dos Laboratórios da FEF vinculados aos PPGEFs;
- XII - administrar a carga patrimonial e promover facilidades na utilização dos diferentes laboratórios de pesquisa, de forma a atender as necessidades do ensino de Graduação e de Pós-Graduação;
- XIII - apreciar propostas e recursos de professores e de discentes dos PPGEFs, no âmbito de sua competência;
- XIV - propor o credenciamento e descredenciamento de professores aos PPGEFs;
- XV - solicitar ao Conselho da FEF o desligamento de discentes por conduta ética inadequada;
- XVI - apreciar projetos acadêmicos de Pós-Graduação da FEF;
- XVII - indicar os representantes, titular e suplente, da Unidade na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), escolhidos, preferencialmente, dentre os coordenadores dos cursos de Pós-Graduação, *stricto sensu*, da Unidade.

## CAPÍTULO IV – DO CONSELHO CONSULTIVO DO CO

**Art. 17.** Compõem o Conselho Consultivo do CO:

- I - o Chefe do CO, como presidente;
- II - o Coordenador da Prática Desportiva;
- III - o Coordenador de Licenciatura em Educação Física;
- IV - o Coordenador de Licenciatura a distância em Educação Física;
- V - o Coordenador de Bacharelado em Educação Física;
- VI - o Coordenador de Extensão e Atividades Comunitárias;
- VII - 01 (um) representante indicado pelo NDE da Licenciatura;
- VIII - 01 (um) representante indicado pelo NDE do Bacharelado;
- IX - 01 (um) representante indicado pelo Decanato de Assuntos Comunitários;
- X - 01 (um) representante indicado pelo Decanato de Extensão;
- XI - 01 (um) representante indicado pelos servidores técnico-administrativos lotados na FEF;
- XII - 01 (um) representante indicado pelos docentes do quadro permanente da FEF;
- XIII - 01 (um) representante indicado pela Associação Atlética Acadêmica da UnB (AAAUnB);

- XIV** - 01 (um) representante indicado pelo Centro Acadêmico dos Discentes da FEF;
- XV** - 01 (um) representante indicado pela Associação dos Servidores da UnB – ASFUB;
- XVI** - 01 (um) representante indicado pela Associação dos Ex-Discentes da UnB;
- XVII** - 01 (um) representante discente da UnB indicado pelo DCE;

**Art. 18.** O Conselho Consultivo do CO é um órgão de apoio da FEF, cuja função é elaborar diretrizes políticas para prestação de serviços em educação física, esporte e lazer, que deverão ser analisadas e deliberadas pelo Conselho da FEF.

Parágrafo único – O Conselho Consultivo do CO reunir-se-á 01 (uma) vez por semestre, ordinariamente, na oitava semana do calendário acadêmico ou quando convocado pelo Chefe do CO, pelo Diretor da Faculdade ou pela maioria dos membros do Conselho do CO.

## CAPÍTULO V – DA DIREÇÃO

**Art. 19.** Compõem a Direção da FEF:

- I** - o(a) Diretor(a);
- II** - o(a) Vice-Diretor(a).

**§ 1º** A Direção, órgão executivo e de coordenação, fiscalização e superintendência da FEF, é exercida pelo Diretor.

**§ 2º** O Diretor terá uma função executiva, ouvidos os órgãos colegiados, os coordenadores e as chefias que a administração da Unidade abranger.

**Art. 20.** No semestre anterior ao término do mandato em curso da Direção, será constituída uma Comissão Eleitoral, que deverá submeter à apreciação do Conselho da FEF, as normas e os procedimentos para a escolha da nova Direção.

**§ 1º** As normas e os procedimentos para o processo de escolha da Direção devem ser aprovados no semestre anterior à realização da eleição.

**§ 2º** Todo o processo sucessório deve estar concluído em 30 (trinta) dias, ao menos, antes do término do mandato da Direção em curso.

**§ 3º** É obrigação da Direção em curso promover os processos sucessórios de sua alçada.

**§ 4º** A eleição deve ser realizada de acordo com os princípios de publicidade, transparência e o direito de recurso fundamentado em casos de comprovado vício de forma.

**§ 5º** Em caso de empate na apuração dos votos atribuídos às chapas inscritas, declarar-se-á eleita aquela cujo candidato a Diretor tiver maior tempo de trabalho na FEF. Na hipótese de persistência do empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Diretor tenha mais idade.

**§ 6º** O Diretor e o Vice-Diretor são nomeados pelo Reitor da UnB, na forma prevista da legislação vigente.

**Art. 21.** Compete ao Diretor:

- I** - representar, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento e os serviços prestados pela FEF;
- II** - designar, por meio de Ato de Direção, membros de Comissões de trabalho no âmbito da FEF;
- III** - cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Estatuto, no Regimento Geral da UnB, no Regimento Interno da FEF e as normas editadas pelo Conselho da FEF e, no que couber, pelos órgãos da Administração Superior da UnB;
- IV** - convocar e presidir as reuniões do Conselho da FEF ou delegar, mediante Ato de Direção, essa atribuição para o Vice-Diretor;
- V** - tomar conhecimento e executar vigilância sobre processo de captação, gestão e aplicação de recursos financeiros de qualquer natureza, executado no âmbito da FEF e/ou em nome da Faculdade;
- VI** - com o apoio e a execução direta das instâncias da UnB e os respectivos órgãos complementares, incumbir-se de manter as instalações e as condições de funcionamento da Faculdade, de forma a propiciar as melhores condições para o ensino;
- VII** - Elaborar relatório anual de atividades, a ser apresentado durante o primeiro trimestre do ano seguinte ao Conselho da FEF, para apreciação.

**Art. 22.** Compete ao Vice-Diretor:

- I** - substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos;
- II** - exercer atribuições delegadas pelo Diretor.

## CAPÍTULO VI – DAS COORDENAÇÕES DA FEF

**Art. 23.** Os coordenadores de Graduação, Extensão e Prática Desportiva da FEF serão indicados pela Direção, e tal indicação deverá ser homologada pelo Conselho da FEF.

**Art. 24.** Aos coordenadores de curso de Graduação da FEF competem, além das funções estabelecidas no Art. 92 do Regimento Geral da UnB e em normas específicas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), as atribuições a seguir definidas:

- I - presidir, na ausência do Diretor ou do Vice-Diretor, as reuniões do Colegiado de cursos de Graduação da FEF;
- II - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado dos cursos de Graduação da FEF;
- III - elaborar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- IV - coordenar a avaliação interna do respectivo curso de Graduação;
- V - coordenar a matrícula nas disciplinas de Graduação;
- VI - coordenar as atividades de campo das disciplinas de Graduação.

**Art. 25.** O coordenador de Pós-Graduação será eleito entre os membros que compõem o Colegiado de Pesquisa e Pós-Graduação.

**Art. 26.** Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação da FEF competem, além das funções estabelecidas no Art. 106 do Regimento Geral da UnB, e em normas específicas do Cepe, as atribuições a seguir definidas:

- I - assessorar a Direção e o Conselho da FEF nos assuntos de pesquisa;
- II - incentivar a pesquisa no Programa de Pós-Graduação;
- III - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do curso de Pós-Graduação da FEF;
- IV - cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Pós-Graduação da FEF;
- V - elaborar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- VI - coordenar a avaliação dos cursos de Pós-Graduação da FEF;
- VII - coordenar o processo de seleção da Pós-Graduação;
- VIII - distribuir os recursos financeiros de acordo com os critérios definidos pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação da FEF;
- IX - indicar o gerente de laboratórios.

## CAPÍTULO VII – DO CO

**Art. 27.** O CO é uma unidade especial de ensino, pesquisa e extensão vinculada à FEF, cuja finalidade é prestar serviços relacionados à educação física, à esporte e ao lazer para a comunidade universitária.

**Art. 28.** A chefia do CO será exercida por um servidor do quadro permanente da UnB designado pelo Diretor da FEF.

**Art. 29.** Compete ao chefe do CO:

- I - cumprir e fazer cumprir a finalidade do CO obedecendo as prioridades estabelecidas pela FEF e ouvidos o Conselho Consultivo do CO e o Conselho da FEF, em última instância;
- II - administrar os recursos orçamentários e financeiros que lhes forem conferidos pela administração superior da UnB e repassados pela Direção da FEF, bem como os demais recursos financeiros captados em outras fontes, após deliberação do Conselho da FEF;
- III - administrar a área física do CO definindo as formas de cadastramento de usuários, de controle do acesso desses, bem como cuidar da manutenção das instalações do CO e de seu material esportivo e de lazer;
- IV - indicar os gerentes das Pistas de Atletismo e Cross-Cerrado, do Parque Aquático, dos Ginásios de Esportes de Quadra, dos Campos de Futebol, das Salas de Musculação, dos Esportes Náuticos;
- V - administrar o CO e representá-lo junto aos demais órgãos da Universidade, quando couber;
- VI - planejar e distribuir, semestralmente, as atividades do CO, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:
  - a) prioridade 1 – atividades de ensino de Graduação e Pós-Graduação;
  - b) prioridade 2 – atividades dos projetos de extensão de ação contínua e atividades de pesquisa;
  - c) prioridade 3 – atividades de treinamento das equipes representativas da AAAUnB;
  - d) prioridade 4 – atividades comunitárias aprovadas pelo Conselho da FEF.
- VII - presidir o Conselho Consultivo do CO;
- VIII - estabelecer interface entre a FEF e a comunidade, ouvido o Conselho do CO;
- IX - apresentar relatório anual de atividades para a análise do Conselho da FEF.

## TÍTULO IV – DAS ATIVIDADES

## CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

**Art. 30.** A Faculdade de Educação Física desenvolverá atividades que, segundo a natureza, se classificam em:

- I - ensino;
- II - pesquisa;
- III - extensão e atividades comunitárias;
- IV - outros serviços.

## CAPÍTULO II – DO ENSINO

**Art. 31.** O ensino será ministrado pela FEF, visando oferecer:

- I - cursos de Graduação em Educação Física;
- II - aos portadores de diploma de graduação na área de Educação Física e outras afins, cursos de Pós-Graduação;
- III - aos membros da comunidade em geral, cursos de Extensão Universitária na área de Educação Física e outras afins;
- IV - a disciplina Prática Desportiva para os discentes da UnB.

**Art. 32.** A lista de oferta de disciplinas será elaborada pelo Colegiado dos Cursos de Graduação da FEF, sob a supervisão dos coordenadores da: Licenciatura em Educação Física; Licenciatura a Distância em Educação Física; Bacharelado em Educação Física, de Prática Desportiva, de Estágios da Licenciatura, de Estágios do Bacharelado e dos respectivos NDEs.

**Art. 33.** As Coordenações de Graduação serão exercidas por professores do quadro permanente da UnB e que estejam em efetivo exercício de suas funções de professor na universidade há pelo menos 2 (dois) anos, de acordo com as normas vigentes na UnB.

## CAPÍTULO III – DA PESQUISA

## SEÇÃO I – DAS DEFINIÇÕES E COMPETÊNCIAS

**Art. 34.** A Faculdade é autônoma e soberana na escolha de sua identidade de pesquisa, na definição das linhas e na elaboração dos projetos a serem desenvolvidos por seus docentes, sendo responsável, também, por sua execução.

**Art. 35.** A Direção da FEF, o Conselho da FEF e o Colegiado de Pesquisa e Pós-Graduação da FEF devem incentivar e apoiar por todos os meios que estiverem ao seu alcance, as atividades de pesquisa, especialmente aquelas que tenham por finalidade a:

- I - promoção da qualificação de seu corpo docente por meio do incentivo à realização de cursos e estágios de Pós-Graduação, participação em simpósios e congressos científicos, proporcionando as condições necessárias;
- II - captação e disponibilização de recursos suplementares à dotação orçamentária da UnB junto à administração superior para a execução de projetos específicos;
- III - celebração de acordos e/ou convênios com outras instituições, nacionais ou estrangeiras, para intercâmbio e cooperação científica;
- IV - manutenção das condições gerais da Faculdade no nível necessário e imprescindível à realização dos trabalhos;
- V - divulgação dos resultados das pesquisas realizadas por seus professores;
- VI - realização e promoção de eventos, como congressos, simpósios e seminários, para estudos e debates de temas específicos.

## SEÇÃO II – DOS LABORATÓRIOS

**Art. 36.** A Faculdade de Educação Física possui laboratórios de ensino, pesquisa e apoio às atividades de Extensão e prestação de serviços.

I - Os Laboratórios da FEF e suas respectivas cargas patrimoniais ficarão sob responsabilidade técnica e operacional do gerente de cada laboratório ou do líder do grupo de pesquisa/estudo;

II - Os laboratórios da FEF seguem regimento interno próprio.

#### CAPÍTULO IV – DOS OUTROS SERVIÇOS

##### SEÇÃO I – DA ENUMERAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

**Art. 37.** A FEF, por meio dos seus setores e coordenações, proporcionará aos demais órgãos e unidades da UnB e à comunidade em geral, quando possível, serviços especializados, tais como:

I - programas de atividades físicas para manutenção da saúde e melhoria da qualidade de vida;

II - programas de treinamento desportivo para diversas modalidades em diferentes níveis de exigência;

III - avaliação de efeitos funcionais da atividade física e da eficiência motora;

IV - atividades, com uso de espaço da FEF, em programas da área de Educação Física e áreas afins, desde que aprovados pelo Colegiado de Graduação e pelo Conselho da FEF.

**Art. 38.** Caberá ao professor do quadro efetivo da FEF ou ao pessoal responsável por projetos a execução dos serviços oferecidos pela FEF.

**Art. 39.** As atividades-fins da Universidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho da FEF, terão prioridades de execução sobre a demanda de outros usuários da comunidade interna e externa.

#### CAPÍTULO V – DA EXTENSÃO E DAS ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

**Art. 40.** A Extensão tem como objetivo intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a Sociedade, por meio de um processo educativo, cultural e científico.

**Art. 41.** Cabe à Universidade assegurar o desenvolvimento de programas e projetos de Extensão e consignar em seu orçamento recursos para esse fim.

**Art. 42.** A Faculdade utilizará também as atividades de Extensão e de prestação de serviços para captar recursos, obedecendo às normas estabelecidas pela Universidade.

**Art. 43.** A Extensão será coordenada por um professor do quadro permanente e em efetivo exercício das suas funções na Faculdade.

**Art. 44.** Para todo instrumento celebrado pela FEF no âmbito das atividades de Extensão serão designados um executor e um executor substituto, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização dos serviços executados ou dos produtos obtidos e também pela consecução dos objetivos, compatíveis com os fluxos administrativo, orçamentário e financeiro.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 45.** As disposições do presente Regimento Interno da FEF serão complementadas por meio de normas deliberadas pelo Conselho da FEF.

**Art. 46.** O presente regimento interno da FEF será revisado pelo Conselho da FEF após 02 (dois) anos de sua entrada em vigor.

§ 1º A revisão do Regimento Interno da FEF deve ocorrer em reunião ordinária, com pauta única e específica.

§ 2º As alterações do Regimento Interno exigem quórum mínimo qualificado de dois terços da composição plena do Conselho da FEF.

**Art. 47.** O Regimento Interno da FEF entrará em vigor a partir da data da sua homologação pelo Conselho Universitário da FUB-UnB, revogando-se as disposições em contrário.

---

Documento assinado eletronicamente por **Marcia Abrahao Moura, Reitora da Universidade de Brasília**, em 23/08/2018, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

[https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=3242737&infra\\_sistema...](https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3242737&infra_sistema...) 9/10



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2867188** e o código CRC **C31A1E57**.

## **ANEXO 9 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS**

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA A DISTÂNCIA

## Sumário

1º SEMESTRE.....	140
EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS CORPORAIS.....	140
ANATOMIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA.....	141
EDUCAÇÃO TUTORIAL: O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO EM EF.....	142
INFORMÁTICA INSTRUMENTAL.....	143
COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E ESTUDO ACADÊMICO.....	144
2º SEMESTRE.....	145
FUNDAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	145
FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO I.....	146
FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	147
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, SAÚDE E LAZER.....	148
PROGRAMAS PREVENTIVOS.....	149
3º SEMESTRE.....	150
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	150
FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA 1.....	151
FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO 2.....	152
CIÊNCIA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	153
4º SEMESTRE.....	154
DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	154
FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA 2.....	155
CINÉSILOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA.....	156
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	157
ADMINISTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	158
LIBRAS.....	159
5º SEMESTRE.....	160
ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL.....	160
EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO.....	161
MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	162
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	163
ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA.....	164
6º SEMESTRE.....	165
ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	165
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO I.....	166
ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	167
ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA.....	168
7º SEMESTRE.....	169
ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JÓVENS E ADULTOS.....	169
EDUCAÇÃO FÍSICA: LEIS, NORMAS E POLÍTICAS.....	170
8º SEMESTRE.....	171
ESTÁGIO SUPERVISIONADO AVANÇADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	171
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II.....	172
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS SELETIVAS.....	173
METODOLOGIA DA DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL.....	173
METODOLOGIA DAS ATIVIDADES GÍMNICAS.....	174
METODOLOGIA DAS LUTAS E ARTES MARCIAIS.....	175
METODOLOGIA DAS MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS 1.....	176
METODOLOGIA DAS MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS 2.....	177
METODOLOGIA DO ATLETISMO.....	178
METODOLOGIA DOS JOGOS.....	179
METODOLOGIA DOS ESPORTES INDIVIDUAIS.....	180
METODOLOGIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS ALTERNATIVAS.....	181

1º SEMESTRE

## **EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS CORPORAIS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

O conceito de Práticas Corporais; Cultura e Práticas Corporais; a observação como método de pesquisa das Práticas Corporais; etapas do método de observação pedagógica e científica: estranhamento, esquematização, desconstrução, comparação e sistematização; experiencialização do método de observação; estudo das Práticas Corporais do cotidiano da Escola; pesquisa e observação como estratégias pedagógicas na Educação Básica pautada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANDRÉ, M.E.D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 2011. (PEARSON)

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal. [recurso eletrônico. [s. l.]: Scipione, 2009. ISBN 9788526277533.

WHITEHEAD, M. Letramento corporal : atividades físicas e esportivas para toda a vida. [s. l.], 2018.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MEDINA, J. P. S. A educação física cuida do corpo... e “mente”: Novas contradições e desafios do século XXI. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788544902363.

CAPRARO, A. M. Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559726190.

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro : teoria e prática da educação física. [recurso eletrônico. [s. l.]: Scipione, 2009. ISBN 9788526276895.

## **ANATOMIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Estudo dos conceitos anatômicos e cinesiológicos do corpo humano. Estrutura orgânica e funcional com ênfase no aparelho locomotor e o sistema nervoso central e periférico. Análise das articulações do quadril, joelho, tornozelo, ombro e cotovelo e coluna vertebral. Princípios cinesiológicos que interferem com o movimento humano

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

VIEIRA, M. F. Fundamentos da Anatomia Humana e Cinesiologia Aplicados à Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

Moore, K. L. Anatomia orientada para clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

DELAVIER, F. Aprendendo anatomia muscular funcional. [s. l.], 2013.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Heidegger, Wolf. Atlas de anatomia humana Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Tank, Patrick W. Atlas de anatomia humana. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

WEINECK, J. Anatomia aplicada ao esporte. [s. l.], 2013.

## **EDUCAÇÃO TUTORIAL: O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO EM EF**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

As estruturas organizacionais da Universidade de Brasília – UnB e da sua Faculdade de Educação Física – FEF, o ensino, a pesquisa e a extensão na FEF. Os conceitos básicos em educação física. O currículo de licenciatura em educação física a distância. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MARCO, A. de. Educação física. [recurso eletrônico] : cultura e sociedade, contribuições teóricas da educação física no cotidiano da sociedade brasileira. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788544901137.

FINCK, S. C. M. Educação física escolar. [recurso eletrônico] : saberes, práticas pedagógicas e formação. [s. l.]: Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788582128923.

LOZADA, C. Introdução à profissão : educação física. [s. l.], 2017.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CANO, M. R. de O. Educação física cultural. [s. l.], 2016.

BARBANTI, V. J. Dicionário de educação física e do esporte. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, 2011. ISBN 9788520431801.

DARIDO, S. C.; SOUZA JR., O. M. de. Para ensinar educação física. [recurso eletrônico] : possibilidades de intervenção na escola. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788530811556.

## **INFORMÁTICA INSTRUMENTAL**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina que transmite o conhecimento e a utilização da prática dos recursos computacionais disponíveis para as atividades dos professores de Educação Física.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de informática básica. 7.ed. São Paulo: Érica, 2009.

NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books Brasil 619 p. 1997.

SANTOS, L. C. Dos. Informática instrumental. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

TAJRA, S. F. Informática na educação : novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Erica, 2012. ISBN 9788536522265.

BORBA, M. de C. Educação a distância online. [s. l.], 2007.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. Cultura digital e escola. [recurso eletrônico] : pesquisa e formação de professores. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788530810184. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788530810184&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E ESTUDO ACADÊMICO**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Capacidade de leitura, de análise e de produção textual a partir dos elementos constitutivos do texto e consequente capacidade de elaboração de ensaio acadêmico e relatório, bem como o exercício das técnicas de síntese textual, observando-se as normas gramaticais vigentes.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MEDEIROS, J. B. Redação científica : guia prático para trabalhos científicos. [s. l.], 2019.

FAULSTICH, E. L. J. Como ler, entender e redigir um texto. 22. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2010.

VELLASCO, A. M. M. S. De. Comunicação, Expressão e estudo acadêmico. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SANTAELLA, L. Redação e leitura : guia para o ensino. [s. l.], 2014.

BRASILEIRO, A. M. M. Comunicação e expressão. [s. l.], 2016.

MEDEIROS, J. B. Redação técnica : elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual : teses, dissertações, monografias, relatórios técnico-científicos e TCC. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522471461.

## **2º SEMESTRE**

### **FUNDAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

#### ***EMENTA***

Disciplina que estuda a perspectiva histórica da Educação e da Educação Física nas dimensões sociocultural, ambiental e econômica e os acontecimentos da História Geral e do Brasil que influenciaram os novos paradigmas e tendências da Educação e da Educação Física incluindo a contextualização sobre a nova Base Nacional Comum Curricular.

#### ***BIBLIOGRAFIA BÁSICA***

VALENTINA, D. Fundamentos históricos da educação física e do esporte. [s. l.], 2018.

CAPRARO, A. M. Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559726190.

REZENDE, A.; LAZZAROTTI, A.; MASCARENHAS F. História da Educação e da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

#### ***BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR***

REZENDE, A.; CAVALCANTE, O. A. Fundamentos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: A História que não se conta. 19. Edição. Campinas: Papyrus, 2011.

KOLYNIK FILHO, Carol. Educação Física: Uma (nova) introdução. 2. edição revista. São Paulo: Educ, 2008.

# **FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO I**

Carga horária: 60 h

## **EMENTA**

Os sistemas fisiológicos, suas funções e seus respectivos mecanismos de regulação para a manutenção da homeostase celular, do funcionamento e da integridade biológica. Aborda ainda noções de como a atividade física desencadeia processos de adaptações fisiológicas controladas nestes sistemas.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

McARDLE WD; FI KATCH; VL KATCH. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e Desempenho humano. 5a Edição, Editora Guanabara Koogan S A, Rio de Janeiro, 2016.

POWERS SK; HOWLEY ET. Fisiologia do Exercício: Teoria a aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3ª Ed. Editora Manole LTDA, SP e RJ, 2014

PUREZA, D. Y. da.; FONTANA K. E. Fundamentos Biológicos aplicados a Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Rowland, Thomas W. Fisiologia do Exercício na Criança. São Paulo: Manole, 2008. 2. Language: Portuguese, Base de dados: Minha Biblioteca.

KRAEMER, W. J. Fisiologia do exercício : teoria e prática. [s. l.], 2016.

KENNEY, W. L. Fisiologia do esporte e do exercício. [s. l.], 2013.

## **FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina de cunho teórico que objetiva a compreensão, análise e interpretação crítica da Educação Física, na perspectiva das Ciências Sociais. Neste sentido, envolve o estudo da Educação Física como prática social e cultural, a partir de suas interfaces com a Sociologia, Antropologia e com o fenômeno esportivo na sociedade, em especial, na instituição escolar.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO, Sílvia M. Sociologia: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009.

BOATO, E. M.; RANZI, I. Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 3º semestre, módulo 3. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 534 p.

REZENDE, A.; CAVALCANTE, O. A. Fundamentos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MARCO, A. de. Educação física. [recurso eletrônico] : cultura e sociedade, contribuições teóricas da educação física no cotidiano da sociedade brasileira. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788544901137.

CANO, M. R. de O. N. M. G. Educação física cultural. [s. l.]: Editora Blucher, [s. d.]. ISBN 9788521210443.

BARBOSA, C. L. de A. Ética na educação física. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532644626.

# **POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, SAÚDE E LAZER**

EQUIVALÊNCIA: POLÍTICAS DE ESPORTE, LAZER E SAÚDE

Carga horária: 60 h

## **EMENTA**

Direito ao esporte, lazer e saúde no Brasil. Configuração das políticas (nacional e local) na área do esporte, lazer e saúde. Aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do esporte.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DEMO, P. Política social, educação e cidadania. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 853080273X. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.853080273X&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Políticas públicas e educação. [s. l.], 2019. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014651&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

LIMA, C. C. N. Política educacional. [s. l.], 2018. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014689&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SIQUEIRA, A. R. de. Educação de jovens e adultos. [s. l.], 2017. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014299&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SOARES, L. Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos. [s. l.], 2019.

Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013552&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MARQUES, J. C. S.; SERIQUE, J. A. B. Políticas e Fundamentos da Educação Básica. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

## **PROGRAMAS PREVENTIVOS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplinas de caráter teórico-prático quem com princípio extensivo, busca incentivar e proporcionar aos estudantes universitários vivências contextualizadas à realidade das comunidades periféricas por meio do desenvolvimento de projetos voltados para a saúde e qualidade de vida, contribuindo assim para a formação e transformação do estudante numa perspectiva socialmente referenciada para a sua futura prática profissional.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FRANKE, R. de A.; HERNANDEZ, S. S. S.; BARBIERI, J. F.; SILVA, M. H. da. Prevenção e urgências em educação física. [s. l.], 2018. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014795&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BARBIERI, J. F. Primeiros atendimentos em educação física. [s. l.], 2018. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014564&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SANTOS, E. F. dos. MANUAL DE PRIMEIROS SOCORROS DA EDUCAÇÃO FÍSICA AOS ESPORTES O Papel do Educador Físico no Atendimento de Socorro. [s. l.]: Editora Interciência, [s. d.]. ISBN 9788563960085. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788563960085&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte. [recurso eletrônico. [s. l.]: Manole, 2015. ISBN 9788520440834. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788520440834&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

HAUBERT, M. Primeiros socorros. [s. l.], 2018. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014499&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

KARREN, K. J. Primeiros socorros para estudantes. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520434789. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788520434789&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 27 nov. 2019.

### **3º SEMESTRE**

#### **FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60h

##### **EMENTA**

Compreensão da prática pedagógica da Educação Física a partir da contextualização das diversas Concepções Pedagógicas elaboradas e sistematizadas ao longo da história, mais especificamente a partir do século XX. Além disso, busca contextualizar o Movimento Humano em sua intencionalidade, historicidade, sentido, significado e sua implicação no processo formativo previsto pelas diretrizes descritas na Base Nacional Comum Curricular.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

REZENDE, A.; CAVALCANTE, O. A. Fundamentos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

DARIDO, S. C.; SOUZA JR., O. M. de. Para ensinar educação física. [recurso eletrônico] : possibilidades de intervenção na escola. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788530811556.

FAIRBROTHER, J. T. Fundamentos do comportamento motor. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520432365

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

RANGEL, I. C. A. Educação física no ensino superior : educação física na escola : implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. ISBN 978-85-277-1972-8.

FINCK, S. C. M. Educação física escolar. [recurso eletrônico] : saberes, práticas pedagógicas e formação. [s. l.]: Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788582128923.

GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058851.

## **FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA 1**

Carga horária: 60h

### **EMENTA**

Estudo teórico – prático referente ao desenvolvimento (motor, cognitivo e afetivo), relacionado aos processos de aprendizagem da criança na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Princípios básicos dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humanos à luz de diferentes teorias da psicologia do desenvolvimento. Estudo das dimensões cognitiva, afetiva e motora tendo como base as distintas concepções que discutem o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Questões e problemas referentes à relação desenvolvimento-aprendizagem no contexto da educação física escolar prevista na BNCC. A relação entre intervenção pedagógica e as teorias de aprendizagem e de desenvolvimento humano.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

REZENDE, A.; CAVALCANTE, O. A. Fundamentos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

ADELINA SOARES LOBO. Educação motora infantil: orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos - 2ª Edição. [s. l.]: Educs, [s. d.]. ISBN 9788570615589.

CASTELLAR, S. M. V. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação, aprendizagem significativa. [s. l.], 2016.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GRESPLAN, M. R. Educação física no ensino fundamental : primeiro ciclo. [recurso eletrônico. [s. l.]: Papyrus, 2002. ISBN 8530806190.

GRABER, K. C. Educação física e atividades para o ensino fundamental. Porto Alegre: AMGH, 2014. ISBN 9788580553574.

GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058851.

## **FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO 2**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Conhecer a fisiologia dos sistemas cardiovascular, pulmonar, renal e endócrino, suas funções e respectivos mecanismos de regulação. Aborda ainda noções da composição sanguínea, regulação da temperatura corporal e como a atividade física desencadeia processos de adaptação nestes sistemas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

McARDLE WD; KATCH FI; KATCH VL. Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano. 6ª Ed. Editora Guanabara Koogan, RJ, 2008.

MARIEB, EN; HOEHN, K. Anatomia e Fisiologia. 3ª Ed. Artmed, 2009.

NOGUEIRA, J. A. D.; FONTANA, K. E. Fundamentos Fisiológicos da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 3º semestre, módulo 3. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 534 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

POWERS SK; HOWLEY ET. Fisiologia do Exercício: Teoria a aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3ª Ed. Editora Manole LTDA, SP e RJ, 2014

PUREZA, D. Y. da.; FONTANA K. E. Fundamentos Biológicos aplicados a Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

KRAEMER, W. J. Fisiologia do exercício : teoria e prática. [s. l.], 2016.

## **CIÊNCIA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60h

### **EMENTA**

Compreensão da relevância da ciência para a sociedade. Estudo sobre a investigação científica da Educação Física no contexto da ciência moderna. Compreensão da profundidade e do alcance da crítica pós-moderna à modernidade. Instrumentalização para a construção de um projeto de pesquisa como estímulo à atitude investigativa do professor de Educação Física.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532618047.

MEKSENAS, P.; BIANCHETTI, L. A trama do conhecimento : teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788530808709.

WIGGERS, I. D.; AZEVÊDO, P. H. Pesquisa em Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 4º semestre, módulo 4. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 540 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAMPOS, R. C. P. R. de. Pesquisa, educação e formação humana : nos trilhos da história. [s. l.], 2010.

LÜDKE, M. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. ISBN 978-85-216-2306-9.

PORTES, É. A. História da educação : ensino e pesquisa. [s. l.], 2007.

## **4º SEMESTRE**

### **DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

#### **EMENTA**

Diferenças entre educação, instrução e ensino. As diferentes concepções de educação. O enfoque da didática na educação atual. A visão histórica da didática. Principais tendências. A didática como atividade pedagógica. A didática e a formação profissional do professor. O processo de ensino aprendizagem. A estruturação do trabalho docente. A relação professor-aluno. A relação de ensino-aprendizagem.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SERIQUE, J. A. B. Didática da Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

Ensinar a ensinar : didática para a escola fundamental e média. [s. l.], 2018.

MALHEIROS, B. T. Didática geral. [s. l.], 2019. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbib&AN=edsbib.000014809&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FREIRE, R. A. A didática no ensino superior. [s. l.], 2015. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbib&AN=edsbib.000008201&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SANTOS, A. M. R. dos. Planejamento, avaliação e didática. [s. l.], 2015. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbib&AN=edsbib.000011147&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 8.ed. São Paulo: Ática, 2005.

## **FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA 2**

Carga horária: 60h

### **EMENTA**

Estudo teórico - prático referente ao desenvolvimento (motor, cognitivo e afetivo) relacionado aos processos de aprendizagem na Educação Física nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos. Princípios básicos dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humanos à luz de diferentes teorias da psicologia do desenvolvimento. Estudo das dimensões cognitiva, afetiva e motora tendo como base as distintas concepções que discutem o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Questões e problemas referentes à relação desenvolvimento-aprendizagem no contexto da educação física escolar e da BNCC. A relação entre intervenção pedagógica e as teorias de aprendizagem e de desenvolvimento humano.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GRABER, K. C. Educação física e atividades para o ensino fundamental. Porto Alegre: AMGH, 2014. ISBN 9788580553574.

WENDLING, N. M. de S. Educação física e envelhecimento. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559727982.

FINCK, S. C. M. A educação física e o esporte na escola : cotidiano, saberes e formação. [recurso eletrônico. [s. l.]: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582120330.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SILVA, M. R. da. Metodologia do ensino de educação física. [recurso eletrônico] : teoria e prática. [s. l.]: Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559721836.

MOREIRA, W. W. Educação física & esportes. [recurso eletrônico] : perspectivas para o século XXI. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788544900369.

MEDINA, J. P. S. A educação física cuida do corpo... e “mente”: Novas contradições e desafios do século XXI. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788544902363.

## **CINÉSIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Estudo dos conceitos anatômicos e cinesiológicos do corpo humano. Estrutura orgânica e funcional com ênfase no aparelho locomotor e o sistema nervoso central e periférico. Análise das articulações do quadril, joelho, tornozelo, ombro e cotovelo e coluna vertebral. Princípios cinesiológicos que interferem com o movimento humano.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HOUGLUM, P. A.; BERTOTI, D. B. Cinesiologia clínica de Brunnstrom. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520434758.

BRANDÃO, D. C. Estudando Cinesiologia Básica Aplicada À Educação Física. [s. l.]: EdiPUC-RS, [s. d.]. ISBN 9788539706273.

KAPANDJI, A. I. O que é biomecânica. São Paulo: Manole, 2013. ISBN 9788520447482.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DUFOUR, M. Biomecânica funcional : membros, cabeça, tronco. [s. l.], 2016.

HAMILL, J. Bases biomecânicas do movimento humano. [s. l.], 2016.

LOPEZ, F. A. Bases biomecânicas do movimento humano. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, 2012. ISBN 9788520431559.

## **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Elementos da teoria do conhecimento e da produção científica em Educação Física. A natureza dos objetos científicos na Educação Física. As áreas de estudo e as modalidades de pesquisa. Procedimentos e técnicas de pesquisa pertinentes aos delineamentos hipotético-dedutivo e indutivo inferencial: revisão da literatura científica; definição do tipo de pesquisa; escolha do delineamento a ser utilizado; amostragem; mensuração das variáveis de estudo; estratégias de coleta de dados; construção de tabelas e gráficos; análise dos resultados e redação do relatório final da pesquisa.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa. [s. l.], 2017. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000011801&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

THOMAS, J. R. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: ArtMed, 2012. ISBN 9788536327143.

CARDANO, M. Manual de pesquisa qualitativa. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532655028. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788532655028&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa. [s. l.], 2012. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008839&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social : métodos e técnicas. [s. l.], 2017. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000011843&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. S.P.: Atlas, 2010.

## **ADMINISTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

O professor como gestor dos espaços escolares e da sala de aula. Estudo da organização, administração de eventos educativos, esportivos e culturais de Educação Física na escola. Possibilidades e contextos da carreira docente. O valor da educação física como componente curricular.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AZEVÊDO, P. H. Organização em Eventos em Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 6º semestre, módulo 6. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 594 p.

MALLEN, C.; ADAMS, L. J. Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos. [Recurso eletrônico]: dimensões teóricas e práticas. [S.l.]: Manole, [s.d.]. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788520432600&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VANCE, P. de S. Gestão de esporte: casos brasileiros e internacionais. [s. l.], 2015. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000007084&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SIQUEIRA, M. A. Marketing Esportivo. São Paulo: Saraiva, 2014.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Principios de marketing. [registro eletrônico]. [s. l.]: Prentice Hall, 2007. ISBN 9788576051237.

GUSTAVO BASTOS MORENO MAIA. Gerenciamento de Projetos de Preparação Esportiva. [s. l.]: Editora Brasport, [s. d.]. ISBN 9788574527932. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788574527932&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **LIBRAS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

A língua de sinais brasileira e a constituição linguística do sujeito surdo. Noções básicas de fonologia e morfologia da LIBRAS. Noções básicas de morfossintaxe. Noções básicas de variação. Aspectos linguísticos da LIBRAS. LIBRAS como um sistema linguístico.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SILVA, R. D. Língua brasileira de sinais libras. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788543016733. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788543016733&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. [s. l.], 2019. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013175&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

PEREIRA, M. C. da C. Libras. [recurso eletrônico]: conhecimento além dos sinais. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788576058786. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788576058786&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Libras. [s. l.], 2019. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014640&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BARRETO, M. A. de O. C. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Erica, 2014. ISBN 9788536522234.

Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. [s. l.]: Editora Blucher, [s. d.]. ISBN 9788580391282. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788580391282&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **5º SEMESTRE**

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL**

Carga horária: 105 h

#### **EMENTA**

Observação, análise e reflexão sobre a organização do trabalho escolar e o ensino de Educação Física no contexto da Educação Infantil. Elaboração de planejamento didático com vistas à exercício de regência em Educação Física na Educação Infantil. Relato de experiência com base na pesquisa como princípio educativo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIANCHI, A. C. de M. Orientação para estágio em licenciatura. [s. l.], 2012. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008910&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ANDRÉ, M. (org). Práticas inovadoras na formação de professores. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788544902622. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788544902622&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GUERREIRO, R. B.; DULLIUS, J. Estágio Supervisionado na Educação Infantil. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro: Teoria e prática da Educação Física. Ed.Scipione. 4ª edição. São Paulo, 2004.

MARY GRACE P. ANDRIOLI. Fundamentos e Estágio da Educação Especial e Inclusiva. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788543002545. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788543002545&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SANTOS, L. C. Dos.; SAMPAIO, J. O. Práticas Curriculares I. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Fundamentos teórico-metodológicos da inclusão no contexto da Educação Física Escolar. Estudos e pesquisas sobre inclusão no âmbito da Educação e da Educação Física. Legislação pertinente ao tema da inclusão. Estudos sobre ensino especial, gênero e diversidade.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SILVA, A. M. da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582121689.

AGUIAR, J. S. de. Educação inclusiva. [recurso eletrônico]: jogos para o ensino de conceitos. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788544900901.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. T. H. Inclusão e educação. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Autêntica, [s. d.]. ISBN 9788582171172. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788582171172&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GUEBERT, M. C. C. Inclusão. [recurso eletrônico]: uma realidade em discussão. [s. l.]: Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788582122617.

LEONARDO, N. S. T. Inclusão escolar. [recurso eletrônico]: concepção de professores e alunos da educação regular especial. [s. l.]: Casa do Psicólogo, [s. d.]. ISBN 8573964200.

FRELLER, C. C.; FERRARI, M. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva. [recurso eletrônico]: percursos na educação infantil : Laboratório de Estudos sobre o Preconceito - LaEP. [s. l.]: Casa do Psicólogo, [s. d.]. ISBN 9788573965643.

## **MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina que estuda os fundamentos morfológicos da Biometria e as modalidades de avaliação e mensuração de medidas em Educação Física. Estuda, também, os processos de avaliação, administração, interpretação e análise dos resultados de testes aplicados.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FONTANA, K. E.; RIEHL, O. Medidas e avaliação em Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 4º semestre, módulo 4. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 540 p.

MILLER, T. Guia para avaliações do condicionamento físico. [recurso eletrônico] :[s. l.]: Manole, 2015. ISBN 9788520439197.

LANCHA JUNIOR, A. (Org.); LANCHA, L. O. P. (Org.). Avaliação e prescrição de exercícios físicos: normas e diretrizes. [s. l.], São Paulo: Manole, 2016.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ACSM. Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. [s. l.], 2011.

Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000006363&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NIEMAN, D. C. Exercício e saúde. [recurso eletrônico]: teste e prescrição de exercícios. [s. l.]: Manole, 2010. ISBN 9788520426456.

FARINATTI, P. de T. V. Envelhecimento, promoção da saúde e exercício : bases teóricas e metodológicas. [s. l.], 2008. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000007817&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Inserção do estudante do curso de Licenciatura em Educação Física no universo da pesquisa e extensão. O sistema de pesquisa e pós-graduação, as agências de fomento – CNPq, CAPES, FAP-DF –, as plataformas Lattes, Carlos Chagas e Sucupira, os diretórios e grupos de pesquisa, entre outros aspectos, são objetos de estudo e discussão. Desenvolvimento da curiosidade científica, a problematização da realidade da pesquisa e da extensão, bem como o desenvolvimento do espírito crítico, reflexivo e criativo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

THOMAS, J. R. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: ArtMed, 2012. ISBN 9788536327143.

WIGGERS, I. D.; AZEVÊDO, P. H. Pesquisa em Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 4º semestre, módulo 4. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 540 p.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. [s. l.], 2019. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013725&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

WALLIMAN, N. Métodos de pesquisa. [s. l.], 2014. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000007240&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa. [s. l.], 2012. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008839&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CRESWELL, J. W. Pesquisa de métodos mistos. Porto Alegre: Bookman, 2014. ISBN 9788565848411. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000009906&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

# ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM APLICADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga horária: 60h

## **EMENTA**

Caracterização de diferentes abordagens da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem e suas contribuições para o contexto de ensino. Caracterização de variáveis individuais, motivacionais, sociais, culturais e ambientais que interferem em diferentes aspectos do desenvolvimento e na aprendizagem.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SANTOS, C. M. G. Dos.; MELO, R. M. Psicologia da Educação. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 3º semestre, módulo 3. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 534 p.

SCALON, R. M. A psicologia do esporte e a criança. [s. l.]: EdIPUC-RS, [s. d.]. ISBN 9788539707843. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788539707843&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SAMULSKI, D. M. Psicologia do esporte. [recurso eletrônico] : conceitos e novas perspectivas. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520426586.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

RUBIO, K. Psicologia do esporte aplicada. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Casa do Psicólogo, [s. d.]. ISBN 9788580400328. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788580400328&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058851.

MALLOY-DINIZ, L. F. Neuropsicologia do envelhecimento : uma abordagem multidimensional. Porto Alegre: ArtMed, 2013. ISBN 9788582710159.

## **6º SEMESTRE**

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Carga horária: 105 h

#### **EMENTA**

Observação, análise e reflexão sobre a organização do trabalho escolar e o ensino de Educação Física no contexto do Ensino Fundamental. Elaboração de planejamento didático com vistas à exercício de regência em Educação Física no Ensino Fundamental. Relato de experiência com base na pesquisa como princípio educativo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- GUERREIRO, R. B.; DULLIUS, J. Estágio Supervisionado – Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 6º semestre, módulo 6. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 594 p.
- REZENDE, A.; SAFONS, M. P. Estágio Supervisionado – Segundo Ciclo do Ensino Fundamental. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 7º semestre, módulo 7. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 472 p.
- GRESPLAN, M. R. Educação física no ensino fundamental: primeiro ciclo. [Recurso eletrônico. [s. l.]: Papyrus, 2002. ISBN 8530806190.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- GRABER, K. C. Educação física e atividades para o ensino fundamental. Porto Alegre: AMGH, 2014. ISBN 9788580553574.
- SANTOS, L. C. Dos.; ANDRADE, L. S. M. R. De.; SAMPAIO, J. O. Práticas Curriculares II. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 3º semestre, módulo 3. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 534 p.
- GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058851.

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO I**

Equivalência: PROJETO DE TRABALHO CONCLUSÃO DO CURSO – LICENCIATURA

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Elaboração de um projeto de pesquisa que tenha por escopo as áreas de atuação do Licenciado em Educação Física. Apresentação dos requisitos essenciais de um projeto acadêmico científico observando-se a estrutura do trabalho, estilo léxico, citações e referências. Análise da literatura pertinente ao tema e problema abordado no projeto. Síntese textual dos conceitos principais relevantes ao projeto.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ÁVILA, R.; MASCARENHAS, F. Trabalho de Conclusão de Curso I. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 7º semestre, módulo 7. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 472 p.

MEDEIROS, J. B. Redação científica : guia prático para trabalhos científicos. [s. l.], 2019.

MEDEIROS, J. B. Redação técnica : elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual : teses, dissertações, monografias, relatórios técnico-científicos e TCC. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522471461.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

THOMAS, J. R. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: ArtMed, 2012. ISBN 9788536327143.

FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa. [s. l.], 2012. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008839&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CRESWELL, J. W. Pesquisa de métodos mistos. Porto Alegre: Bookman, 2014. ISBN 9788565848411. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000009906&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

A produção de conhecimento em Educação Física Escolar. A pesquisa científica brasileira que toma como objeto a educação física como componente curricular da educação básica e as várias problemáticas que engendram a ação docente na escola. Reflexões a partir dos diversos objetos de cunho didático-metodológico do trabalho pedagógico da educação física na escola e suas interfaces com os conteúdos da educação física escolar.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LÜDKE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. ISBN 978-85-216-2306-9.

SOUZA, M. P. R. de (org.) . Ouvindo Crianças na Escola: abordagens qualitativas e desafios metodológicos para a psicologia. [s. l.]: Casa do Psicólogo, [s. d.]. ISBN 9788562553103.

ROBINSON, K. Escolas criativas: a revolução que está transformando a educação. [s. l.], 2018.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SOUSA, J. A. F. de. O planejamento de estudos na educação a distância como prática discente no combate ao insucesso das avaliações acadêmicas : um estudo de caso. [s. l.], 2015.

Diniz-Pereira, J. E. (Org.); Zeichner, K. M., (Org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. [s. l.], 2012. Prosódia da fala: pesquisa e ensino. [s. l.]: Editora Blucher, [s. d.]. ISBN 9788580392586.

## **ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Introdução aos conceitos básicos de estatística com aplicações nas áreas de ciências biológicas, principalmente em Educação Física. Fornecer embasamento teórico para eventuais aprofundamentos na área de estatística como ferramenta para pesquisas científicas futuras. Preparar o aluno para planejar e executar experimentos; tabular e organizar dados; realizar análise crítica de dados coletados (em experimentos ou questionários) e representá-los graficamente.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LEVIN, J.; FOX, J. A. Estatística para ciências humanas. [recurso eletrônico. [s. l.]: Prentice Hall, 2004. ISBN 9788587918468. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788587918468&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788543004778. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788543004778&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MORETTIN, L. G. Estatística básica. [recurso eletrônico] : probabilidade e inferência. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788576053705. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788576053705&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERNANDA CESAR BONAFINI. Estatística. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788564574403.

Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788564574403&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SICSÚ, A. L. Estatística aplicada : análise exploratória de dados. [s. l.], 2012. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008514&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

AGRESTI, A. Métodos estatísticos para as ciências sociais. [s. l.], 2017. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000011515&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

## **7º SEMESTRE**

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JÓVENS E ADULTOS**

Carga horária: 105 h

#### **EMENTA**

Observação, análise e reflexão sobre a organização do trabalho escolar e o ensino de Educação Física no contexto do Ensino Médio e/ou na Educação de Jovens e Adultos. Elaboração de planejamento didático com vistas à exercício de regência em Educação Física no Ensino Médio e/ou na Educação de Jovens e Adultos. Relato de experiência com base na pesquisa como princípio educativo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ORGANIZADOR ELIZA MÁRCIA OLIVEIRA LIPPE. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental e médio. [s. l.]: Pearson, [s. d.]. ISBN 9788543014616. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788543014616&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SANTOS, L. C.; ANDRADE, L. S. M. R. Práticas Curriculares III. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 4º semestre, módulo 4. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 540 p.

JÚNIOR LIMA, J. B. De. Estágio Supervisionado no Ensino Médio. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 8º semestre, módulo 8. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 582 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DARIDO, S. C. & SOUZA JR, O. DE. Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. v. 1, 352 p.

WENDLING, N. M. de S. Educação física e envelhecimento. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559727982.

Veiga, Ilma Passos Alencastro (org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA: LEIS, NORMAS E POLÍTICAS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina que pretende estudar a estrutura e o funcionamento da escola básica em referência a Legislação e a estrutura organizacional da escola. Estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a problematização, discussão, e proposições de aplicação da legislação vigente.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MARQUES, J. C. S.; SERIQUE, J. A. B. Políticas e Fundamentos da Educação Básica. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

SERIQUE, J. A. B. Pedagogia da Educação Física no Ensino Médio. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 8º semestre, módulo 8. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 582 p.

## **8º SEMESTRE**

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO AVANÇADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Carga horária: 90 h

#### **EMENTA**

Observação, análise e reflexão sobre a organização do trabalho escolar e o ensino de Educação Física em qualquer dos níveis da Educação Básica e/ou em projetos e programas vinculados ao universo da Educação Física Escolar, do Esporte, da Saúde e do Lazer no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Elaboração de planejamento didático com vistas à exercício de regência e/ou plano de trabalho em Educação Física contextualizado ao campo de estágio. Relato de experiência com base na pesquisa como princípio educativo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIANCHI, A. C. de M. Orientação para estágio em licenciatura. [s. l.], 2012. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008910&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ANDRÉ, M. (org). Práticas inovadoras na formação de professores. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788544902622. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788544902622&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DARIDO, S. C. & SOUZA JR, O. DE. Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola. 1. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. v. 1, 352 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GUERREIRO, R. B.; DULLIUS, J. Estágio Supervisionado na Educação Infantil. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

GUERREIRO, R. B.; DULLIUS, J. Estágio Supervisionado – Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 6º semestre, módulo 6. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 594 p.

REZENDE, A.; SAFONS, M. P. Estágio Supervisionado – Segundo Ciclo do Ensino Fundamental. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 7º semestre, módulo 7. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 472 p.

JÚNIOR LIMA, J. B. De. Estágio Supervisionado no Ensino Médio. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 8º semestre, módulo 8. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 582 p.

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

Equivalência:

Trabalho de conclusão de curso – licenciatura

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Orientação da execução do projeto de TCC. Acompanhamento da coleta e análise de dados sob as normas metodológicas compatíveis com a natureza da pesquisa. Discussão dos resultados. Redação e apresentação do documento final.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. Edit. Pioneira, São Paulo, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. 7. ed. rev. Ed ampl. São Paulo: Cortez, 1982.

BEAUD, Michel. Arte da tese: Como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ÁVILA, R. MASCARENHAS, F. Trabalho de Conclusão de Curso II. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 8º semestre, módulo 8. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 582 p.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. [s. l.], 2019. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013725&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 28 nov. 2019.

THOMAS, J. R. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: ArtMed, 2012. ISBN 9788536327143.

## **DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS SELETIVAS**

### **METODOLOGIA DA DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL**

Carga horária: 60 h

#### ***EMENTA***

Disciplina prática que visa a aplicação do estudo das teorias e do caráter educativo da dança sobre os diferentes aspectos (cognitivo, afetivo, motor e social) do desenvolvimento humano nas diferentes faixas etárias. História, nomenclaturas, teorias e prática da dança como ação do ser humano. Descoberta e compreensão de vários ritmos que agem sobre e no ser humano e sua influência sobre o seu desenvolvimento pessoal e sociocultural, especialmente em atividades físicas. Relação entre o movimento humano e o ritmo. Princípios metodológicos, teóricos e práticos da rítmica como meio de educação de si próprio e dos demais e suas relações com o contexto escolar.

#### ***BIBLIOGRAFIA BÁSICA***

ONE, T. P. Ensinando dança para crianças. [s. l.], 2015.

GIGUERE, M. Dança moderna : fundamentos e técnicas. [s. l.], 2016.

Costa, Anny GM, et al. "A dança como meio de conhecimento do corpo para promoção da saúde dos adolescentes." DST J Bras Doenças Sex Transm 16.3 (2004): 43-9.

#### ***BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR***

HAAS, J. G. Anatomia da dança. [s. l.], 2011.

FRANKLIN, E. Condicionamento físico para dança : técnicas para a otimização do desempenho em todos os estilos. [s. l.], 2012.

ALVES, M. S., et al. "O ensino da dança no ensino fundamental II e ensino médio da rede estadual de recife-pe1." (2015).

## **METODOLOGIA DAS ATIVIDADES GÍMNICAS**

Carga horária: 60 h

### ***EMENTA***

Disciplina de caráter prático que visa capacitar o futuro profissional de Educação Física a desenvolver o ensino das diferentes modalidades gímnicas (Rítmica, Artística, Acrobática e Geral), através da vivência e aprendizagem de processos pedagógicos para o ensino de suas habilidades básicas. Abrange o estudo dos fundamentos histórico-culturais, pedagógicos e técnicos da Ginástica. Tem-se em perspectiva, também, a realidade escolar brasileira.

### ***BIBLIOGRAFIA BÁSICA***

POSSAMAI, V. D. Metodologia da ginástica. [s. l.], 2018.

ROSA, L. H. T. da. Modalidades esportivas de ginástica. [s. l.], 2018.

WERNER, P. H. Ensinando ginástica para crianças. [s. l.], 2015 .

### ***BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR***

BROCHADO, F. A. Educação física no ensino superior : fundamentos da ginástica artística e de trampolins. [s. l.], 2016.

MENDES, R. A. Ginástica laboral : princípios e aplicações práticas. [s. l.], 2012.

DUCKUR, L. C. B.; GOYAS, M. De. Pedagogia da Ginástica Escolar. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 1º semestre, módulo 1. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 508 p.

## **METODOLOGIA DAS LUTAS E ARTES MARCIAIS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Estudo prático das metodologias específicas aplicadas ao ensino de lutas, enquanto elemento da cultura corporal; estimulando a reflexão sobre sua prática e a relação entre seus processos históricos de desenvolvimento e a dinâmica social, com vistas à sua aplicabilidade no âmbito da Educação Física. As lutas/artes marciais na integração da escola-comunidade e a intervenção educativa. O papel social e cultural das lutas/artes marciais. A origem comum das artes marciais. As lutas orientais. As lutas ocidentais. A capoeira. O multiculturalismo e os esportes de combate. A esportivização e espetacularização das lutas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

REIS, A. L. T.; GARCIA, F. C. Pedagogia das Lutas e Artes Marciais. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 7º semestre, módulo 7. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2011, 472 p.

COLUMÁ, J. F. **Capoeira e psicomotricidade**. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532653734.

IDOR, E. Capoeira. [s. l.]: Selo Negro Edições, [s. d.]. ISBN 9788587478948.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SOUZA JUNIOR, T. P. de; SANTOS, S.L.C. dos "Jogos de Oposição: nova metodologia de ensino dos esportes de combate." (2010).

FRANCHINI, E.. Judô – desempenho competitivo. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520427170.

MESQUITA, C. Judô... Da Reflexão À Competição: O Caminho Suave. [s. l.]: Editora Interciência, [s. d.]. ISBN 9788563960092.

## **METODOLOGIA DAS MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS 1**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina prática que aborda os Esportes Coletivos no âmbito da Pedagogia dos Esportes. Relação de forças e Rede de Competências. A lógica interna dos Jogos Esportivos Coletivos. Famílias de Jogos Esportivos Coletivo. Metodologia Tradicional de Ensino e as novas propostas metodológicas do ensino dos esportes coletivos. Planejamento e prática de ensino/treinamento. Estratégias de ensino aplicadas aos Jogos Esportivos Coletivos. Avaliação aplicada aos Jogos Esportivos Coletivos. Aplicações no contexto escolar.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SOARES, C. L. Metodologia do ensino de Educação Física. 4.ed. São Paulo: Cortez.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R.; LAGING, R. Concepções abertas no ensino da educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico 142 p.

GOMES, S. A.; OLIVEIRA, FILHO, R. P. De. Pedagogia dos Esportes Coletivos. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIZZOCCHI, C. "Cacá". O voleibol de alto nível. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520435557.

KOCH, K. Pequenos jogos esportivos. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520422793.

ROSE JÚNIOR, D. de; TRICOLI, V. Basquetebol. [recurso eletrônico] : uma visão integrada entre ciência e prática. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 8520422128.

COLE, B. Anatomia do basquete: guia ilustrado para otimizar o desempenho e prevenir lesões. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520450987.

## **METODOLOGIA DAS MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS 2**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Abordagem prática e teórica dos processos pedagógicos de ensino - aprendizagem implícitos e explícitos. Descrição dos procedimentos inerentes ao desenvolvimento da inteligência e criatividade tática. Aspectos inerentes aos processos de treinamento técnico e tático. Discussão e implicações das aplicações na Educação Física Escolar.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIZZOCCHI, C. "Cacá". O voleibol de alto nível. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520435557.

ROSE JÚNIOR, D. de; TRICOLI, V. Basquetebol. [recurso eletrônico] : uma visão integrada entre ciência e prática. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 8520422128.

COLE, B. Anatomia do basquete: guia ilustrado para otimizar o desempenho e prevenir lesões. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520450987. GOMES, S. A.; OLIVEIRA, FILHO, R. P. De. Pedagogia dos Esportes Coletivos. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SOARES, C. L. Metodologia do ensino de Educação Física. 4.ed. São Paulo: Cortez.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R.; LAGING, R. Concepções abertas no ensino da educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico 142 p.

GOMES, S. A.; OLIVEIRA, FILHO, R. P. De. Pedagogia dos Esportes Coletivos. In: SANCHES, A. B. Educação física : curso a distância, 5º semestre, módulo 5. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2010, 542 p.

## **METODOLOGIA DO ATLETISMO**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina prática que aborda conceito, evolução e importância do atletismo. Classificação e definição das provas atléticas. Situação do atletismo no Brasil e no mundo. Valor educacional do atletismo. Atletismo estudantil e de alto nível. Atletismo na escola. Iniciação e aperfeiçoamento. Processos pedagógicos. Marchar, correr, saltar e lançar nas suas variadas formas. Organização de eventos oficiais e não-oficiais a nível estudantil.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MATTHIESEN, S. Q. Fundamentos de educação física no ensino superior: atletismo: teoria e prática. [s. l.], 2017.

SILVA, J. V. da. Metodologia do atletismo. [s. l.], 2018. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000014793&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ROJAS, P. N. C. Aspectos pedagógicos do atletismo. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559726152. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788559726152&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 29 nov. 2019.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PULEO, J.; MILROY, P. Anatomia da Corrida. [recurso eletrônico] : Guia Ilustrado de Força, Velocidade e Resistência para Corrida. [s. l.]: Manole, 2011. ISBN 9788520431627.

FONSECA, C. Corrida de aventura: a natureza é nosso desafio. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058158. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07297a&AN=unb.9788593058158&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DANIELS, J. Fórmula de corrida de daniels. Porto Alegre: ArtMed, 2013. ISBN 9788565852449. Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000003045&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 29 nov. 2019.

## **METODOLOGIA DOS JOGOS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina de caráter prático que aborda os fundamentos teóricos e metodológico do ensino de jogos em contextos de atuação pedagógica da educação física. Aspectos históricos e culturais que orientam o jogo como elemento do desenvolvimento humano. O jogo e suas abordagens no ensino de práticas corporais no contexto da escola e da vida.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRITO, M. De. Jogo e Educação Física. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 2º semestre, módulo 2. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2008, 444 p.

GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Labrador, [s. d.]. ISBN 9788593058851.

CASTRO, A. de. Jogos e brincadeiras para Educação Física - 2ª Edição. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532642547.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CORREIA, M. M. Trabalhando com jogos cooperativos. [recurso eletrônico] : em busca de novos paradigmas na educação física. [s. l.]: Papirus, [s. d.]. ISBN 9788544900451.

KOCH, K. Pequenos jogos esportivos. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520422793.

NIETA, M. L. de la. 101 jogos para motricidade limitada e espaços reduzidos. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532653147.

## **METODOLOGIA DOS ESPORTES INDIVIDUAIS**

Equivalência

Pedagogia dos Esportes Individuais

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina prática que apresenta abordagens metodológicas aplicadas ao ensino das modalidades individuais. Os desportos individuais e os aspectos pedagógicos e educacionais. A escola, os esportes individuais e a longevidade da prática de atividade física e de exercícios.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CÁRDENAS, R. N. Pedagogia dos Esportes Individuais. In: SANCHES, A. B. Educação física: curso a distância, 4º semestre, módulo 4. [s.l.]: Universidade de Brasília, 2008, 540 p.

ROETERT, E. P.; KOVACS, M. S. Anatomia do tênis. [recurso eletrônico]. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520434567.

Fitness aquático. [recurso eletrônico] : um guia completo para profissinais. [s. l.]: Manole, 2014. ISBN 9788520432549.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GREGUOL, M. Natação adaptada. [recurso eletrônico] : em busca do movimento com autonomia. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520430491.

COSTA, P. H. L. da. Natação e atividades aquáticas. [recurso eletrônico] : subsídios para o ensino. [s. l.]: Manole, [s. d.]. ISBN 9788520429396.

COLUMÁ, J. F. Capoeira e psicomotricidade. [s. l.]: Editora Vozes, [s. d.]. ISBN 9788532653734.

## **METODOLOGIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS ALTERNATIVAS**

Carga horária: 60 h

### **EMENTA**

Disciplina de caráter prático. Estudo dos princípios e teorias que fundamentam as práticas corporais consideradas como alternativas, seja pela ausência de centros especializados na formação dos seus profissionais, seja por não estarem incluídas nos usos tradicionais do corpo legitimados cultural e cientificamente no Brasil. Discussão das manifestações da cultura esportiva que representam determinados segmentos sociais, incluindo minorias étnico-raciais. Os esportes radicais, os esportes de aventura. Vinculação dessas manifestações aos interesses políticos e econômicos e estabelecimento das relações com o meio ambiente, a natureza e a produção da cultura. A cultura esportiva alternativa no contexto da Educação Física.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MARIN, E. C.; RIBAS, J. F.M.; MORAES, J. M. de "Manifestações esportivas e festivas nas escolas do campo e da cidade." Pensar a Prática 15.2 (2012).

MARCO, A. de. Educação física. [recurso eletrônico] : cultura e sociedade, contribuições teóricas da educação física no cotidiano da sociedade brasileira. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 9788544901137.

CANO, M. R. de O. N. M. G. Educação física cultural. [s. l.]: Editora Blucher, 2016. ISBN 9788521210443.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAPRARO, A. M. Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história. [s. l.]: Editora Intersaberes, [s. d.]. ISBN 9788559726190.

GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir. [recurso eletrônico] : corporeidade e educação. [s. l.]: Papyrus, [s. d.]. ISBN 8530802535.

WHITEHEAD, M. Letramento corporal: atividades físicas e esportivas para toda a vida. [s. l.], 2018.